Energisa S/A

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 2014

Mensagem do Presidente

Assim como o ano anterior, 2014 foi marcado com relevantes dificuldades para o Brasil. A inflação resistente, o aumento do déficit público, as incertezas perante as eleições majoritárias, a queda dos índices de confiança empresarial e a consequente desaceleração econômica, levaram a um cenário de deterioração da economia. Quanto ao setor elétrico, intensificaram-se os efeitos negativos advindos da descontratação involuntária das distribuidoras e da prolongada estiagem que afetou o suprimento de energia. O Operador Nacional do Sistema (ONS) determinou o despacho pleno durante todos os meses do ano das unidades de geração termelétricas, o que resultou em uma escalada dos custos de energia elétrica. Para fazer frente aos descasamentos entre os custos de energia comprada e as receitas tarifárias, as distribuidoras receberam recursos advindos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e do financiamento concedido a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que asseguraram o equilíbrio financeiro mínimo.

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em 2014, o consumo de energia elétrica no Brasil teve um aumento de 2,2% em comparação ao ano anterior. Esse resultado ficou abaixo das previsões, principalmente no setor industrial, que teve uma retração de 3,6% sendo este o pior resultado desde 2009, período mais crítico da crise econômica global. Ao contrário da indústria, o segmento de comércio e serviços obteve o maior aumento no consumo de energia, média de 7,3% sobre 2013, consolidando o cenário dos anos anteriores. O consumo residencial do país cresceu 5,7% em relação ao ano anterior.

A despeito do cenário desfavorável, o ano de 2014 foi um marco para a história do centenário Grupo Energisa. O principal feito foi a conclusão do processo de aquisição das distribuidoras do Grupo Rede, com a transferência de seu controle acionário para a Energisa em 11 de abril. Desde setembro de 2012, as distribuidoras do Grupo Rede estavam sob intervenção da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). A finalização do trâmite alçou a Energisa ao posto de sexto maior grupo de distribuição de energia elétrica do país em número de clientes, atendendo a aproximadamente 6,2 milhões de consumidores, o que representa uma população de mais de 16 milhões de pessoas, distribuídas por todas as regiões brasileiras.

Durante o processo, a Aneel estabeleceu um Plano de Recuperação e Correção de Falhas e Transgressões para as distribuidoras do Grupo Rede. Estamos não apenas cumprindo integralmente esse plano, mas indo além do previsto, tendo realizado relevantes aportes de recursos e com acompanhamentos periódicos de todos os resultados pela Agencia. Os resultados iniciais apontam para melhorias dos principais indicadores técnicos e financeiros das concessionárias adquiridas submetidas ao Plano.

Em termos de recursos humanos, com a aquisição do Grupo Rede, houve o cuidado de estruturar a integração dos colaboradores do Grupo Rede à cultura do Grupo Energisa, por meio de ações de divulgação dos valores fundamentais da organização, da retomada dos programas de desenvolvimento de competências e da implantação do sistema de gestão, entre diversas medidas. Cabe destacar que recentemente todas as empresas adquiridas passaram a adotar a marca Energisa, reafirmando o compromisso de transformações duradouras sob uma marca única e forte.

A consolidação do processo de aquisição resultou em uma revisão do posicionamento estratégico para a Energisa, concentrando suas atividades na distribuição de energia elétrica. Dessa forma, vendemos os ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção para empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners. Com a alienação será reforçado a estrutura de capital do Grupo Energisa em aproximadamente R$ 2,8 bilhões no primeiro semestre de 2015, com a conclusão dessa venda.

Em relação aos resultados da Companhia e refletindo as empresas adquiridas a partir de 11 de abril de 2014, a energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energisa foi de 27.249 GWh, o que representa um aumento de 135,0% se comparado ao ano anterior, fruto da mencionada aquisição. Na parte financeira, o lucro líquido consolidado saltou para R$ 304,7 milhões, contra R$ 202,7 milhões em 2013, aumento de 50,3%. A geração operacional consolidada ajustada de caixa (EBITDA consolidado ajustado) totalizou R$ 1.673,1 milhões, valor 180,6% superior aos R$ 596,2 milhões registrados no ano anterior. Já os investimentos somaram R$ 1.273,6 milhões, contra os R$ 817 milhões aportados em 2013.

O ano de 2015, em que o Grupo Energisa comemora seu 110º aniversário, se prenuncia com grandes incertezas no ambiente macroeconômico e energético, agravadas por uma atípica hidrologia desfavorável

Estamos confiantes que mesmo diante deste cenário as ações da Agência Nacional de Energia Elétrica para mitigar os riscos para o segmento de distribuição deverá garantir o equilíbrio econômico financeiro das concessionárias. Estamos cientes dos desafios, mas a Companhia agiu preventivamente e está preparada para colher resultados e trabalhar ainda mais com foco na eficiência, ganhos de sinergia e prudência financeira, de forma que sua trajetória continue seguindo com sucesso.

Quero agradecer a todos que fizeram parte da história da Energisa ao longo destes 110 anos – colaboradores, parceiros, acionistas, clientes e fornecedores – e convido-os a continuar trilhando esse caminho conosco.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

A Energisa S/A apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício fiscal de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 19 de março de 2015.

1 – Destaques econômico-financeiros

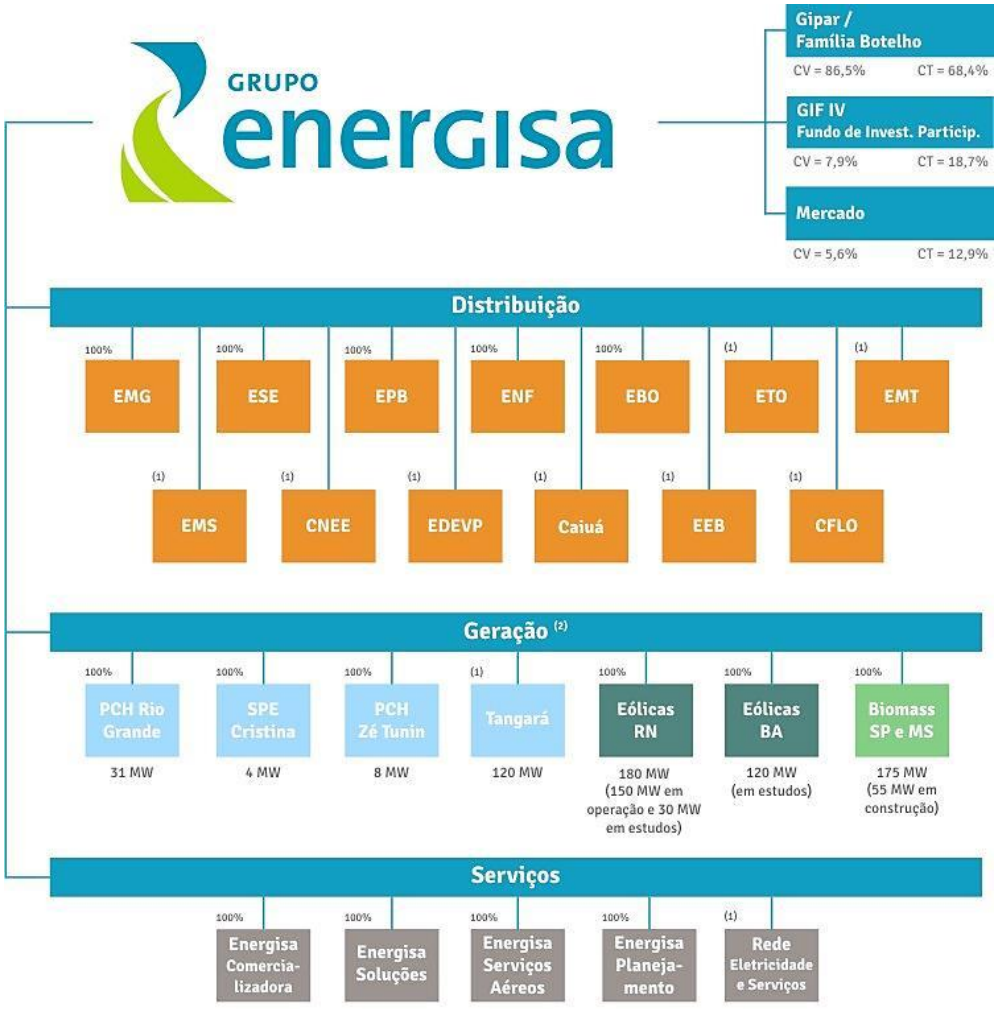
Os principais indicadores do desempenho consolidado da Energisa estão apresentados a seguir, ressaltando que a consolidação dos ativos adquiridos do Grupo Rede ocorreu a partir de 11 de abril de 2014 e os ativos de geração em fase de alienação foram reclassificados como "disponíveis para venda" e deixaram de ser consolidados:

Descrição	2014	2013	Variação %
Resultados e Margens – R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	11.413,8	3.829,9	+ 198,0
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	10.560,8	3.546,6	+ 197,8
Receita Operacional Líquida	8.279,6	2.804,9	+ 195,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	7.426,6	2.521,6	+ 194,5
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	967,0	412,0	+ 134,7
Resultado Financeiro Líquido	(635,9)	(199,1)	+ 219,4
EBITDA	1.558,4	553,5	+ 181,6
Margem de EBITDA (%)	18,8	19,7	- 0,9 p.p
EBITDA Ajustado	1.673,1	596,2	+ 180,6
Margem de EBITDA Ajustado (%)	20,2	21,3	- 1,1 p.p
Lucro Líquido	304,7	202,7	+ 50,3
Margem Líquida (%)	3,7	7,2	- 3,5 p.p
Indicadores Operacionais			
Energia vendida aos Consumidores Cativos (GWh)	20.687,7	7.991,3	+ 158,9
Energia vendida aos Consumidores Cativos + Transporte (TUSD) – GWh	23.950,7	9.771,2	+ 145,1
Energia Elétrica Total Comercializada (GWh)	27.249,2	11.596,5	+ 135,0
Número de Consumidores Cativos	6.220.364	2.646.273	+ 135,1
Número de Consumidores Totais	6.220.603	2.646.347	+ 135,1
Número de Colaboradores Próprios	10.106	4.744	+ 113,0
Força de trabalho (colaboradores próprios + terceirizados [(1)])	15.580	5.513	+ 182,6

(1) Não incluem terceirizados em obras.
Obs.: Nos resultados acima não incluem os primeiros 100 dias de 2014 do Grupo Rede, adquirido em 11 de abril.

2 – Estrutura societária e controle acionário

A Energisa possui a seguinte estrutura societária, tendo como controladora a empresa Gipar S/A.



CV = Capital Votante | CT = Capital Total

(1) Empresas subsidiárias da controlada Rede Energia S/A, que detém do capital total: 71,4% da Energisa Tocantins (ETO); 57,7% da Energisa Mato Grosso (EMT); 99,9% da Energisa Mato Grosso do Sul (EMS); 98,7% da CNEE;100% da Caiuá; 91,5% da EEB; 97,7% da CFLO; 100% da Tangará e 100% da Rede Eletricidade e Serviços S/A.
(2) Em processo de alienação, exceto os projetos eólicos na Bahia.

3 – Cenário macroeconômico e o setor elétrico

Em 2014, o Brasil sofreu uma retração na atividade econômica. A expectativa do Banco Central do Brasil é de que o PIB apresente um ligeiro crescimento em torno de 0,2%, contra um aumento de 2,3% em 2013.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo nacional de energia aumentou 2,2% em 2014, totalizando 473,4 mil GWh. A alta se deve, principalmente, ao consumo comercial e residencial, que apresentaram crescimento de 7,3% e 5,7%, respectivamente. A classe industrial, porém, registrou queda de 3,6%.

Para o setor elétrico, especificamente, o ano foi novamente desafiador. A redução de encargos e as alterações no regime de contratação de energia estabelecidas em 2012, por meio da Medida Provisória nº 579, ainda ressoam nos resultados das empresas do segmento. Outros fatos que exigiram adaptações por parte das empresas elétricas foi o rápido deplecionamento dos reservatórios da região Sudeste, responsável por 51% do consumo de energia elétrica, e o aumento das exposições involuntárias das concessionárias de distribuição em seus contratos de compra de energia elétrica, ocorrido em um ambiente de altos preços no mercado de curto prazo. Medidas adotadas pelo Governo para suportar as

distribuidoras foram fundamentais para que o impacto adverso não comprometesse a capacidade de cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste sentido, recursos advindos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e do financiamento concedido a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), asseguraram o equilíbrio financeiro mínimo das distribuidoras.

Por outro lado, atrasos nos repasses de recursos de subvenção que passaram a ser arcadas pelo Tesouro comprometeram o capital de giro do conjunto de distribuidoras brasileiras em mais de R$ 3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2014, dos quais R$ 297,0 milhões nas distribuidoras do Grupo Energisa.

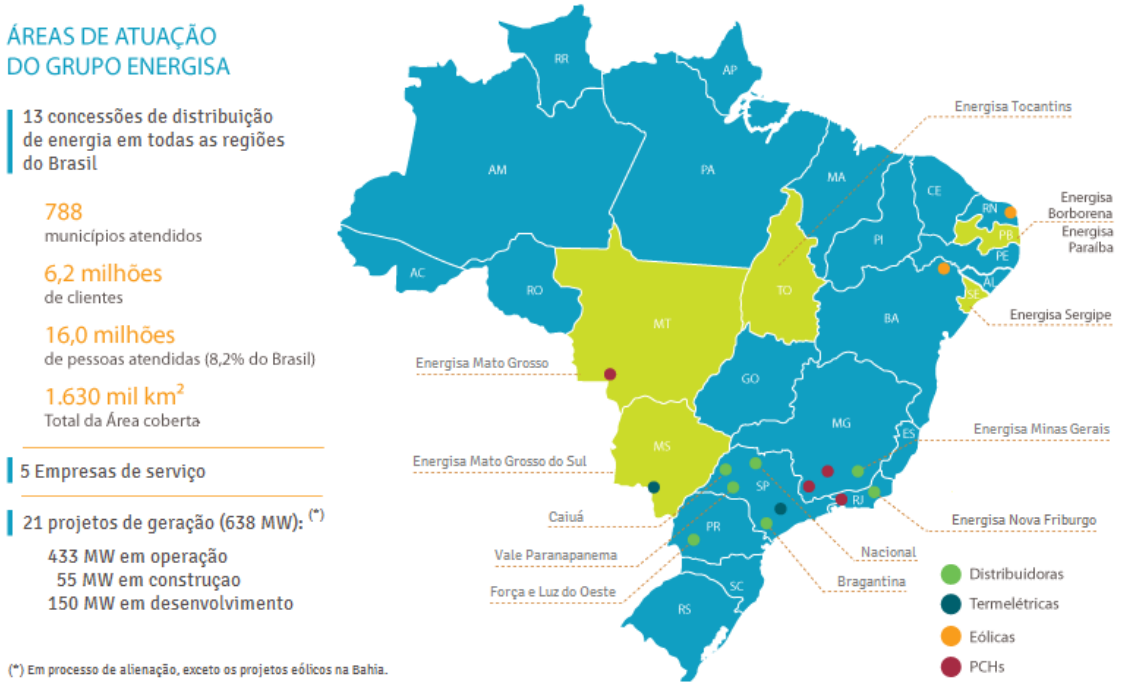
Em função do índice inflacionário beirando o teto da meta (6,5%), da deterioração das contas fiscais e do cenário econômico mundial adverso, o Banco Central do Brasil promoveu uma série de aumentos na taxa básica de juros (Selic), que fechou o mês dezembro de 2014 em 11,75% ao ano, ante 10% ao ano em dezembro do ano anterior.

4 – Aspectos operacionais

4.1 – Perfil dos negócios

Em 11 de abril de 2014, o Grupo Energisa concluiu a aquisição das distribuidoras do Grupo Rede que estavam, desde setembro de 2012, sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com a transferência do controle acionário indireto das seguintes distribuidoras: Caiuá Distribuidora de Energia S/A; Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – Celtins (razão social atual Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A – "ETO"); Companhia de Força e Luz do Oeste (CFLO); Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE); Empresa de Distribuição de Energia do Vale Paranapanema (EDEVP); Empresa Elétrica Bragantina (EEB); Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – Cemat (razão social atual Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A - "EMT"); Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A – Enersul (razão social atual Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A – "EMS") e Tangará Energia S/A.

Somam-se a essas as distribuidoras que já pertenciam ao Grupo: Energisa Sergipe – "ESE", Energisa Paraíba – "EPB", Energisa Borborema – "EBO", Energisa Minas Gerais – "EMG" e Energisa Nova Friburgo – "ENF". Dessa forma, a Energisa passou a estar presente em todas as regiões do Brasil. Atualmente, é o sexto maior grupo de distribuição de energia elétrica do país em número de clientes, com aproximadamente 6,2 milhões de consumidores.



4.2 – Mercado de energia

Em 2014, a energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energisa somou 27.249,2 GWh, aumento de 135,0% ante o ano anterior. O significativo crescimento se deve à aquisição do Grupo Rede em 11 de abril, com a consequente incorporação de suas oito distribuidoras ao Grupo Energisa. A composição desse crescimento, que não inclui os primeiros 100 dias do exercício de 2014 do Grupo Rede, é a seguinte:

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
✓Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	6.633,3	1.988,4	+ 233,6	20.687,7	7.991,3	+ 158,9
✓Energia associada a consumidores livres (TUSD)	971,0	465,5	+ 108,6	3.263,0	1.779,9	+ 83,3
✓**Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)**	**7.604,3**	**2.453,9**	**+ 209,9**	**23.950,7**	**9.771,2**	**+ 145,1**
✓Suprimento de energia	262,2	65,9	+ 297,9	721,2	281,4	+ 156,3
✓Energia não Faturada	55,5	110,4	- 49,7	25,0	43,8	- 42,9
✓Vendas a consumidores livres (comercialização) *	709,3	376,8	+ 88,2	2.552,4	1.500,1	+ 70,1
Total Energia Comercializada – Energisa consolidada	**8.631,3**	**3.007,0**	**+ 187,0**	**27.249,2**	**11.596,5**	**+ 135,0**

(*) ACL – Ambiente de Contratação Livre.

4.2.1 – Mercado cativo + TUSD (consolidado) das distribuidoras do Grupo Energisa

Em 2014, as vendas consolidadas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) localizados na área de concessão do Grupo Energisa, somadas ao transporte de energia para os consumidores livres (TUSD), totalizaram 23.950,7 GWh (7.604,3 GWh no 4T14), incremento de 145,1% (209,9% no 4T14) em relação a igual período do ano anterior. Deste total, 39,7% (45,8% no 4T14) das vendas (que compreendem o período de 11 de abril a 31 de dezembro) ocorreram na região Centro-Oeste pelas distribuidoras Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul. Na região Norte, 6,2% (7,0% no 4T14) das vendas são provenientes da Energisa Tocantins. Na região Nordeste, por intermédio da Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema as vendas totalizaram 33,9% do total (26,5% no 4T14). No Sudeste e Sul, as vendas representaram 20,2% do total (20,7% no 4T14).

O consumo em 2014 foi impulsionado principalmente pelas classes residencial e comercial, que representaram 59,3% da energia total consumida pelos clientes cativos das distribuidoras do Grupo Energisa. Estas classes apresentaram, em base pró-forma, considerando as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa em 2014 e 2013, crescimento de, respectivamente, 8,2% (8,9% no 4T14) e 7,8% no consumo (9,5% no 4T14). O consumo industrial, no agregado dos mercados cativo e livre, expandiu 1,6% em 2014 (1,9% no 4T14). Comparado com o consumo total do Brasil, as novas distribuidoras adquiridas apresentaram um vigoroso crescimento de 7% contra um crescimento no de 2,2% do consumo no país em 2014. A diversificação das áreas de concessão na nova configuração do Grupo Energisa se apresenta como um importante fator de mitigação de risco de mercado.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo +TUSD (Consolidado)

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD (*)	**7.604,3**	**2.453,9**	**+ 209,9**	**23.950,7**	**9.771,2**	**+ 145,1**
✓ Residencial	2.542,3	787,2	+ 223,0	7.866,6	3.180,0	+ 147,4
✓ Industrial	1.986,3	773,7	+ 156,7	6.578,9	3.032,4	+ 117,0
. Cativo	1.015,3	308,2	+ 229,5	3.315,9	1.252,5	+ 164,7
. Livre	971,0	465,5	+ 108,6	3.263,0	1.779,9	+ 83,3
✓ Comercial	1.446,6	393,9	+ 267,2	4.407,6	1.567,5	+ 181,2
✓ Rural	652,0	147,3	+ 342,6	1.988,2	564,3	+ 252,3
✓ Outras classes	977,1	351,8	+ 177,7	3.109,4	1.427,0	+ 117,9

(*) As vendas de energia elétrica das empresas adquiridas do Grupo Rede se referem ao período de 11 de abril a 31 de dezembro.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo +TUSD (Consolidado) Pró-forma (*) - Em GWh

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD (*)	**7.604,3**	**7.121,4**	**+ 6,8**	**29.004,0**	**27.481,6**	**+ 5,5**
✓ Residencial	2.542,3	2.335,2	+ 8,9	9.539,3	8.819,1	+ 8,2
✓ Industrial	1.986,3	1.969,8	+ 0,8	7.870,3	7.749,5	+ 1,6
. Cativo	1.015,3	922,8	+ 10,0	3.986,2	3.686,0	+ 8,1
. Livre	971,0	1.047,0	- 7,3	3.884,1	4.063,5	- 4,4
✓ Comercial	1.446,6	1.321,3	+ 9,5	5.435,7	5.041,7	+ 7,8
✓ Rural	652,0	578,0	+ 12,8	2.459,2	2.311,7	+ 6,4
✓ Outras classes	977,1	917,1	+ 6,5	3.699,5	3.559,6	+ 3,9

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa em 2014 e 2013.

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região - Pró-forma (*) - Em GWh

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
Região Norte	**532,0**	**482,0**	**+ 10,4**	**1.965,0**	**1.827,3**	**+ 7,5**
✓ Energisa Tocantins (*)	532,0	482,0	+ 10,4	1.965,0	1.827,3	+ 7,5
Região Nordeste	**2.018,2**	**1.981,8**	**+ 1,8**	**8.134,6**	**7.927,4**	**+ 2,6**
✓ Energisa Paraíba	1.051,2	1.031,3	+ 1,9	4.227,3	4.119,9	+ 2,6
✓ Energisa Sergipe	790,1	782,3	+ 1,0	3.207,8	3.130,2	+ 2,5
✓ Energisa Borborema	176,9	168,2	+ 5,2	699,5	677,3	+ 3,3
Região Centro-Oeste	**3.483,0**	**3.169,2**	**+ 9,9**	**12.880,4**	**11.966,0**	**+ 7,6**
✓ Energisa Mato Grosso (*)	2.147,7	1.962,5	+ 9,4	7.941,0	7.416,2	+ 7,1
✓ Energisa Mato Grosso do Sul (*)	1.335,3	1.206,7	+ 10,7	4.939,4	4.549,8	+ 8,6
Região Sudeste	**1.493,2**	**1.415,3**	**+ 5,5**	**5.725,4**	**5.472,3**	**+ 4,6**
✓ Energisa Minas Gerais	406,0	386,5	+ 5,0	1.578,0	1.505,3	+ 4,8
✓ Energisa Nova Friburgo	85,9	85,5	+ 0,6	343,3	338,6	+ 1,4
✓ Caiuá (*)	313,6	298,1	+ 5,2	1.175,3	1.124,7	+ 4,5
✓ Vale Paranapanema (*)	245,2	219,7	+ 11,6	925,5	858,2	+ 7,8
✓ Bragantina (*)	283,4	276,3	+ 2,6	1.110,8	1.091,2	+ 1,8
✓ Nacional (*)	159,1	149,2	+ 6,6	592,5	554,3	+ 6,9
Região Sul	**77,9**	**73,1**	**+ 6,6**	**298,6**	**288,6**	**+ 3,5**
✓ Força e Luz do Oeste (*)	77,9	73,1	+ 6,6	298,6	288,6	+ 3,5
Total - Distribuição nas cinco regiões do país	**7.604,3**	**7.121,4**	**+ 6,8**	**29.004,0**	**27.481,6**	**+ 5,5**

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas adquiridas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa em 2014 e 2013.

A Companhia encerrou 2014 com 6.220.361 unidades consumidoras cativas, quantidade 135,1% superior à registrada no fim de 2013.

A energia consolidada de transporte no sistema de distribuição, destinada ao atendimento dos clientes livres (origem das receitas de disponibilização do sistema de transmissão e distribuição), apresentou aumento de 83,3% em 2014, passando de 1.779,9 GWh, em 2013, para 3.263,0 GWh.

O Grupo Energisa encerrou o ano com 235 consumidores livres (33 na Energisa Minas Gerais, 17 na Energisa Sergipe, 2 na Energisa Borborema, 20 na Energisa Paraíba, 87 na Energisa Mato Grosso, 43 na Energisa Mato Grosso do Sul, 7 na Energisa Tocantins, 6 na Caiuá, 3 na Vale Paranapanema, 12 na Bragantina, 4 na Nacional e 1 na Força e Luz do Oeste).

4.2.2 – Comercialização e geração de energia no ACL – Ambiente de Contratação Livre

No segmento de comercialização de energia, por intermédio da Energisa Comercializadora e das vendas relacionadas aos diversos projetos de geração da Companhia, o volume de energia vendida cresceu 70,1% em 2014, e chegou a 2.552,4 GWh.

A geração própria de energia do Grupo Energisa, por meio das suas geradoras Energisa Rio Grande, PCH Zé Tunin, SPE Cristina, PCH Hans, Energisa Bioeletricidade e Tangará Energia, totalizou 639,2 GWh em 2014, aumento de 68,7% em relação à geração de energia verificada em 2013, conforme quadro seguinte:

Geração de Energia (Valores em GWh)	2014	2013	Var. %
Tangará Energia (*)	333,5	-	-
Energisa Bioeletricidade	172,5	181,1	- 4,7
Energisa Rio Grande	75,4	150,0	- 49,7
Energisa Geração RN (**)	30,0	-	-
PCH Zé Tunin	21,3	31,4	- 32,2
SPE Cristina	5,1	15,1	- 66,2
PCH Hans	1,4	1,4	-
Total	**639,2**	**379,0**	**+ 68,7**

(*) Refere-se ao período de 11 de abril a 31 de dezembro de 2014.
(**) Geração de energia referente a 27 dias.

A severa crise hidrológica afetou a produção da totalidade das usinas hidrelétrica no Sudeste e o rendimento de lavouras canavieiras também provocou uma redução na geração de energia da Energisa Rio Grande, PCH Ze Tunin e SPE Cristina e Energisa Bioeletricidade. Vale destacar, o início da geração Energisa Geração RN após a conexão dos parques eólicos na rede básica de transmissão em dezembro de 2014.

Em 19 de novembro de 2014, o Grupo Energisa concluiu negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção detidos pela empresa.

A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

O valor da negociação, sujeito a ajustes usuais do balanço a ser levantado na concretização da operação, é de cerca de R$ 1,4 bilhão. Esse montante vai proporcionar à Energisa uma redução da dívida líquida consolidada de R$ 2,6 bilhões, além de uma redução nos compromissos de investimentos de R$ 0,2 bilhão até o início de 2016. O acordo ainda está sujeito à aprovação dos financiadores dos projetos vendidos, já tendo sido aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

4.2.3 - Perdas de energia elétrica

A Companhia reestruturou e ampliou, após a aquisição do controle acionário do Grupo Rede, as ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras adquiridas, visando ao combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica, aplicando as melhores práticas que fazem da Energisa uma referência no país nesta área.

Ao fim de 2014, as perdas de energia das distribuidoras da Energisa foram as seguintes, com destaque para evolução positiva alcançada pelas empresas de maiores perdas no Centro Oeste e região Norte:

Distribuidoras	Perdas de Energia (%)		
	2014	2013	Variação em pontos percentuais
Força e Luz do Oeste	3,93	3,42	+ 0,51
Energisa Nova Friburgo	5,00	5,17	- 0,17
Bragantina	5,03	4,98	+ 0,05
Energisa Borborema	5,90	6,00	- 0,10
Vale Paranapanema	7,65	7,42	+ 0,23
Caiuá	8,09	7,95	+ 0,14
Nacional	8,77	8,20	+ 0,57
Energisa Minas Gerais	9,13	8,27	+ 0,86
Energisa Sergipe	9,14	9,04	+ 0,10
Energisa Paraíba	12,08	11,78	+ 0,30
Energisa Mato Grosso	12,93	15,60	- 2,67
Energisa Tocantins	14,01	14,70	- 0,69
Energisa Mato Grosso do Sul	14,01	17,21	- 3,20
Energisa Consolidada (*)	**11,24**	**12,36**	**- 1,12**

(*) Para efeito de cálculo das perdas de energia consolidadas em 2013, foram consideradas as empresas adquiridas do Grupo Rede como se fossem controladas da Energisa.

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa

Descrição (GWh)	Exercício de 2014						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	ETO	EMS
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	**1.770,2**	**394,3**	**3.809,4**	**782,7**	**4.943,6**	**6.815,0**	**4.177,2**
(b) Energia vendida mercado cativo	1.208,6	343,3	2.398,7	694,6	3.786,1	5.055,0	3.203,1
✓ Residencial	480,8	165,6	965,3	231,0	1.534,6	1.808,7	1.169,0
✓ Industrial	175,6	57,0	299,3	216,6	628,5	732,4	468,5
✓ Comercial	237,2	74,7	522,9	149,9	684,4	1.137,8	767,3
✓ Rural	163,1	5,7	103,8	24,6	263,4	740,5	337,3
✓ Setor público e consumo próprio	152,0	40,2	507,4	72,4	675,2	635,6	461,0
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	369,4	-	809,0	4,9	441,2	887,2	354,0
(d) Consumo não faturado	2,4	0,7	2,2	2,0	12,5	(16,9)	21,0
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	231,0	1,2	-	-	-
(f) Venda de Energia CCEE	7,0	-	46,3	1,9	81,4	83,3	182,1
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	**1.218,0**	**344,0**	**2.678,2**	**699,7**	**3.880,0**	**5.121,4**	**3.406,2**
(h) Intercâmbio de energia	28,2	30,6	20,5	33,8	106,7	8,6	13,7
(i) Perdas na distribuição	161,6	19,7	348,0	46,2	597,1	881,1	585,4
(j) Perdas na Rede Básica	10,3	-	63,0	16,6	91,0	70,1	28,4
(k) Energia Comprada Total (k=b+d+e+f+i+j)	**1.389,9**	**363,7**	**3.089,2**	**762,5**	**4.568,0**	**6.072,6**	**4.019,9**
% das perdas na distribuição (%= i/a)	9,1	5,0	9,1	5,9	12,1	12,9	14,0

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	Exercício de 2014						
	ETO	Caiuá	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Energisa Consolidada
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	**1.733,7**	**949,8**	**701,0**	**843,5**	**481,7**	**225,6**	**27.627,6**
(b) Energia vendida mercado cativo	1.448,7	792,1	610,0	529,6	401,2	216,8	20.687,7
✓ Residencial	580,7	310,9	221,3	173,5	159,1	66,2	7.866,6
✓ Industrial	213,6	109,0	111,5	165,2	65,1	73,7	3.315,9
✓ Comercial	285,7	200,6	116,8	93,4	88,7	48,0	4.407,5
✓ Rural	138,0	46,4	74,6	50,0	35,9	4,8	1.988,2
✓ Setor público e consumo próprio	230,7	125,2	85,9	47,5	52,3	24,1	3.109,3
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	36,5	33,8	38,0	272,0	16,1	0,6	3.263,0
(d) Consumo não faturado	2,6	(0,2)	(0,7)	(0,5)	0,5	(0,6)	25,0
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	-	-	21,6	-	253,7
(f) Venda de Energia CCEE	-	13,4	9,8	-	0,6	-	425,8
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	**1.451,3**	**805,3**	**619,1**	**529,0**	**423,9**	**216,2**	**21.392,2**
(h) Intercâmbio de energia	3,1	47,2	-	-	-	-	292,4
(i) Perdas na distribuição	242,8	76,9	53,6	42,4	42,2	8,9	3.105,9
(j) Perdas na Rede Básica	20,7	31,8	22,2	19,9	11,3	-	385,2
(k) Energia Comprada Total (k=b+d+e+f+i+j)	**1.714,8**	**914,0**	**694,9**	**591,4**	**477,4**	**225,1**	**24.883,3**
% das perdas na distribuição (%= i/a)	14,0	8,1	7,6	5,0	8,8	3,9	11,2

Obs.: Para efeito de Balanço de Energia foram consideradas as vendas de energia das empresas adquiridas da Rede Energia no período de 11 de abril a 31 de dezembro e das demais empresas no período de janeiro a dezembro de 2014.

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) do Grupo Energisa totalizaram, em 2014, o montante de 24.883,2 GWh para atender à energia solicitada pelo sistema do Grupo.

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energia

Descrição (GWh)	Exercício de 2014						
	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	ETO	EMS
(a) Energia comprada	**1.328,8**	**362,3**	**2.982,1**	**717,4**	**4.342,0**	**4.800,1**	**3.988,9**
✓ Bilateral	662,4	-	128,9	89,2	439,0	1.709,3	333,1
✓ Leilões de Energia	114,9	-	1.595,7	368,2	2.066,3	1.152,9	1.630,6
✓ Quota de Itaipu	288,8	-	-	-	-	952,0	599,2
✓ Quota do PROINFA	28,9	8,6	67,1	17,0	91,1	116,1	77,9
✓ Quota de ANGRA	48,8	-	112,5	28,3	151,5	177,9	122,1
✓ Quota de Garantia Física (95%)	185,0	-	1.077,9	214,7	1.594,2	687,4	897,1
✓ Contrato Suprimento	-	353,7	-	-	-	-	-
✓ Geração distribuída	-	-	-	-	-	4,4	329,0
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	-	1,4	-	-	-	1.009,9	0,8
(c) Liquidação na CCEE	61,1	-	107,1	45,1	226,0	262,6	30,1
(d) Energia Comprada Total (d=a+b+c)	**1.389,9**	**363,7**	**3.089,2**	**762,5**	**4.568,0**	**6.072,6**	**4.019,9**
(e) Nível de Cobertura Contratual (NCC) (*)	96,1%	100,0%	98,0%	94,3%	96,8%	96,4%	104,0%

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	Exercício de 2014						
	ETO	Caiuá	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Consolidada
(a) Energia comprada	**1.339,0**	**895,5**	**687,8**	**534,6**	**442,5**	**225,1**	**22.646,1**
✓ Bilateral	148,4	194,0	193,9	178,7	107,1	-	4.184,0
✓ Leilões de Energia	592,5	391,1	302,4	177,3	171,9	-	8.563,6
✓ Quota de Itaipu	-	198,2	146,1	140,7	95,9	-	2.420,9
✓ Quota do PROINFA	32,7	20,5	15,9	13,2	10,3	5,5	504,8
✓ Quota de ANGRA	50,2	33,7	26,3	21,8	17,1	-	790,3
✓ Quota de Garantia Física (95%)	471,6	58,0	3,2	2,8	2,1	-	5.194,0
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	219,6	573,3
✓ Geração distribuída	43,6	-	-	-	38,1	-	415,1
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	177,4	-	-	-	-	-	1.189,5
(c) Liquidação na CCEE	198,4	18,5	7,1	56,8	34,9	-	1.047,7
(d) Energia Comprada Total (d=a+b+c)	**1.714,8**	**914,0**	**694,9**	**591,4**	**477,4**	**225,1**	**24.883,2**
(e) Nível de Cobertura Contratual (NCC) (*)	87,1%	99,4%	100,4%	90,4%	92,8%	100,0%	97,27%

(*) O NCC é apresentado em base anual, sendo que a Cobertura Contratual das distribuidoras do Grupo Energisa, com exceção da Energisa Tocantins, para o ano de 2014 é igual a 100%, caso consideradas as exposições involuntárias, nos termos do § 7º do art. 3º do Decreto 5.163/2004. O caso específico da subcontratação da Energisa Tocantins foi apresentado pelo novo controlador no Plano de Recuperação da empresa e deverá ser objeto de tratamento específico por parte da ANEEL.

4.3 - Gestão de recebíveis

O desempenho dos indicadores relativos a carteira pendente de recebimento (em número de faturamentos médios mensais a receber após o vencimento) e inadimplência (proporção do que não foi recebido em relação ao que foi faturado nos últimos 12 meses) dos consumidores está apresentado a seguir:

Inadimplência (Últimos 12 meses) e Pendente

Empresa	Inadimplência (%)			Pendente (nº de meses)		
	2014	2013	Var. %	2014	2013	Var. %
Energisa Borborema	0,77	0,89	- 13,5	0,51	0,54	- 5,6
Vale Paranapanema	0,85	1,35	- 37,0	0,29	0,32	- 9,4
Nacional	1,03	1,46	- 29,5	0,15	0,16	- 6,3
Bragantina	1,04	1,05	- 1,0	0,15	0,16	- 6,3
Caiuá	1,09	1,31	- 16,8	0,20	0,23	- 13,0
Energisa Nova Friburgo	1,15	1,09	+ 5,5	0,31	0,35	- 11,4
Energisa Minas Gerais	1,16	1,13	+ 2,7	0,57	0,58	- 1,7
Energisa Sergipe	1,31	1,29	+ 1,6	0,73	0,81	- 9,9
Força e Luz do Oeste	1,76	1,45	+ 21,4	0,13	0,12	+ 8,3
Energisa Paraíba	1,80	3,21	- 43,9	1,16	1,35	- 14,1
Energisa Mato Grosso	2,14	2,21	- 3,2	1,17	1,39	- 15,8
Energisa Tocantins	2,33	2,62	- 11,1	0,51	0,62	- 17,7
Energisa Mato Grosso do Sul	2,39	2,52	-5,2	1,58	1,71	- 7,6

Observa-se que praticamente em todas as empresas uma evolução muito favorável na gestão de recebíveis e uma trajetória de convergência nas empresas recém-adquiridas.

4.4 - Qualidade de gestão e satisfação dos clientes

A Energisa tem como foco constante a excelência na prestação dos serviços e o relacionamento com clientes de todas as subsidiárias. Essa característica evidencia a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores e nos destaques nos benchmarkings setoriais da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

Em 2014, três distribuidoras do Grupo Energisa foram vencedoras no Prêmio Abradee, um dos maiores reconhecimentos do setor elétrico no país. A Energisa Paraíba venceu na categoria Evolução do Desempenho e foi considerada a Melhor Distribuidora do Nordeste; a Energisa Mato Grosso do Sul ganhou na categoria Melhor Distribuidora do Norte/Centro-Oeste; e a Nacional venceu em três das quatro categorias avaliadas do ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida): Responsabilidade Social, Avaliação pelo Cliente e Melhor Distribuidora do país do seu porte. No Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), que a Agência Nacional de Energia Elétrica avalia o grau de satisfação com os serviços prestados pelas 63 distribuidoras de energia elétrica do Brasil, sete empresas do Grupo Energisa ficaram entre as mais bem avaliadas pelos consumidores brasileiros: Energisa Paraíba, Energisa Minas Gerais, Energisa Mato Grosso do Sul, Vale do Paranapanema, Energisa Tocantins, Energisa Mato Grosso e Bragantina. A Energisa Paraíba ficou em quarto lugar no *ranking* geral e foi a segunda melhor do Nordeste; a Energisa Minas Gerais foi reconhecida como a quinta melhor empresa do país; a Energisa Mato Grosso do Sul foi eleita a melhor empresa da região Centro-Oeste e obteve a terceira colocação nacional; a Vale do Paranapanema foi reconhecida como a melhor empresa da região Sul/Sudeste com até 400 mil unidades consumidoras; as empresas Energisa Tocantins, Energisa Mato Grosso, Energisa Paraíba e a Bragantina ficaram em segundo lugar nas avaliações dos consumidores das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul/Sudeste.

Indicadores ISQP e IASC

Descrição	ISQP			IASC		
	2014	2013	Var. %	2014	2013	Var. %
Nacional	95,50	86,60	+ 10,3	67,17	63,61	+ 5,6
Bragantina	94,40	87,90	+ 7,4	80,69	62,43	+ 29,2
Vale Paranapanema	91,20	91,30	- 0,1	84,13	61,12	+ 37,6
Energisa Minas Gerais	89,00	83,30	+ 6,8	75,02	68,00	+ 10,3
Força e Luz do Oeste	88,70	91,03	- 2,6	78,22	58,23	+ 34,3
Energisa Borborema	87,40	83,80	+ 4,3	64,77	69,53	- 6,8
Energisa Mato Grosso do Sul	87,20	79,80	+ 9,3	68,50	65,30	+ 4,9
Energisa Paraíba	87,10	82,20	+ 6,0	72,73	60,31	+ 20,6
Energisa Mato Grosso	84,90	72,60	+ 16,9	68,29	61,83	+ 10,4
Energisa Sergipe	84,10	86,70	- 3,0	58,84	69,56	- 15,4
Energisa Tocantins	83,52	79,37	+ 5,2	58,75	60,70	- 3,2
Energisa Nova Friburgo	76,60	87,90	- 12,9	65,80	52,91	+ 24,4
Caiuá	76,60	82,60	- 7,3	64,21	58,62	+ 9,5
Média Nacional ISQP (Abradee) / Média IASC (Aneel)	**78,90**	**78,70**	**+ 0,3**	**67,74**	**60,41**	**+ 12,1**

4.5 - Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Em 2014, os indicadores que avaliam o desempenho técnico e a qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), do Grupo Energisa posicionaram-se da seguinte maneira:

Índices DEC e FEC

Descrição	DEC			FEC		
	2014	2013	Var. %	2014	2013	Var. %
Força e Luz do Oeste	5,92	5,64	+ 5,0	5,68	5,31	+ 7,0
Vale Paranapanema	6,43	5,88	+ 9,4	5,57	5,52	+ 0,9
Energisa Nova Friburgo	6,46	8,29	- 22,1	5,08	7,16	- 29,1
Nacional	6,82	8,68	- 21,4	9,28	11,41	- 18,7
Energisa Borborema	8,23	9,06	- 9,2	5,79	6,37	- 9,1
Caiuá	9,02	8,30	+ 8,7	7,70	8,87	- 13,2
Energisa Minas Gerais	9,46	9,80	- 3,5	6,48	7,47	- 13,3
Bragantina	11,37	13,36	- 14,9	8,00	10,30	- 22,3
Energisa Mato Grosso do Sul	12,87	11,82	+ 8,9	7,26	7,54	- 3,7
Energisa Sergipe	15,70	14,64	+ 7,2	9,39	9,29	+ 1,1
Energisa Paraíba	21,01	20,18	+ 4,1	9,82	10,69	- 8,1
Energisa Mato Grosso	27,99	30,12	- 7,1	20,60	23,47	- 12,2
Energisa Tocantins	33,13	38,80	- 14,6	14,35	17,72	- 19,0

5 - Desempenho financeiro

5.1 – Receita operacional bruta e líquida

Em 2014, a Energisa apresentou receita operacional bruta consolidada, sem a receita de construção, a qual é atribuída margem zero, de R$ 10.559,2 milhões, ante R$ 3.546,6 milhões registrados em 2013, registrando um expressivo crescimento de 197,7% (R$ 7.012,6 milhões).

A receita operacional líquida consolidada, igualmente sem a receita de construção, aumentou 194,5% (R$ 4.905,0 milhões) no ano, para R$ 7.426,6 milhões. As receitas líquidas provenientes das operações de distribuição de energia, no montante de R$ 8.043,1 milhões, foram equivalentes a 91,1% da receita operacional líquida total em 2014 nos diversos segmentos de atuação do Grupo Energisa. A seguir, as receitas líquidas das subsidiárias, por segmento de atividade, que foram consolidadas no resultado da Energisa:

Receita líquida por segmento (Valores em R$ milhões)	2014	2013	Var. %
I) Segmento - Distribuição de energia elétrica	**8.043,1**	**2.556,7**	**+ 214,6**
✓ Energisa Mato Grosso (*)	2.173,3	-	-
✓ Energisa Mato Grosso do Sul (*)	1.357,0	-	-
✓ Energisa Paraíba	1.299,4	1.095,1	+ 18,7
✓ Energisa Sergipe	912,0	728,0	+ 25,3
✓ Energisa Tocantins (*)	618,0	-	-
✓ Energisa Minas Gerais	491,1	462,3	+ 6,2
✓ Caiuá (*)	274,0	-	-
✓ Vale Paranapanema (*)	216,1	-	-
✓ Bragantina (*)	188,0	-	-
✓ Energisa Borborema	186,7	171,3	+ 9,0
✓ Nacional (*)	144,0	-	-
✓ Energisa Nova Friburgo	113,9	100,0	+ 13,9
✓ Força e Luz do Oeste (*)	69,6	-	-
II) Segmento geração, comercialização e serviços de energia	**781,4**	**447,2**	**+ 74,7**
✓ Energisa Comercializadora	405,8	211,9	+ 91,5
✓ Energisa Geração RN	84,1	27,0	+ 211,5
✓ Tangará Energia (*)	75,3	-	-
✓ Energisa Soluções	71,9	80,0	- 10,1
✓ Energisa S/A	57,1	53,9	+ 5,9
✓ Energisa Bioeletricidade	34,0	26,8	+ 26,9
✓ Energisa Rio Grande	29,6	30,6	- 3,3
✓ PCH Zé Tunin	9,0	10,4	- 13,5
✓ SPE Cristina	3,2	3,5	- 8,6
✓ Outras	11,4	3,1	+ 267,7
(=) Total - Segmentos I+II	**8.824,5**	**3.003,9**	**+ 193,8**
(-) Receitas de operações descontinuadas	235,2	52,9	+ 344,6
(-) Receitas líquidas entre empresas do Grupo Energisa/Ajustes	309,7	146,1	+ 112,0
(=) Energisa Consolidada	**8.279,6**	**2.804,9**	**+ 195,2**
(-) Receitas de construção	853,0	283,3	+ 201,1
(=) Energisa Consolidada, sem receita de construção	**7.426,6**	**2.521,6**	**+ 194,5**

(*) A Energisa passou a consolidar estas empresas em suas demonstrações financeiras em 11 de abril de 2014, razão pela qual os resultados acima se referem ao período de 11 de abril a 31 de dezembro.

5.2 - Ambiente regulatório - revisões e reajustes tarifários

Em 2014, foram concedidos reajustes tarifários para as subsidiárias do Grupo Energisa, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores:

Distribuidora	Aumento tarifário - Efeito médio	
	%	Vigência
Energisa Borborema	3,15	4 de fevereiro
Energisa Mato Grosso	11,89	8 de abril
Energisa Mato Grosso do Sul	11,20	8 de abril
Energisa Sergipe	11,85	22 de abril
Vale Paranapanema	19,66	10 de maio
Caiuá	14,15	10 de maio
Bragantina	14,78	10 de maio
Nacional	16,86	10 de maio
Energisa Minas Gerais	5,31	18 de junho
Energisa Nova Friburgo	12,56	18 de junho
Força e Luz do Oeste	31,96	29 de junho
Energisa Tocantins	10,84	4 de julho
Energisa Paraíba	21,81	28 de agosto

Adicionalmente, o Grupo Energisa, por meio de suas subsidiárias, recebeu o montante de R$ 908,4 milhões, provenientes dos recursos da CDE (Cota de Desenvolvimento Energético) repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema. Os valores foram registrados foram como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema. A Aneel também homologou o montante de R$ 209,7 milhões, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Já esses recursos foram registrados como receita de venda de energia.

Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidora	Recursos CDE -- Cobertura de Custos (R$ milhões)	Recursos - Decreto 7.891 - (R$ milhões)	Total (R$ milhões)
Energisa Mato Grosso	157,9	82,6	240,5
Energisa Paraíba	201,7	21,6	223,3
Energisa Tocantins	111,2	26,4	137,6
Energisa Sergipe	110,6	10,0	120,6
Energisa Mato Grosso do Sul	91,7	6,7	98,4
Caiuá	46,6	7,5	54,1
Bragantina	45,2	8,1	53,3
Nacional	41,1	11,1	52,2
Energisa Minas Gerais	26,0	22,6	48,6
Vale Paranapanema	34,3	11,4	45,7
Energisa Borborema	42,1	0,8	42,9
Força e Luz do Oeste	-	0,8	0,8
Energisa Nova Friburgo	-	0,1	0,1
Total	908,4	209,7	1.118,1

As distribuidoras do Grupo Energisa também registraram crédito R$ 297,0 milhões em subvenções em atraso que serão repostos com a Revisão Tarifaria Extraordinária homologada em 02/03/2015, conforme mencionada no item 5.2.1 “Evento Subsequente”.

5.2.1 – Eventos subsequentes

5.2.1.1 – Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o "Sistema de Bandeiras Tarifárias" nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

5.2.1.2 - Revisão Tarifária Extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. Os consumidores das concessionárias que compõem o Grupo Energisa perceberão os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Minas Gerais	26,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Nova Friburgo	26,0
Energisa Sergipe	8,0
Energisa Borborema	5,7
Energisa Tocantins	4,5
Energisa Paraíba	3,8

A RTE aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

5.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 6.459,6 milhões, crescimento de 206,2% (R$ 4.350,0 milhões) em relação a 2013. O expressivo aumento ocorreu em função da aquisição das empresas do Grupo Rede. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi de 176,5% (R$ 865,3 milhões). A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R$ milhões)	2014	2013	Variação em R$ milhões
1 - Despesas controláveis	1.355,6	490,3	+ 865,3
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	699,9	309,4	+ 390,5
1.2 Material	93,0	31,7	+ 61,3
1.3 Serviços de terceiros	562,7	149,2	+ 413,5
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	4.326,4	1.409,1	+ 2.917,3
3 - Depreciação e amortização	591,4	141,5	+ 449,9
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(77,8)	7,4	- 85,2
5 - Outras despesas/receitas	264,0	61,3	+ 202,7
Subtotal	**6.459,6**	**2.109,6**	**+ 4.350,0**
7 - Custo de construção	853,0	283,3	+ 569,7
Total	**7.312,6**	**2.392,9**	**+ 4.919,7**

5.4 - Lucro líquido e geração de caixa (EBITDA)
Lucro líquido do 4T14 aumenta 997,6% e salta para R$ 304,7 milhões em 2014

No quarto trimestre de 2014 (4T14), o lucro líquido consolidado da Energisa aumentou 997,6%, para R$ 139,4 milhões. No acumulado do ano, o lucro líquido consolidado da Energisa saltou para R$ 304,7 milhões, contra R$ 202,7 milhões registrados no ano anterior, um crescimento de 50,3%. O incremento no resultado de 2014 decorre, principalmente, da contabilização de ativos regulatórios, que incrementaram o resultado após impostos em R$ 239,7 milhões, pelos resultados de equivalência patrimonial das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R$ 101,0 milhões, e reduzido por maiores despesas financeiras, amortização de ágio e mais valia referentes à aquisição do Grupo Rede.

A geração operacional consolidada de caixa (EBITDA consolidado) atingiu R$ 1.558,4 milhões em 2014 (R$ 630,3 milhões no 4T14), um crescimento de 181,6% em comparação a 2013 (aumento de 673,4% no 4T14). Por sua vez, o EBITDA Ajustado Consolidado totalizou R$ 1.673,1 milhões no período (R$ 658,4 milhões no 4T14), valor 180,6% maior que o do ano anterior. Este resultado não considera 12 meses de operação do Grupo Rede, considerando que a sua aquisição ocorreu em 11 de abril de 2014. A geração operacional de caixa "pró-forma" da Companhia, considerando 12 meses de operação das empresas adquiridas do Grupo Rede, foi de R$ 1.885,8 milhões. Cabe ressaltar que a geração de caixa está impactada pelo reconhecimento inicial de R$ 362,3 milhões de ativos regulatórios líquidos (vide nota explicativa 11).

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa consolidados da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var.%	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	**139,4**	**12,7**	**+ 997,6**	**304,7**	**202,7**	**+ 50,3**
(-) Contribuição social e imposto de renda	32,0	1,4	+ 2.185,7	(21,9)	(40,7)	- 46,2
(-) Resultado das operações descontinuadas	(0,2)	9,6	-	(0,9)	30,5	-
(-) Resultado de equivalência patrimonial	-	0,1	-	(3,6)	-	-
(-) Resultado financeiro	(337,2)	(58,4)	+ 477,4	(635,9)	(199,1)	+ 219,4
(-) Depreciação e amortização	(185,5)	(21,5)	+ 762,8	(591,4)	(141,5)	+ 318,0
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**630,3**	**81,5**	**+ 673,4**	**1.558,4**	**553,5**	**+ 181,6**
(+) Receita de acréscimos moratórios	28,1	11,4	+ 146,5	114,7	42,7	+ 168,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**658,4**	**92,9**	**+ 608,7**	**1.673,1**	**596,2**	**+ 180,6**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	22,8	12,8	+ 10,0 p.p	20,2	21,3	- 1,1 p.p

Resultados das subsidiárias em 2014, considerando 12 meses das empresas adquiridas:

Lucro Líquido (Valores em R$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
I) Segmento - Distribuição de energia elétrica						
✓ Energisa Mato Grosso	105,7	(125,3)	-	104,8	(382,7)	-
✓ Energisa Paraíba	64,7	12,0	+ 439,2	119,4	133,9	- 10,8
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	44,0	(16,3)	-	33,4	(21,1)	-
✓ Energisa Sergipe	52,9	12,5	+ 323,2	102,2	45,6	+ 124,1
✓ Energisa Tocantins	77,0	(142,8)	-	66,8	(156,3)	-
✓ Energisa Minas Gerais	2,5	(1,7)	-	23,0	27,5	- 16,4
✓ Bragantina	5,3	21,5	- 75,3	30,0	6,6	+ 354,5
✓ Energisa Borborema	(8,4)	2,0	-	2,6	9,5	- 72,6
✓ Nacional	8,4	16,5	- 49,1	25,1	19,4	+ 29,4
✓ Vale Paranapanema	8,0	5,8	+ 37,9	17,3	8,5	+ 103,5
✓ Caiuá	17,9	(14,8)	-	20,1	(42,6)	-
✓ Energisa Nova Friburgo	0,5	0,1	+ 400,0	2,3	6,9	- 66,7
✓ Força e Luz do Oeste	4,1	3,1	+ 32,3	4,9	1,9	+ 157,9
II) Segmento - Comercialização e geração de energia						
✓ Energisa Geração RN	0,7	8,9	- 92,1	9,8	15,8	- 38,0
✓ Energisa Comercializadora	(1,7)	0,4	-	6,8	7,3	- 6,8
✓ Energisa Rio Grande	(4,1)	(0,1)	+ 4.000,0	(2,9)	3,8	-
✓ PCH Zé Tunin	-	0,8	-	0,9	3,5	- 74,3
✓ Energisa Bioeletricidade	5,0	(1,3)	-	3,8	7,9	- 51,9
✓ SPE Cristina	(0,9)	(0,1)	+ 800,0	(1,7)	(0,6)	+ 183,3
✓ Tangará Energia	(106,1)	2,6	-	(130,6)	5,0	-
III) Segmento - Serviços						
✓ Energisa Soluções	(1,0)	(1,7)	- 41,2	(1,1)	(1,9)	- 42,1
✓ Energisa Planejamento e outras	(0,7)	(0,4)	+ 75,0	(1,2)	(0,5)	+ 140,0

A geração de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por subsidiária em 2014 que foi consolidada no resultado da Energisa e suas respectivas margens são:

Distribuidora	EBITDA		EBITDA Ajustado	
	Valor (R$ milhões)	Margem sem ajustes (%)	Valor (R$ milhões)	Margem ajustada (%)
✓ Energisa Mato Grosso	461,3	21,2	493,4	22,9
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	246,4	18,2	265,8	19,6
✓ Energisa Paraíba	230,1	17,7	249,8	19,2
✓ Energisa Sergipe	210,5	23,1	223,9	24,6
✓ Energisa Tocantins	113,7	18,4	124,7	20,2
✓ Energisa Minas Gerais	80,6	16,4	86,3	17,6
✓ Energisa Geração RN	64,6	76,8	64,6	76,8
✓ Bragantina	45,6	25,9	47,7	27,0
✓ Caiuá	44,4	16,2	47,4	17,3
✓ Vale Paranapanema	38,7	17,9	40,6	18,8
✓ Energisa Borborema	11,5	6,2	14,1	7,6
✓ Energisa Rio Grande	15,7	53,0	15,7	53,0
✓ Energisa Comercializadora	12,8	3,2	12,8	3,2
✓ Nacional	28,8	20,0	30,2	21,0
✓ Energisa Bioeletricidade	16,0	47,1	16,0	47,1
✓ Energisa Nova Friburgo	11,3	9,9	12,8	11,2
✓ Força e Luz do Oeste	11,4	16,7	12,3	18,0
✓ Tangará Energia	5,9	7,8	5,9	7,8
✓ PCH Zé Tunin	5,2	57,8	5,2	57,8
✓ Energisa Soluções	2,2	3,1	2,2	3,1
✓ SPE Cristina	0,6	18,8	0,6	18,8
✓ Holdings/Outras	9,3	-	9,3	-
✓ Operações descontinuadas	(108,2)	-	(108,2)	-
Total	**1.558,4**	**18,6**	**1.673,1**	**20,1**

6 - Estrutura de capital

6.1 - Operações financeiras

As contratações de financiamentos realizadas pelo Grupo Energisa em 2014 totalizaram R$ 4.477 milhões, sendo: (i) R$ 96,0 milhões em financiamento pelo BNDES (ii) R$ 1.500,0 milhões em emissão de debêntures pela Energisa S.A destinadas a operação de aquisição do Grupo Rede; (iii) R$ 900,0 milhões em emissão de debêntures pela Energisa Mato Grosso, Energisa Tocantins e Energisa Mato Grosso do Sul destinadas a reestruturação do endividamento dessas Companhias por meio da liquidação antecipada de dívidas onerosas; (iv) R$ 641,3 milhões em emissão de FIDC destinados ao financiamento dos investimentos da Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul, e (v) R$ 1.340,0 milhões de empréstimos destinados ao refinanciamento de dívidas vincendas e financiamento de capital de giro nas distribuidoras do Grupo Energisa.

No âmbito da aquisição do Grupo Rede e com base no compromisso com a readequação da saúde financeira das Companhias adquiridas, a partir de maio de 2014 foi efetuada a liquidação antecipada de mais de R$ 1.015,0 milhões em dívidas onerosas, o que trouxe benefícios relevantes para o perfil do endividamento das distribuidoras adquiridas. Também de acordo com as determinações do Plano Aneel, foi efetuado o aporte de capital de R$ 795 milhões nas distribuidoras adquiridas, além da quitação de R$ 414,0 milhões em operações de mútuos entre as distribuidoras e a holding do Grupo Rede.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Consolidada e de suas distribuidoras em 31 de dezembro de 2014. Importante destacar que as disponibilidades estão afetadas pelos atrasos nas subvenções das tarifas no montante de R$ 297,0 milhões, cujo recebimento será liquidado ao longo do primeiro semestre de 2015, em face do aumento de tarifas extraordinário de 02/03/2015:

Valores em R$ milhões	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
Curto Prazo	**247,7**	**18,6**	**209,8**	**19,6**	**152,3**	**258,7**	**122,9**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	243,3	18,2	180,1	19,0	138,3	79,6	112,9
Debêntures	-	-	8,7	-	-	46,7	4,3
Encargos de dívidas	3,6	0,3	5,4	0,6	3,2	2,9	5,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,8	0,1	15,6	-	10,8	5,9	0,2
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	123,6	-
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	-	-	-	-	-	-
Longo Prazo	**99,8**	**47,4**	**524,4**	**40,7**	**540,3**	**1.715,3**	**728,0**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	98,2	47,2	361,2	40,7	483,3	754,5	330,3
Debêntures	-	-	60,0	-	-	447,3	397,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,6	0,2	103,2	-	57,0	11,7	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	150,7	-
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	-	-	-	-	351,1	-
Total das dívidas (*)	**347,5**	**66,0**	**734,2**	**60,3**	**692,6**	**1.974,0**	**850,9**
(-) Disponibilidades financeiras	21,0	12,1	56,1	13,4	83,7	681,6	325,1
Total das dívidas líquidas (*)	**326,5**	**53,9**	**678,1**	**46,9**	**608,9**	**1.292,4**	**525,8**

Dívidas por distribuidora (continuação):

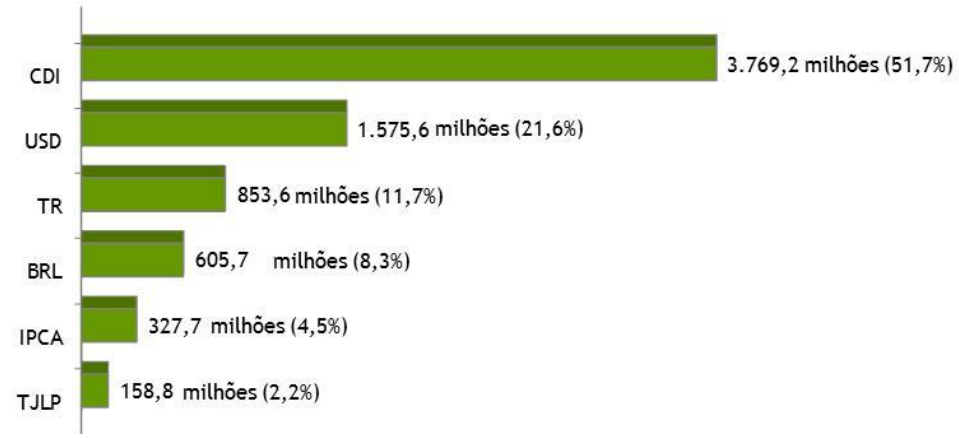
Valores em R$ milhões	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Energisa consolidada
Curto Prazo	**20,4**	**54,8**	**36,8**	**171,7**	**9,3**	**2,6**	**2.484,7**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	19,5	0,6	0,3	46,2	0,1	0,1	1.233,5
Debêntures	-	-	-	-	-	-	786,9
Encargos de dívidas	0,7	0,1	-	-	-	-	42,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,2	4,8	3,6	3,5	2,8	2,5	50,7
Parcelamento de encargos setoriais	-	49,3	32,9	45,5	6,4	-	294,6
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-		-	76,5	-		76,5
Longo Prazo	**238,5**	**106,5**	**21,5**	**35,7**	**15,8**	**3,1**	**6.020,2**
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	187,8	77,5	0,2	13,0	-	0,1	2.841,1
Debêntures	49,7	-	-	-	-	-	2.386,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,0	27,1	20,3	20,4	15,6	3,0	263,8
Parcelamento de encargos setoriais	-	1,9	1,0	2,3	0,2	-	177,6
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	-		-	-	-	351,1
Total das dívidas	**258,9**	**161,3**	**58,3**	**207,4**	**25,1**	**5,7**	**8.504,9**
(-) Disponibilidades financeiras	129,8	55,6	37,7	35,7	55,6	2,1	1.624,6
Total das dívidas líquidas (*)	**129,1**	**105,7**	**20,6**	**171,7**	**(30,5)**	**3,6**	**6.880,3**

(*) Não considera os instrumentos de derivativos marcados a mercado no montante líquido consolidado de R$ 96,4 milhões.

6.2 - Custo, prazo médio e indexação do endividamento

O custo médio do endividamento ao final de 2014 ficou em 11,79% (9,32% ao ano em 31 de dezembro de 2013) e o prazo médio em 5,8 anos. A composição do endividamento por indexador é a seguinte:

Dívida Bancária e de Emissão Consolidada por Indexador - 2014

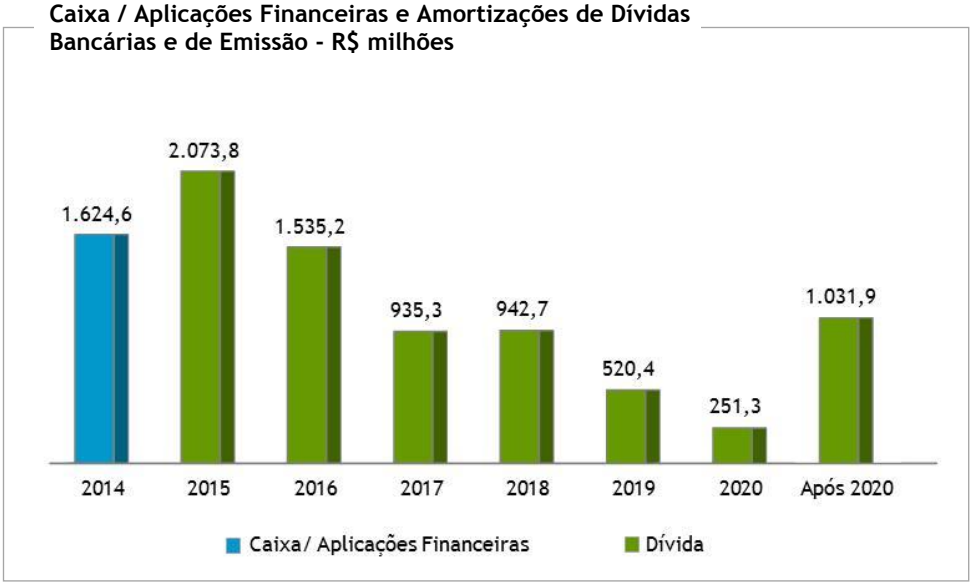


Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com "swaps" para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção cambial.

6.3 - Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 31 de dezembro de 2014, vis-à-vis o caixa, está representado a seguir:

Caixa / Aplicações Financeiras e Amortizações de Dívidas Bancárias e de Emissão - R$ milhões



7 – Mercado de capitais

7.1 - Informações sobre as ações da Energisa

As ações do Grupo Energisa são negociadas na BM&FBovespa sob os códigos: ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (*Units*, certificados de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). A seguir, estão os indicadores de mercado ao fim de 2014:

Indicadores de Mercado	Dezembro/14	Dezembro/13	Var. %
Valor de Mercado (R$ milhões)	3.302	3.391	- 2,6
Enterprise Value (EV - R$ milhões) (1)	10.258	5.505	+ 86,3
Dividendo *yield* de ENGI11 (*Units*) - % (2)	6,4	5,9	+ 8,5
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido	1,8	1,8	-

(1) EV = Valor de mercado + dívida líquida.
(2) Proventos relativos aos exercícios de 2014 e 2013 / cotação de fechamento das *Units*.

7.2 – Distribuição de dividendos

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2014, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R$ 68,5 milhões (R$ 0,056 por ação ou R$ 0,28 por Unit), pagos em 11 de setembro. Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R$ 130,9 milhões (R$ 0,107 por ação ou R$ 0,535 por Unit), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício, no valor de R$ 199,4 milhões, representam 71,8% do lucro líquido apurado pela Companhia.

8 – Investimentos

8.1 - Investimentos por subsidiária

Em 2014, o Grupo Energisa investiu em suas atividades o montante de R$ 1.273,4 milhões, dos quais R$ 707,1 milhões realizados pelas empresas adquiridas do Grupo Rede. O montante é 55,9% superior ao investido no ano anterior.

Investimentos Realizados
(R$ milhões)

Empresas	2014	%
✓ Energisa Mato Grosso	304,2	23,9
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	219,7	17,3
✓ Usinas Termelétricas a Biomassa de cana-de-açúcar (*)	178,5	14,0
✓ Energisa Paraíba	154,5	12,1
✓ Energisa Tocantins	95,6	7,5
✓ Energisa Sergipe	90,0	7,1
✓ Energisa Minas Gerais	49,5	3,9
✓ Caiuá	29,7	2,3
✓ Parques Eólicos (*)	23,8	1,9
✓ Energisa Borborema	20,5	1,6
✓ Bragantina	19,9	1,6
✓ Nacional	16,9	1,3
✓ Vale Paranapanema	16,4	1,3
✓ Energisa Soluções	10,6	0,8
✓ Energisa Nova Friburgo	8,3	0,7
✓ Energisa S/A	5,2	0,4
✓ Força e Luz do Oeste	4,7	0,4
✓ Outras	25,4	2,0
Total	**1.273,4**	**100,0**

(*) Ativos em processo de alienação.

Os principais dados operacionais das distribuidoras do Grupo Energisa estão apresentados na tabela a seguir:

Principais dados operacionais em 31 de dezembro de 2014							
Descrição	EMG	ENF	ESE	EBO	EPB	EMT	EMS
Área de Concessão (km²)	16.331	1.000	17.465	1.789	54.595	903.378	328.335
Municípios Atendidos	66	1	63	6	216	141	74
Números de Consumidores Cativos (mil)	426	101	708	196	1.313	1.270	938
População Atendida (mil)	1.028	184	1.930	483	3.284	3.224	2.400
Propriedades na Transmissão							
km de Linhas de Transmissão	1.070	15,6	1.268	-	2.291	5.751	3.789
Propriedades na Distribuição							
Número de Subestações	44	6	31	7	61	156	98
Potência nas Subestações (MVA)	901	152	680	165	1.146	3.030	2.163
Transformadores Próprios de Distribuição	59.243	3.420	37.896	3.948	56.250	127.405	59.513
Capacidade Instalada nos Transformadores Próprios (MVA)	1.145	206	740	151	1.234	2.110	1.727
Km de Linhas e Redes de Distribuição	26.278	1.916	25.518	4.784	71.201	114.616	85.028

Principais dados operacionais (continuação):

Principais dados operacionais em 31 de dezembro de 2014							
Descrição	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Energisa consolidada
Área de Concessão (km²)	277.621	9.149	11.770	3.453	4.500	1.200	1.630.586
Municípios Atendidos	139	24	27	15	15	1	788
Números de Consumidores Cativos (mil)	546	233	175	147	111	56	6.220
População Atendida (mil)	1.427	552	435	332	278	177	15.734
Propriedades na Transmissão							
km de Linhas de transmissão	1.255	623	494	496	370	-	17.141
Propriedades na Distribuição							
Número de Subestações	1.067	423	308	378	196	90	592
Potência nas Subestações (MVA)	82.224	8.581	7.634	6.610	3.135	1.779	11.475
Transformadores Próprios de Distribuição	64.477	11.199	8.053	11.709	4.269	2.448	449.830
Capacidade Instalada nos Transformadores Próprios (MVA)	1.067	423	308	378	196	90	9.775
Km de Linhas e Redes de Distribuição	82.224	8.581	7.634	6.610	3.135	1.779	439.304

9 - Recursos humanos

A Energisa valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria na qualidade dos serviços. O Grupo Energisa encerrou 2014 com 10.106 colaboradores próprios e 5.474 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços de construção de redes e usinas.

As ações de gestão de pessoas estão alinhadas aos valores e missão da companhia e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua sob como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos, desafios e metas da empresa.

Na prevenção de acidentes e preservação da saúde dos trabalhadores, quatro empresas do Grupo Energisa foram agraciadas em 2014 com o Prêmio Nacional de Segurança da Fundação COGE – FUNCOGE. A Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE) recebeu a medalha de ouro, por ter sido a melhor no Grupo I entre as empresas com até 500 funcionários. A Energisa Minas Gerais e a Caiuá Distribuidora de

Energisa S.A, respectivamente, receberam as medalhas de prata e bronze no Grupo II entre as empresas com 501 a 2.000 funcionários. A Energisa Paraíba foi agraciada com a medalha de prata por ter obtido o segundo lugar no Grupo III (empresas com mais de 2.000 funcionários). A conquista desses prêmios evidencia uma cultura de gestão preventiva que valoriza o ser humano como maior ativo da empresa.

O Grupo Energisa dedicou 676,9 mil homens/hora de treinamento em 2014, com investimentos de mais de R$ 4,2 milhões. Desde 2009, O Grupo mantém o programa de "Educação a Distância". Em 2014, foram dedicadas nessa modalidade de treinamento 203,5 mil homens/hora, o que corresponde a 30,0% do total realizado.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de aprendizado, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em 2014, foi ampliado o Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão dos Centros de Operação de todas as empresas.

A Energisa também deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio do "Portal Líder" e "Academia de Líderes". O PORTAL LÍDER ENERGISA oferece aos seus participantes cursos práticos da Harvard Business Publishing. Ainda em 2014 foi desenhada a Academia de Líderes, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos.

A Energisa conta ainda com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas. A Energisa mantém um programa de seleção de trainees com curso superior que permite desenvolver uma nova geração de líderes. Nos últimos quatro anos foram retidos 34 pessoas nesse programa.

10 – Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

Cada uma de suas subsidiárias busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais
As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ Espaços Usina Cultural oferecem programação mensal com shows, teatro, exposições e lançamentos de livros. Em 2014, estes espaços receberam cerca de 26 mil visitantes;
- ✓ Biblioteca Energisa e Balcão de Livros estão localizados em diversas cidades da Zona da Mata Mineira e do Estado da Paraíba e visam democratizar o acesso à leitura e estimular sua prática. Atualmente possuem um acervo de mais de 6 mil obras literárias;

- ✓ Ainda, por meio de leis de incentivo à cultura, as subsidiárias patrocinam diversos projetos culturais. Em 2014 vinte projetos foram beneficiados, tais como a 6ª Edição do CinePort (festival de mostras competitivas de longa e curta metragens), a Orquestra Jovem de Sergipe (proporcionou a 100 jovens de famílias de baixa renda o contato com a música clássica, visando a profissionalização) e a 12ª Edição do Festival de Viola de Piacatuba que, em 2014, atraiu um público aproximado de 28 mil pessoas.

No âmbito social dois projetos se destacaram:

- ✓ Selo UNICEF Município Aprovado, projeto em parceria com o estado de Tocantins que apoia programas direcionados ao fortalecimento de políticas públicas municipais que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes. Iniciativa com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, que a Energisa apoia com a arrecadação de recursos através da conta de energia. Na edição 2013-2016, 111 municípios inscreveram-se, o que representa 80% do total do Estado. Desde o início da parceria, a Energisa arrecadou quase R$ 3 milhões, sendo R$ 427 mil somente em 2014. Todo o valor arrecadado foi repassado para o UNICEF Brasil.

- ✓ Também para apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, as subsidiárias do Grupo doaram 1% do Imposto de Renda devido em 2014. Um dos programas contemplados, Programa Siminina em Cuiabá, atendeu a 1,4 mil meninas, entre 7 e 14 anos, em situação de vulnerabilidade social.

Iniciativas Esportivas
Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer:

- ✓ Caminhada da Saúde/ Caminhada Ecológica (em 2014 mobilizou mais de 2 mil pessoas, entre colaboradores e público externo), Programa Gol de Placa, Atletas do Futuro e o projeto Magia V, esse último por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Iniciativas voltadas à Educação
Na linha do desenvolvimento econômico das áreas de concessão, o grupo - por meio de suas subsidiárias - investe em projetos específicos de incentivo a educação:

- ✓ Parceria com o Junior Achievement, fundação educativa sem fins lucrativos, em que colaboradores atuam como voluntários na formação de jovens empreendedores de escolas públicas e privadas. Em 2014, com o envolvimento de 83 voluntários, mais de 1.400 alunos de 6 escolas dos estados de Minas Gerais e Paraíba foram beneficiados.

- ✓ Projeto Bem da Gente, que tem como proposta gerar a inclusão produtiva estimulando o empreendedorismo por meio da oferta de capacitação em oficinas do SEBRAE Microempreendedor. Em 2014, o projeto foi desenvolvido nos estados de Sergipe e Paraíba.

- ✓ No Mato Grosso do Sul a Energisa patrocina cursos para formação e capacitação de profissionais nas áreas de construção, operação e manutenção de redes de distribuição e subestações, com treinamentos essenciais e específicos para formação profissional à comunidade em geral.

Uso Consciente de Energia
Todos os anos, diversos projetos do programa de "Eficiência Energética" são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2014, este programa absorveu mais de R$ 25 milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- ✓ Energisa Comunidades / Energisa em Minha Casa / Nossa Energia / Energia Solidária: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes, adequação das instalações elétricas internas e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a Unidade Móvel da Energisa, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas itinerantes nas áreas de concessão.

- ✓ Espaço Energia: é um complexo didático-interativo, localizado em João Pessoa/PB, que apresenta, de maneira lúdica, a história da eletricidade e seu uso racional e eficiente. Em 2014 mais de 16 mil pessoas visitaram o local. Para 2015 está prevista a expansão do projeto para a cidade de Campo Grande/MS.

- ✓ Conta Cidadã: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2014 foram coletadas mais de 6 mil toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais.

Outras ações ambientais – ações mitigadoras

A Energisa mitiga seus impactos por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança – SGMASS e o Sistema de Gestão Socioambiental – SGSA. Dentre os programas e práticas, destacam-se:

- ✓ Implantação de redes isoladas e protegidas;
- ✓ Implantação do Comitê de Gestão Socioambiental – COGESA;
- ✓ Continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos próprios;
- ✓ Realização sistemática de procedimentos referentes a novos licenciamentos ambientais e monitoramento e controle das renovações das licenças de operação;
- ✓ Desenvolvimento de campanhas interna e externa de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente;
- ✓ Realização periódica de inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA), além de capacitação de funcionários;
- ✓ Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental;
- ✓ Participação nos Comitês de Arborização, órgão da administração pública municipal que trata das questões referentes ao convívio harmonioso da arborização com a infraestrutura existente na área urbana de municípios das suas áreas de concessão.

11 – Reconhecimentos e prêmios

O ano de 2014 foi marcado por diversas e importantes conquistas para a Energisa. A Companhia foi eleita a melhor empresa em Governança Corporativa no setor de energia elétrica pela Revista IstoÉ Dinheiro. O reconhecimento foi resultado da avaliação do balanço econômico das empresas, do código de conduta, de processos internos, do comprometimento com valores éticos e morais e, como critério de desempate, a evolução do capital próprio. Além da Energisa, foram premiadas as seguintes subsidiárias:

Energisa Paraíba

- Conquista do Prêmio Abradee 2014 – concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – na categoria Evolução do Desempenho e considerada a Melhor Distribuidora do Nordeste.
- Segundo lugar no prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor na região Nordeste.
- Quarta colocação no *ranking* da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que avalia as melhores empresas do Brasil.
- Medalha Eloy Chaves, na categoria prata, em questões de segurança do trabalho.

Energisa Minas Gerais

- Reconhecida como a quarta melhor empresa do Brasil em *ranking* elaborado pela Aneel.
- Medalha Eloy Chaves, na categoria prata, em questões de segurança do trabalho.

Energisa Mato Grosso do Sul

- Eleita a melhor empresa da região Centro-Oeste pelo IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. Adicionalmente, a empresa alcançou a terceira colocação nacional nesse prêmio.
- Ganhadora do Prêmio Abradee 2014 na categoria Melhor Distribuidora do Norte/Centro-Oeste.

Nacional

- Vencedora do Prêmio Abradee 2014, um dos maiores reconhecimentos do setor de energia elétrica no Brasil, em três das quatro categorias avaliadas: Responsabilidade Social, Avaliação pelo Cliente e Melhor Distribuidora do País do seu porte.

Vale do Paranapanema

- Reconhecida como a melhor empresa da região Sul/Sudeste com até 400 mil unidades consumidoras pelo Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

Energisa Tocantins

- Segundo lugar no prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor na região Norte.

Energisa Mato Grosso

- Segundo lugar no prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor na região Centro-Oeste.

Bragantina

- Segundo lugar no prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor na região Sul/Sudeste.

12 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e do auditor anterior BDO RCS Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa e suas controladas em 2014 foi de R$ 6,4 milhões, dos quais R$ 5,6 milhões pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R$ 0,8 milhão por serviços relacionados a programas de eficiência energética, Luz para Todos e incentivos fiscais.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	50.249	75.107	576.072	252.185
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	6.046	146.083	998.535	423.577
Clientes, consumidores e concessionárias	7	5.158	4.812	1.403.552	391.055
Títulos de créditos a receber	8	-	-	65.070	43.694
Estoques		53	68	29.474	8.935
Impostos a recuperar	14	193	8.172	307.260	130.960
Dividendos a receber	17	30.127	45.977	-	295
Despesas pagas antecipadamente		56	47	4.251	11.666
Outros créditos	12	3.079	5.082	532.178	107.712
Instrumentos financeiros derivativos	35	0	-	59.705	-
Ativos regulatórios	11	-	-	439.948	-
Contas a receber da concessão	16	-	-	861.289	-
Ativos disponíveis para venda	41	818.984	-	2.014.537	-
Total do circulante		**913.945**	**285.348**	**7.291.871**	**1.370.079**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	-	16.219	50.022	103.069
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	138.433	16.119
Títulos de créditos a receber	8	-	-	43.473	37.722
Ativos regulatórios	11	-	-	568.853	-
Créditos com partes relacionadas	13	760.728	28.784	106.328	-
Impostos a recuperar	14	-	17.418	173.111	74.820
Créditos tributários	15	209.190	17.412	928.170	232.802
Depósitos e cauções vinculados	25	41	4	163.318	61.371
Instrumentos financeiros derivativos	35	74.361	18.469	157.398	94.355
Contas a receber da concessão	16	-	-	2.162.764	801.188
Outros	12	24	24	183.949	4.917
		1.044.344	**98.330**	**4.675.819**	**1.426.363**
Investimentos	17	2.934.043	2.102.448	36.410	18.443
Imobilizado	18	9.098	6.972	85.208	1.181.693
Intangível	19	4.717	4.141	6.512.334	1.530.402
Total do não circulante		**3.992.202**	**2.211.891**	**11.309.771**	**4.156.901**
Total do ativo		**4.906.147**	**2.497.239**	**18.601.642**	**5.526.980**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	20	1.182	2.425	966.244	318.174
Encargos de dívidas	21	7.353	818	42.462	11.518
Empréstimos e financiamentos	21	372.840	-	1.233.487	273.173
Debêntures	22	726.084	68.909	786.868	270.102
Tributos e contribuições sociais	23	80.519	1.744	434.254	128.179
Parcelamento de impostos	24	-	-	22.851	3.372
Dividendos a pagar		1.993	1.958	14.592	2.344
Obrigações estimadas		1.398	1.308	85.545	22.175
Encargos do consumidor a recolher		-	-	8.575	804
Taxa de iluminação pública		-	-	47.579	7.133
Benefícios a empregados - plano de pensão	36	255	378	27.856	17.960
Obrigações Intrassetoriais		-	-	118.783	54.674
Passivos regulatórios	11	-	-	214.641	-
Taxas regulamentares	26	-	-	294.601	-
Outras contas a pagar		53.170	2.750	512.229	46.873
Passivos disponíveis para venda	41	32.348	-	1.221.309	-
Total do circulante		**1.277.142**	**80.290**	**6.031.876**	**1.156.481**
Não circulante					
Fornecedores	20	-	-	359.895	6.286
Empréstimos e financiamentos	21	199.215	175.695	2.841.085	1.819.385
Debêntures	22	1.398.032	398.888	2.386.610	458.888
Instrumentos financeiros derivativos	35	-	-	328.231	-
Tributos e contribuições sociais	23	-	-	75.964	43.807
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	-	-	1.765.217	15.092
Parcelamento de impostos	24	-	-	90.712	4.717
Débitos com partes relacionadas	13	144.018	31.051	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	25	-	-	629.114	68.607
Benefícios a empregados - plano de pensão	36	1.510	2.100	174.188	117.646
Passivos regulatórios		-	-	440.339	-
Taxas regulamentares	26	-	-	177.585	-
Outras contas a pagar		3.291	1.307	301.966	9.555
Total do não circulante		**1.746.066**	**609.041**	**9.570.906**	**2.543.983**
Patrimônio líquido					
Capital social	27.1	1.010.000	1.010.000	1.010.000	1.010.000
Ações em tesouraria		(42.675)	(42.675)	(42.675)	(42.675)
Reserva de capital		1.848	1.848	1.848	1.848
Reserva de lucros		874.812	793.812	874.812	793.812
Dividendos adicionais propostos	27.5	130.946	100.351	130.946	100.351
Outros resultados abrangentes		(91.992)	(55.428)	(91.992)	(55.428)
		1.882.939	**1.807.908**	**1.882.939**	**1.807.908**
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.115.921	18.608
Total do patrimônio líquido		**1.882.939**	**1.807.908**	**2.998.860**	**1.826.516**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.906.147**	**2.497.239**	**18.601.642**	**5.526.980**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	28	57.063	53.912	8.279.559	2.804.948
Custo do serviço de energia elétrica	29	-	-	(4.326.378)	(1.409.079)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	29	(9.346)	(21.857)	(2.036.459)	(552.101)
Lucro bruto		**47.717**	**32.055**	1.916.722	**843.768**
Despesas com vendas	29	(25)	-	(195.095)	(111.874)
Despesas gerais e administrativas	29	(72.591)	(22.631)	(738.021)	(310.558)
Outras receitas	31	382	89	55.063	28.275
Outras despesas	31	(113)	(33)	(71.650)	(37.573)
Equivalência patrimonial	**17**	370.566	227.067	(3.623)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, ágio e impostos		345.936	**236.547**	963.396	**412.038**
Receita financeira	32	148.239	47.389	492.476	164.233
Despesas financeira	32	(302.419)	(111.596)	(1.128.402)	(363.340)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(154.180)	**(64.207)**	(635.926)	**(199.107)**
Lucro antes dos impostos		191.756	**172.340**	327.470	**212.931**
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(104.150)	-	(291.739)	(57.646)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	192.141	-	269.878	16.949
Resultado de operações descontinuadas		731	29.021	(889)	30.513
Lucro líquido do exercício		**280.478**	**201.361**	304.720	**202.747**
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Controladora		280.478	201.361	280.478	201.361
Acionistas não controladores		-	-	24.242	1.386
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R$		**0,2252**	**0,1696**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OEXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	280.478	201.361	304.720	202.747
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Outros resultados abrangentes	(31.399)	(11.442)	(31.399)	(11.442)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**249.079**	**189.919**	**273.321**	**191.305**
Atribuível a:				
Acionistas controladores	249.079	189.919	249.079	189.919
Acionistas não controladores	-	-	24.242	1.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		191.756	172.340	327.470	212.931
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas		-	-	-	35.475
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		244.604	65.705	280.099	280.085
Depreciação e amortização	29	23.388	17.637	591.357	141.493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	(40.493)	12.322
Provisão para riscos	29	-	(342)	(5.927)	(4.922)
(Ganho) perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	30	(269)	(56)	16.587	9.409
Equivalência patrimonial	17	(370.566)	(227.067)	-	(106)
Marcação a mercado de derivativos	31	(5.363)	44.727	6.960	114.939
Instrumentos Financeiros Derivativos	31	(15.503)	(26.516)	(87.312)	(152.275)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante					
(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias		(346)	(469)	(162.587)	53.674
Diminuição de títulos de créditos a receber		-	3.700	449.126	28.902
Diminuição (aumento) de estoques		15	(20)	242	3.616
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(2.283)	(6.902)	(314.497)	9.995
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(37)	10	(1.682)	(5.112)
(Aumento) de despesas pagas antecipadamente		(9)	88	6.886	(1.992)
Diminuição (aumento) de outros créditos		2.100	(3.771)	(119.694)	(36.755)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante					
(Diminuição) aumento de fornecedores		(1.243)	1.313	(268.731)	69.634
Aumento de tributos e contribuições sociais		3.399	575	212.898	2.676
imposto de renda e contribuição pagos		-	-	(68.167)	(48.163)
Aumento (diminuição) de obrigações estimadas		90	(230)	63.546	1.792
Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher		-	-	7.771	(15.499)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		51.691	2.573	(154.306)	(13.937)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**121.424**	**43.295**	**739.546**	**698.182**
Atividades de investimentos					
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos		(1.180.873)	(140.880)	-	(1.089)
Aplicações financeiras e recursos vinculados		205.918	128.226	(226.539)	248.357
Aplicações no imobilizado e intangível		(5.238)	(3.621)	(942.378)	(723.474)
Partes relacionadas		(744.528)	29.492	-	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	30	277	89	33.720	28.282
Aquisição de caixa mais equivalente de caixa		-	-	84.066	-
Caixa equivalente de caixa descontinuado		-	-	(61.403)	
Recebimento de dividendos		15.850	223.639	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		**(1.708.594)**	**236.945**	**(1.112.534)**	**(447.924)**
Atividades de financiamento					
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures		1.935.146	-	3.981.033	794.497
Pagamentos de empréstimos - principal		(62.898)	(360.000)	(2.191.923)	(1.002.044)
Pagamentos de empréstimos - juros		(106.063)	(57.085)	(318.496)	(193.010)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(35.026)	(1.012)	(33.261)	22.697
Pagamentos de dividendos		(168.848)	(179.317)	(215.875)	(180.666)
Débitos com partes relacionadas		-	31.051	-	-
Aumentos de capital com subscrição de ações		-	350.000	-	350.000
Pagamento de parcelamento de impostos			-	(524.603)	(2.718)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		**1.562.311**	**(216.363)**	**696.875**	**(211.244)**
Variação líquida do caixa		**(24.859)**	**63.877**	**323.887**	**39.014**
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		75.108	11.231	252.185	213.171
Caixa mais equivalentes de caixa finais		50.249	75.108	576.072	252.185
Variação líquida do caixa		**(24.859)**	**63.877**	**323.887**	**39.014**

-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Receitas de vendas de energia e serviços	28	64.306	60.755	10.560.811	3.546.590
Outras receitas	30	382	88	33.719	28.276
Receitas relativas à construção de ativos próprios	28	-	-	1.084.462	760.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação incobráveis	9	-	-	40.493	(12.394)
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Custo da energia elétrica vendida	29	-	-	4.497.677	1.568.099
Materiais e serviços de terceiros	29	39.076	10.803	850.931	637.720
Outros custos operacionais		1.998	630	1.087.682	360.487
		41.074	11.433	6.436.290	2.566.306
Valor adicionado bruto		23.614	49.410	5.283.195	1.756.975
Depreciação, amortização e realização de ágio	29	23.389	17.637	591.357	141.493
Valor adicionado líquido		225	31.773	4.691.838	1.615.482
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	17	370.566	227.067	(3.623)	-
Receitas financeiras	31	148.239	47.389	492.476	164.233
Valor adicionado total a distribuir		**519.030**	**306.229**	**5.180.691**	**1.779.715**
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal	29				
Remuneração direta		10.894	9.852	513.176	196.757
Benefícios		3.351	2.825	96.808	55.798
FGTS		807	594	45.505	14.816
Impostos, taxas e contribuições	28				
Federais		(79.565)	7.680	846.790	250.446
Estaduais		-	-	1.942.662	645.337
Municipais		1.299	1.227	5.823	5.615
Obrigações Intrassetoriais		-	-	202.218	39.670
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	31	302.419	111.595	1.199.535	392.247
Aluguéis		78	116	22.565	6.795
Remuneração de capitais próprios	27				
Dividendos	27.4	68.532	68.532	68.532	68.532
Dividendos adicionais propostos	27.4	130.946	100.351	130.946	100.351
Reserva legal	27.2	14.024	10.068	14.024	10.068
Lucros acumulados		-	(305)	-	(305)
Lucros retidos	27.3	66.976	22.715	66.976	22.715
Operações descontinuadas		-	(29.021)	889	(30.513)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros		(731)	-	24.242	1.386
		519.030	**306.229**	**5.180.691**	**1.779.715**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Outras Reservas de Capital	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
					Reserva legal	Retenção de lucros	Retenção de lucro acumulado originado de mudança de prática contábil							
Saldos em 01 janeiro de 2013		**660.000**	**(42.675)**	**1.848**	**73.415**	**582.400**	**105.214**	**102.416**	**305**	**(43.986)**	**-**	**1.438.937**	**18.627**	**1.457.564**
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(102.416)	-	-	-	(102.416)	(1.011)	(103.427)
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 15/04/2013	27.1	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	-	350.000
Outros resultados abrangentes			-	-	-	-	-	-		(11.442)	-	(11.442)	(8)	(11.450)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	201.361	-	-	201.361	1.386	202.747
Proposta de destinação do lucro líquido:														
. Reserva Legal	27.2	-	-	-	10.068	-	-	-	(10.068)	-	-	-	-	-
. Dividendos	27.5	-	-	-	-	-	-	-	(68.532)	-	-	(68.532)	(386)	(68.918)
. Dividendos adicionais propostos	27.5	-	-	-	-	-	-	100.351	(100.351)	-	-	-	-	-
. Retenção de lucros	27.3	-	-	-	-	22.715	-	-	(22.715)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2013		**1.010.000**	**(42.675)**	**1.848**	**83.483**	**605.115**	**105.214**	**100.351**	**-**	**(55.428)**	**-**	**1.807.908**	**18.608**	**1.826.516**
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(100.351)	-	-	-	(100.351)	-	(100.351)
Participações dos acionistas não Controladores das aquisições realizadas em 11 de abril de 2014		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.073.070	1.073.070
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	(31.399)		(31.399)	(88)	(31.487)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.165)	(5.165)		(5.165)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	280.478	-	-	280.478	24.331	304.809
Proposta de destinação do lucro líquido:														
. Reserva Legal	27.2	-	-	-	14.024	-	-	-	(14.024)	-	-	-	-	-
. Dividendos	27.5	-	-	-	-	-	-	-	(68.532)	-	-	(68.532)	-	(68.532)
. Dividendos adicionais propostos	27.5	-	-	-	-	-	-	130.946	(130.946)	-	-	-	-	-
. Retenção de lucros	27.3	-	-	-	-	66.976	-	-	(66.976)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2014		**1.010.000**	**(42.675)**	**1.848**	**97.507**	**672.091**	**105.214**	**130.946**	**-**	**(86.827)**	**(5.165)**	**1.882.939**	**1.115.921**	**2.998.860**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA S/A BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO ANUAL - 2014 (Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	**2014**			**2013**		
Receita líquida (RL)			8.279.559			2.804.948
Resultado operacional (RO)			327.470			212.931
Folha de pagamento bruta (FPB)			229.141			257.645
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	93.327	40,73%	1,13%	37.533	14,57%	1,34%
Encargos sociais compulsórios	171.662	74,92%	2,07%	58.073	22,54%	2,07%
Previdência privada	26.850	11,72%	0,32%	21.016	8,16%	0,75%
Saúde	47.891	20,90%	0,58%	12.307	4,78%	0,44%
Segurança e saúde no trabalho	5.082	2,22%	0,06%	2.109	0,82%	0,08%
Educação	1.186	0,52%	0,01%	944	0,37%	0,03%
Cultura	17	0,01%	0,00%	14	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.893	1,70%	0,05%	3.153	1,22%	0,11%
Creches ou auxílio-creche	2.078	0,91%	0,03%	1.148	0,45%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	65.278	28,49%	0,79%	21.892	8,50%	0,78%
Outros	11.766	5,13%	0,14%	5.552	2,15%	0,20%
Total - Indicadores sociais internos	**429.030**	**187,23%**	**5,18%**	**163.741**	**63,55%**	**5,84%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	1.148	0,35%	0,01%	1.261	0,59%	0,04%
Cultura	5.222	1,59%	0,06%	4.983	2,34%	0,18%
Saúde e saneamento	401	0,12%	0,00%	86	0,04%	0,00%
Esporte	330	0,10%	0,00%	294	0,14%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	2.321	0,71%	0,03%	2.727	1,28%	0,10%
Total das contribuições para a sociedade	**9.422**	**2,88%**	**0,11%**	**9.351**	**4,39%**	**0,33%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.734.808	835,13%	33,03%	860.193	403,98%	30,67%
Total - Indicadores sociais externos	**2.744.230**	**838,01%**	**33,14%**	**869.544**	**408,37%**	**31,00%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	67.656	20,66%	0,82%	50.745	23,83%	1,81%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**67.656**	**20,66%**	**0,82%**	**50.745**	**23,83%**	**1,81%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2014**			**2013**		
Nº de empregados(as) ao final do período	4.933			4.744		
Nº de admissões durante o período	778			581		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.280			2.155		
Nº de estagiários(as)	187			192		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	864			751		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	838			802		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,97%			22,56%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.356			1.274		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	25,08%			21,53%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	176			167		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2014**			**Metas 2015**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,6			25,6		
Número total de acidentes de trabalho	92			92		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 25781	no Procon 686	na Justiça 4152	na empresa 48.024	no Procon 793	na Justiça 3.580
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98%	no Procon 69%	na Justiça 38%	na empresa 98%	no Procon 69%	na Justiça 38%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2014: 5.180.691**			**Em 2013: 1.779.715**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	-15% governo 3% colaboradores(as) 38% acionistas 58% terceiros 15% retido			52% governo 15% colaboradores(as) 4% acionistas 22% terceiros 7% retido		
7 - Outras Informações	**2014**			**2013**		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	0					
7.1.1 - Investimento da União	12.686			2.050		
7.1.2 - Investimento do Estado	914			594		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	76.418			340		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	**90.018**			**2.984**		
7.2 - Programa de eficiência Energética	45.513			13.422		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	24.859			5.714		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	**160.390**			**22.120**		

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa S/A ("Energisa" ou "Companhia"), com sede em Cataguases (MG), é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadoras de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I – fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Renovação de concessões:

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As controladas Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia (MG), Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia (RJ), Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia , Empresa de

Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina (São Paulo) e Companhia Força e Luz do Oeste (Paraná), manifestaram, em junho de 2012, o interesse na prorrogação dos Contratos de Concessão, pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Os pedidos foram reiterados em outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como os prazos das concessões vencerão em julho de 2015, e até o momento não tomamos conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados. Foi agendada uma reunião com o Ministro de Estado das Minas e Energia para dar conhecimento da gravidade e dos impactos desta indefinição. A expectativa da Administração é de que estes pedidos de prorrogação sejam aprovados pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. As controladoras aguardam manifestação do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivos regulatórios contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 16,19, 28 e 38, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A Energisa através de suas controladas de geração de energia elétrica, possui 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia, é como segue:

I – Implantar e operar UHE e PCHs, centrais térmicas de geração por biomassa e centrais geradoras eólicas;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações das PCHs, da UHE e dos projetos Eólicos e Biomassas em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração das PCHs, UHE, Eólicas e Biomassas;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas;

VII – Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário; e

VIII - Ao final do prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado, as instalações e os bens vinculados à produção de energia elétrica hidráulica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para as autorizações dos projetos Eólicos e de Biomassas, com prazos de 35 e 30 anos, respectivamente, não serão devidas indenizações dos investimentos realizados ao final da autorização, porém, é assegurada ao produtor independente a remoção das instalações.

A controlada Tangará S/A, é detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Guaporé (UHE Guaporé) localizada nos municípios de Vale de São Domingos e Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, está

autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de Produtora Independente de Energia nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000 - ANEEL.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, propondo soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções e Rede Serviços, presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Capital Circulante:

A Energisa apresentou o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R$378.541 na controladora. Conforme Fato Relevante de 20 de novembro de 2014, a Companhia assinou contratos de venda de seus ativos de geração com São João Energética S.A., sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners (São João Energética), pelo montante de R$1.400.000 mais determinados ajustes normais e em operações dessa natureza. Estima-se que as condições precedentes previstas nos contratos estejam cumpridas e a liquidação desta alienação ocorra ainda neste primeiro quadrimestre de 2015. Adicionalmente, a administração considera que os fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de negociação para alongamento e substituição das dividas de curto prazo, irão gerar os recursos financeiros suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido.

Aquisição de controle acionário:

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, EMT e EMS, juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informou aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.– EMS, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT e na Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. – ETO, Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68%e do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge, e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no valor total de R$1.295.356, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Etapas da aquisição do controle acionário do Grupo Rede pela Energisa S/A.

1.1. Plano de Recuperação ANEEL

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das Companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo de 60 dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação que vise solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/2012 mencionadas acima, a controlada Rede Energia, na qualidade de acionista controladora direta das companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro/2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria Rede Energia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Rede Energia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a controlada Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa nº 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A. em 08 de abril de 2014 a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que nesta data foi formalizada a transferência do controle societário á Energisa S.A..

Recuperação Judicial

Em 26 de novembro de 2012, a controlada Rede Energia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Nessa mesma data, foram ajuizados de forma conjunta, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S.A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge").

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da controlada Rede Energia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Rede Energia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da controlada Rede Energia foi distribuído sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.
Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Rede Energia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via cram down (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013.

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (Chapter 15), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que em 09/09/2014 foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial está sendo estritamente cumprido.

De toda forma, atualmente ainda está pendente o julgamento de dois recursos apresentados por credores estrangeiros: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo.

1.2. Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, foi celebrado o Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades JQMJ Participações S.A. ("JQMJ"), BBPM Participações S.A. ("BBPM"), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Rede Energia S.A. e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá – Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa comprometia-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

1.3. Plano de recuperação judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUÁ), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

Aportes de capital

A Companhia já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R$1.295.356, sendo tais recursos subsequentemente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

Pagamento aos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

. Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*.

. Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Opção C – credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos – créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes a Opção C será pago pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, com juros de 12,5% a.a., incidentes a partir da data de pagamento da cessão; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a formula ao crédito a título de multo após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado antes da aprovação do plano, o valor

será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo síntese dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	Tangará	CTCE	Total
Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas	**1.743.157**	**-**	**-**	**573.349**	**2.316.506**
Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%)(2)	**429.200**	**-**	**-**	**65.792**	**494.992**
Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos	**456.182**	**712.520**	**102.410**	**97.754**	**1.368.866**
. Com juros de 1%	456.182	-	102.410	97.754	**656.346**
. Com juros de TR + 4% aa	-	712.520	-	-	**712.520**
Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil	**-**	**-**	**-**	**50**	**50**
Valores a pagar pelas Recuperandas a credores multa 95%	**-**	**-**	**-**	**62.574**	**62.574**
					0
Passivo assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial	**885.382**	**712.520**	**102.410**	**226.170**	**1.926.482**
Atualização (1)	82.065	38.436	17.884	28.669	**167.054**
Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	(500.353)	-	(87.097)	**(994.033)**
Descontos (1)	-	-	-	(59.444)	**(59.444)**
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(19.351)	(120.294)	(69.362)	**(641.364)**
Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	**128.507**	**231.252**	**-**	**38.936**	**398.695**

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados diretamente no balanço de abertura.

(2) Pagamentos realizados pela Energisa S.A.

(3) Ajustes a Valor Presente:
Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede Energia cerca de R$26.781 e pela Energisa R$494.992. Em setembro de 2014, foi liquidada a dívida da controlada Tangará com Banco Itaú BBA, no montante de R$119.579.

Cessão de Créditos– Opção C

De acordo com o plano de recuperação judicial, os credores do Grupo Rede cederam seus direitos de crédito para a Energisa com um "desconto", da ordem de 75% do valor da dívida. Os créditos cedidos, serão pagos pela Rede Energia e CTCE a Energisa nas seguintes condições: (i) 25% do montante total do crédito será pago em parcela única, em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano; (ii) o valor remanescente, correspondente a 75% do montante total do crédito, será pago ao fim de 22 anos, em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano.

A partir da assunção de controle do Grupo Rede pela Energisa, em 11 de abril de 2014, e conforme previsão no Plano de Recuperação Judicial e opção dos credores, foram concluídas as cessões de créditos detidos pelos credores contra as recuperandas para a Energisa, contra o pagamento de 25% do seu valor. Os créditos montam R$494.992, dos quais R$444.299 já foram liquidados. Estes valores foram registrados pela Energisa a valor justo, a débito de créditos com parte relacionadas contra outras contas a pagar no passivo circulante.

1.4. Consolidação das demonstrações financeiras

A Energisa a partir de 11 de abril de 2014 passou a incluir em suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras das empresas adquiridas J.Q.M.J. Participações S.A. ("JQMJ"), BBPM Participações S.A. ("BBPM"), Denerge Energisa S/A ("Denerge"), que possuem participações diretas na Rede Energia, que por sua vez detém o controle acionário das empresas distribuidoras de energia elétrica, EMT, EMS, ETO, CAIUÁ, CFLO, CNEE, EDEVP, EEB, além da Tangará Energia, CTCE, QMRA, Rede Power, Companhia Geral e Vacaria.

Aqueles investimentos, quando do fim da intervenção administrativa imposta pela Aneel e da alteração do controle acionário para a Energisa, foram mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), consequentemente, não possui informações para fins de comparação e somente a partir do 2º trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passarão a ser comparativas.

O saldo inicial das empresas adquiridas em 11 de abril de 2014 é conforme segue:

	JQMJ consolidado Saldos em 11/04/2014 (*)
Ativo	
Ativo circulante	1.764.450
Ativo não circulante	3.411.980
Investimentos	14.924
Imobilizado	182.440
Intangível	5.338.427
Total do ativo não circulante	**8.947.771**
Total do ativo	**10.712.221**
Passivo e Patrimônio Líquido	
Passivo circulante	4.488.554
Passivo não circulante	
. Impostos a recolher	1.818.148
. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	566.797
. Outros	2.745.288
Total do passivo não circulante	5.130.233
Participação de acionistas não controladores	1.134.153
Patrimônio Líquido	(40.719)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**10.712.221**

(*) Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis foram reconhecidos pelo valor justo como uma nova base de mensuração desses ativos e passivos. A Energisa realizou uma avaliação de alocação de preço de compra - PPA que representa a melhor estimativa de alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Controlada Rede Energia - Consolidação das demonstrações financeiras - empresas distribuidoras de energia elétrica

As demonstrações financeiras consolidadas da controlada Rede Energia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação, 11 de abril de 2014, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R).

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais da Rede Energia, foi considerado a Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, parágrafo 68, a qual menciona que as demonstrações financeiras individuais da controladora devem refletir a situação da controladora individual, mas sem perder de vista que elas estão vinculadas ao conceito de entidade econômica como um todo, nesse sentido estão envolvidos os patrimônios da controladora e controladas. Sendo assim as demonstrações financeiras individuais (controladora) da Rede Energia refletem ativos e passivos das subsidiárias, mensurados pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1)

e IFRS 3 (R), consequentemente, o patrimônio líquido de ambos os balanços patrimoniais da controlada e consolidado possuem o mesmo valor.

Segue os saldos conciliados das demonstrações financeiras das controladas da Rede Energia distribuidoras de energia elétrica em 11 de abril de 2014.

a) Ativos e passivos:

	ETO	EMT	EMS	Empresas Sul Sudeste (*)	Total
Ativo					
Ativo circulante	179.413	622.468	494.531	347.572	1.643.984
Ativo não circulante	899.318	1.436.256	644.296	1.032.663	4.012.533
. Investimentos	-	6.393	687	558	7638
. Intangível	505.432	2.629.507	1.760.216	183.271	5.078.426
Total do ativo não circulante	**1.404.750**	**4.072.156**	**2.405.199**	**1.216.492**	**9.098.597**
Total do ativo	**1.584.163**	**4.694.624**	**2.899.730**	**1.564.064**	**10.742.581**
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo circulante	469.789	1.784.513	610.582	901.948	3.766.832
Passivo não circulante	480.782	1.502.746	1.048.719	417.195	3.519.442
. Impostos a recolher	179.121	363.036	324.616	77.677	944.450
. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	81.362	249.084	191.213	40.206	561.865
. Outros	220.299	890.626	532.890	369.312	2.013.127
Total do passivo não circulante	480.782	1.502.746	1.048.719	487.195	3.519.442
Patrimônio Líquido	633.592	1.407.365	1.240.429	174.921	3.456.307
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.584.163**	**4.694.624**	**2.899.730**	**1.564.064**	**10.742.581**

(*) Inclui as controladas EDEVP, EBB, CAIUÁ, CNEE e CFLO.

b) Informações dos resultados:

Empresas	Ramo de atividade	Receita operacional de 11 de abril a 31 de dezembro de 2014 RS Mil	Resultado referente ao período de 11 de abril a 31 de dezembro de 2014 RS Mil
Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica (*):			
Caiua Distribuição de Energia S.A.	Distribuição de energia	265.544	9.863
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	Distribuição de energia	2.108.155	32.542
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	Distribuição de energia	596.588	13.229
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição de energia	67.689	(2.874)
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição de energia	139.819	12.842
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A	Distribuição de energia	209.793	3.255
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição de energia	182.114	469
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	Distribuição de energia	1.317.857	67.508

(*) Os resultados das controladas foram apurados a partir de 11 de abril de 2014, data em que se iniciou a consolidação das Companhias.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2014.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo Internacional Accouting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamento e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas estão apresentadas abaixo:

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – As controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também esta sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões – A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões (BD e PS), prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários – os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 35.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB -International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;

- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;
- IAS 27/CPC 35 - alteração na norma para a inclusão da opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, "join ventures" e associadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração do IAS 27 tem adoção obrigatória para períodos anuais iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. Para refletir tais alterações efetuadas pelo IASB, os pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, foram revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e esta revisão aprovada pela CVM em dezembro de 2014. Cabe ressaltar que tais alterações nos referidos pronunciamentos contábeis não produziram nenhum efeito nas demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, considerando que no Brasil essa prática já era utilizada por determinação da legislação societária vigente.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida."

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa – abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;

b. Instrumentos financeiros – Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento – mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:
Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 35.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, ativos regulatórios, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivos regulatórios e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

c. Clientes, consumidores e concessionárias – englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;

e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

f. Contas a receber da concessão – representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR – Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, as controladas distribuidoras de energia elétrica, desde o exercício de 2013 registraram como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

g. Ativos e passivos regulatórios – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no inicio do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 11.

h. Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;

i. Combinação de negócios – As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (goodwill) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O goodwill referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração. (vide nota explicativa nº 19.3);

j. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18).

k. Arrendamento mercantil - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira. Os arrendamentos de imóveis rurais contratados para a construção, instalação, das Usinas Eólicas, foram reconhecidos diretamente como custo do projeto a entrada em operação e a partir desta data está sendo registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

l. Intangível – (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000; Energisa NF pelo período remanescente de 18 anos, a partir de julho de 1997, Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Empresas adquiridas em 11 de abril de 2014: EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 04 de dezembro de 2027, ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020 e as empresas CAIUA, CNEE, EBB, CFLO e EDEVP com vencimento para 07 de julho de 2015 (iii) goodwill: pagos na aquisição dos projetos de biomassa, estão sendo amortizados em 20 anos a partir da entrada em operação dos empreendimentos; (vide nota explicativa nº 19.3);

m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;

n. Redução a valor recuperável – a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor

são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

o. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

p. Derivativos – a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 35;

q. Imposto de renda e contribuição social - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos da lei e farão a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera apurar impactos relevantes.

r. Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM – como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas na região Nordeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15);

s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

t. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

u. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

v. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos;

w. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A

taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;

x. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

y. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

z. Ativos disponíveis para venda – A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos disponíveis para venda para o ativos e passivos circulantes e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	2014	2013
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A (ESE) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A (EPB) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S/A (EMG) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (5)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR)	Geração hidráulica de energia	100	100
Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	Geração hidráulica de energia	100	100
SPE Cristina Energia S/A	Geração hidráulica de energia	100	100

Parque Eólico Sobradinho Ltda (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (2)	Holding em geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Bioeletricidade S/A (EBIO) (4)	Holding em geração de energia elétrica -biomassa de cana de açúcar	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100	-
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
JQMJ Participações S/A	Holding	99,95	-

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Empresa holding que detém o controle acionário da Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A.

(3) Companhias Abertas.

(4) A controlada adquiriu os 15% de participação dos sócios minoritários, em 29/09/2014, passando a deter a totalidade das ações das empresas Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S/A, ambas operativas. A controlada também possui 100% do capital social da Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II e Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II S/A que encontram-se em fase de construção – todas dedicadas à geração de energia elétrica movidas a biomassa de bagaço de cana de açúcar.

(5) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2014				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	7.883.712	317	363.023	32.507	8.279.559
Receitas Intersegmentos	7.021	-	-	108.935	115.956
Total	**7.890.733**	**317**	**363.023**	**141.442**	**8.395.515**

Receitas Financeiras	437.404	18	35.180	379.223	851.825
Despesas Financeiras	(866.052)	(11)	(4.125)	(617.563)	(1.487.751)
Total	**(428.648)**	**7**	**31.055**	**(238.340)**	**(635.926)**
Depreciação e amortização	**562.153**	**32**	**40**	**29.132**	**591.357**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**536.999**	**(1.259)**	**42.360**	**(250.630)**	**327.470**

	2013				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	2.551.318	2.791	205.572	45.267	2.804.948
Receitas Intersegmentos	5.307	42.835	6.302	91.675	146.119
Total	**2.556.625**	**45.626**	**211.874**	**136.942**	**2.951.067**
Receitas Financeiras	135.851	2	1.185	47.827	184.865
Despesas Financeiras	(268.023)	(2)	(2.320)	(113.627)	(383.972)
Total	**(132.172)**	**-**	**(1.135)**	**(65.800)**	**(199.107)**
Depreciação e amortização	**119.034**	**30**	**31**	**22.396**	**141.491**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**260.413**	**(1.424)**	**11.013**	**(57.071)**	**212.931**

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	2014	2013
Ativos dos segmentos divulgáveis	**15.733.780**	**1.983**	**199.580**	**2.681.716**	**18.617.059**	**5.727.460**
Ativo circulante	5.048.360	290	92.258	2.241.080	7.381.988	1.464.051
Ativo não circulante	10.685.420	1.693	107.322	440.636	11.235.071	4.263.409
Passivos dos segmentos divulgáveis	**10.071.735**	**342**	**357.876**	**5.188.246**	**15.617.199**	**3.900.944**
Passivo circulante	3.461.973	338	53.556	2.606.125	6.121.992	1.290.874
Passivo não circulante	6.609.762	4	304.320	2.582.121	9.496.207	2.610.070

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2014	2013
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	8.395.515	2.951.067
Eliminação de receitas intersegmentos	(115.956)	(146.119)
Receita líquida consolidada	**8.279.559**	**2.804.948**
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	591.357	141.491
Depreciação e amortização consolidada	**591.357**	**141.491**
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	851.825	184.865

Eliminação de receitas intersegmentos	(359.349)	(20.632)
Receita financeira consolidada	**492.476**	**164.233**
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(1.487.751)	(383.972)
Eliminação de receitas intersegmentos	359.349	20.632
Despesa financeira consolidada	**(1.128.402)**	**(363.340)**
Lucros		
Total de lucros dos segmentos reportáveis	327.470	212.931
Lucro antes dos impostos	**327.470**	**212.931**

	2014	2013
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	18.617.059	5.727.460
Outros valores não alocados	(15.417)	(200.480)
Total Ativo consolidado	**18.601.642**	**5.526.980**
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	15.617.199	3.900.944
Outros valores não alocados	(15.417)	(200.480)
Total passivo consolidado	**15.602.782**	**3.700.464**

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalentes de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	4.961	-
Bradesco							
CEF	CDB	30/11/2017 a 22/08/2019	100,5% do CDI	38.503	66.464	175.878	160.731
CEF	Compromissada	29/12/2017 a 03/07/2019	101,5% do CDI	10.585	-	128.952	-
CEF FID	CDB	30/11/2017	103,2% do CDI	-	-	1.038	705
Itaú	CDB	31/12/2015	20% do CDI	-	-		-
Itaú	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	7.044	-
Santander	Debêntures (2)	21/11/2016 a 12/12/2016	103,2% do CDI	52	8.120	112.802	38.885
				49.140	**74.584**	**430.675**	**200.321**
Caixas e bancos				**1.109**	523	145.397	**51.864**
Total caixa e equivalência de caixa				**50.249**	**75.107**	**576.072**	**252.185**

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
ABC Brasil	CDB	13/01/2015	105,0% do CDI	-	-	5	4
Banco do Brasil	CDB	08/11/2017 a 09/08/19	95,0% a 100% % do CDI	-	-	25.005	-
Banrisul	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	-	-	51	2.911
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	28	25	136.797	25
BES	CDB	01/10/2015	100,0% do CDI		-	47	127
BICBanco	CDB	24/08/2015	98,0% do CDI	20	18	88	79
BMG	CDB	19/01/2015	113,0% do CDI	-	-	11	10
Bradesco	CDB	23/03/2015 a 20/03/2017	70,0% a 95,0% do CDI	-	-	2.043	129
Bradesco	Debêntures	23/03/2015 a 20/03/2017	75,0% a 95,0% do CDI	-	-	-	-
Bradesco	Fundo de Investimento	-	100% do CDI		-	36.544	-
BTG Pactual	CDB	14/12/2015	97,5% do CDI	20	19	115	107
BVA	CDB	05/11/2015	70% a 103,2% do CDI		-	4	-
CEF FI Energisa (4)	LFT	1/03/2018	SELIC	-	-	-	-
CEF	CDB	4/09/2019	100,5% do CDI	-	-	16.936	-
CEF	Deposito caução c/c	-	-	-	-	10	-
CEF FI Energisa (4)	LFT/NTN/Dentures DPGE/LF/CDB	27/04/2015 a 15/05/2045	SELIC/IPCA/CDI	-	45.541	97.931	110.567
CEF	Poupança	-	Poupança	-	-	146	162
Bradesco	poupança	-	poupança	-	-	108	-
FIM Zona da Mata (4)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 115%,0 do CDI	-	15.826	63.283	39.619
FIM Zona da Mata (4)	Debêntures	15/07/2019	IPCA + 9,23%	-	7.397	13.381	18.518
FIM Zona da Mata (4)	Compromissada	24/08/2015a 14/11/2016	100,5% a 103,2% do CDI	-	18.253	158.047	45.696
FIM Zona da Mata (4)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	-	10.754	46.529	26.922
FIM Zona da Mata (4)	LF	04/05/2015 a 24/05/2021	105,5% a 114,0% do CDI	-	549	64.451	1.373
FIM Zona da Mata (4)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	-	-	26.785	-
FIM Zona da Mata (4)	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	-	-	50.687	-
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	-	409	113.470	1.023
FIM Zona da Mata (4)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	-	1.074	25.098	2.689
FIM Zona da Mata (4)	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	IPCA e IGPM	-	3.893	2.542	9.745
FIM Zona da Mata (4)	Fundos Multimercados	-	Benchmark CDI	-	10.126	-	25.351
FIM Zona da Mata (4)	Fundos de Credito	-	Fundos de Credito	-	-	19.634	-
HSBC	CDB	19/01/2015	103,3% do CDI	-	-	671	679
HSBC	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	18	17	18	17
Itaú	CDB	12/08/2015	98,0% do CDI	5	8	2.009	63.864
Itaú	Debêntures	23/05/2016 a 30/09/2016	75,0% a 101,0% do CDI	-	-	500	1.259
Itaú	Debêntures	02/10/2015 a 02/06/2016	75,0% a 101,2% do CDI	-	-	-	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	1.999	1.886
Itaú	Fundo de investimento	29/12/2020	100% do CDI	-	-	38.479	-

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
	em direito						
Itaú Corp Plus	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	51	-
Itaú TOP DI	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	2.801	1.343
Modal	CCB	29/04/2016	IPCA + 2%a.m			37.484	
CEF	CDB	18/01/2018	100,0% do CDI	-		550	-
Nordeste	CDB	28/07/2017	90,0% do CDI	-	-	42.312	51.668
Pine	CDB	11/06/2015	100,0% do CDI	-	-	244	220
Safra	CDB Automático	31/12/2015	10,00% do CDI		-	8	-
Safra	Debentures	16/04/2016 a 20/04/2022	100,0% do CDI	11	-	65	12
Safra	CDB	24/02/2015 a 27/03/2015	101,00% do CDI	-	-	17	-
Safra	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	16.260	-	42.810
Santander	CDB	30/12/2016	100,5% do CDI	-	-		-
Santander	CDB	29/12/2015	100,5% do CDI	-	-	998	46
Vinci	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	15.914	-	15.915
Citibank	Fundo de Investimento	15/01/2025	100,0% do CDI	-	-	8.286	-
Votorantim	CDB	24/04/2015	98,0% do CDI	-	-	13	4
				102	**146.083**	**1.036.253**	**464.780**

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
Citibank	Fundo de Investimento	15/01/2025	100% do CDI		-	-	14.538
Itaú	Fundo de Investimento	29/12/2020	100,0% do CDI		-	6.361	6.061
Mercantil	DPGE	15/04/2014 a 26/06/2015	112,0% do CDI	5.944	16.219	5.943	41.267
				5.944	**16.219**	**12.304**	**61.866**
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				**6.046**	**162.302**	**1.048.557**	**526.646**
Circulante				**6.046**	**146.083**	**998.535**	**423.577**
Não circulante				**-**	**16.219**	**50.022**	**103.069**

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

(4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes, consumidores e concessionárias

Classes de Consumo	Controladora (1)		Consolidado							
			Saldos Vincendos (2)	Vencidos					Total	
	2014	2013		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2014	2013
Residencial	-	-	172.428	133.362	28.018	10.349	5.256	13.160	362.573	82.054
Industrial	-	-	115.476	20.062	2.823	2.685	1.652	22.009	164.707	49.991
Comercial	-	-	133.660	39.241	7.061	4.217	4.073	14.776	203.028	51.945
Rural	-	-	38.998	14.338	5.056	2.230	1.044	1.878	63.544	9.980
Poder público:										
Federal	-	-	10.968	3.783	988	55	70	78	15.942	4.426
Estadual	-	-	17.986	4.106	1.199	99	51	48	23.489	5.496
Municipal	-	-	17.123	5.109	1.459	432	91	10.312	34.526	6.917
Iluminação pública	-	-	18.273	3.048	669	89	53	15.597	37.729	12.686
Serviço público	-	-	24.864	2.429	1.722	2.365	3.954	76.671	112.005	28.723
Parcelamento de Energia - Faturas Novadas	-	-	115.366	4.887	4.316	2.752	12.267	109.246	248.834	-
(-) Ajuste valor Presente (4)	-	-	(11.223)	-	-	-	-	-	(11.223)	-
Subtotal -clientes	-	-	653.919	230.365	53.311	25.273	28.511	263.775	1.255.154	252.218
Concessionárias **(3)**	-	-	70.161	-	-	-	-	18.004	88.165	25.592
Fornecimento não faturado	-	-	372.174	-	-	-	-	-	372.174	82.382
Venda energia Consumidores livres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.295
Outros	5.158	4.812	134.659	6.094	2.868	1.076	3.123	37.654	185.474	32.728
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	12.201	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(26.782)	(732)	(11.772)	(14.621)	(18.427)	(298.849)	(371.183)	(23.041)
Total	**5.158**	**4.812**	**1.216.332**	**235.727**	**44.407**	**11.728**	**13.207**	**20.584**	**1.541.985**	**407.174**
Circulante	5.128	4.812							1.403.552	391.055
Não Circulante	-	-							138.433	16.119

(1) Referem-se a serviços administrativos prestados às controladas, suportados por contratos aprovados pela ANEEL (vide nota explicativa nº 13).

(2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R$81.512 (R$20.612 em 2013). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, no montante de R$107.462 (R$25.444 em 2013), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Composição dos créditos da CCEE		
Saldos a vencer	63.508	1.921
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	15.236	13.562
Créditos vencidos (b)	2.768	5.129
	81.512	**20.612**
(-) Aquisição de energia na CCEE	(96.312)	(18.002)
(-) Encargos de serviços do sistema	(11.150)	(7.442)
	(25.950)	**(4.832)**

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização

do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) As controladas constituíram provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(4) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n° 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante, no consolidado.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores por meio de "Termos de Confissão de Dívida", que na sua grande maioria são atualizadas com base na variação do IGPM.

Correspondem a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública – Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está no 4º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá. A Companhia possui provisão para perdas para os títulos dos precatórios de R$28.000, contabilizados quando da aquisição do controle acionário, ocorrido em 11 de abril de 2014.

A controlada EMS também possui precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001, cedidos pelos municípios entre os anos de 2005 e 2006, para quitar faturas de energia elétrica, pendentes de pagamento. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório.

Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2014	2013
Títulos de créditos a receber	203.262	130.057
Ajuste a valor presente	(22.632)	(14.532)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(72.087)	(34.109)
	108.543	**81.416**
Circulante	65.070	43.694
Não circulante	43.473	37.722

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado
Títulos vencidos	72.087
2015	65.070
2016	11.836
2017	9.039
2018	2.061
2019	1.362
2020 em diante	19.175
Total	**180.630**

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consolidado

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial - circulante - 2013 e 2012	57.150	52.300
Saldo adquiridos em 11 de abril de 2014	429.433	-
Provisões constituídas no exercício	13.576	16.280
Reversão de provisões no exercício	(56.889)	(11.430)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	**443.270**	**57.150**
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias	371.183	23.041
Títulos de créditos a receber	72.087	34.109

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é liquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

10 Revisão e reajuste tarifário periódico – consolidado

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.737, de 10/06/2014	5,31%	18/06/2014
ENF	Resolução 1.738, de 10/06/2014	12,56%	18/06/2014
EPB	Resolução 1.785, de 26/08/2014	21,81%	28/08/2014
EBO	Resolução 1.854, de 03/02/2015	39,55%	04/02/2015
ESE	Resolução 1.712, de 15/04/2014	11,85%	22/04/2014
EMT	Resolução 1.704, de 07/04/2014	11,89%	08/04/2014
ETO	Resolução 1.760, de 03/07/2014	10,84%	04/07/2014
EMS	Resolução 1.725, de 06/05/2014	11,20%	08/04/2014
CNEE	Resolução 1.727, de 06/05/2014	16,86%	10/05/2014
CAIUÁ	Resolução 1.728, de 06/05/2014	14,15%	10/05/2014
EDEVP	Resolução 1.726, de 06/05/2014	19,66%	10/05/2014
EEB	Resolução 1.729, de 06/05/2014	14,78%	10/05/2014
CFLO	Resolução 1.765, de 22/07/2014	31,96%	29/06/2014

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
EMG	Resolução 1.293, de 05/06/2012	1,20%	18/06/2012
ENF	Resolução 1.292, de 05/06/2012	-4,82%	18/06/2012
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	-0,04%	08/04/2013

EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

11 Ativos e passivos regulatórios - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores, são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula especifica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios - Consolidado	2014
Itens da Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	838.299
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	81.532
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	9.636
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.412
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.613
Componentes financeiros	
Sobrecontratação de energia (ii)	52.606
Itens financeiros	11.438
Outros	6.265
Total Ativo Regulatório	**1.008.801**
Circulante	**439.948**
Não Circulante	**568.853**

Passivos regulatórios - Consolidado	2014
Parcela A	
Encargo de serviços de sistema – ESS (c)	316.088
Diferimento da parcela A	3.074
Componentes financeiros	
Sobrecontratação	291.278
Itens Financeiros	
Recuperação dos 3% sobre contratação de E.E	18.598
Outros	25.942
Total Passivo Regulatório	**654.980**

Circulante	214.641
Não Circulante	440.339
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	**353.821**

Efeito na demonstração do resultado - Consolidado	2014
Receita Operacional	355.543
Outras Despesas Financeiras	(1.722)
Total Resultado	**353.821**

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários.

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Baixa renda (1)	-	-	58.158	24.630
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	86.098	25.150
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	18.454	5.017
Ordens de desativação em curso	-	-	7.170	-
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	2.758	2.450	2.840
Adiantamentos	1.005	2.088	23.194	9.160
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	238.849	15.720
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	-
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	-
Outros créditos a receber -CELPA - em 'Recuperação Judicial" (4)	-	-	57.883	-
(-) Ajuste a valor presente - CELPA (4)	-	-	(26.027)	-
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	-	-	11.246	-
Sub rogação do CCC (6)	-	-	42.857	-
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	-	-	1.714
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	12.663	-
Padrão de baixa renda	-	-	4.969	-
Plano de Universalização	-	-	4.597	-

Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	-
Crédito a receber Banco Pine	-	-	1.663	-
Contas a receber empresas disponíveis para venda	-	-	159.995	-
Outros	2.098	260	3.204	28.398
Total	**3.103**	**5.106**	**716.127**	**112.629**
Circulante	3.079	5.082	532.178	107.712
Não circulante	24	24	183.949	4.917

(1) Baixa renda - consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Saldos -2013	**3.398**	**275**	**6.399**	**13.053**	**1.505**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.630**
Saldos adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	-	-	**5.734**	**3.242**	**5.537**	2.942	17.455
Subvenção baixa renda	21.024	1.761	42.755	84.457	9.012	29.218	17.024	28.087	9.676	243.014
Ressarcimento Eletrobrás	(20.889)	(1.569)	(41.246)	(73.936)	(9.013)	(28.409)	(16.221)	(27.223)	(8.435)	(226.941)
Saldos -2014	**3.533**	**467**	**7.908**	**23.574**	**1.504**	**6.543**	**4.045**	**6.401**	**4.183**	**58.158**

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE -Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	80.955	83.844	54.813	1.889	5.778	299.196	61.408	11.608	95.818	695.309
Ressarcimento pela Eletrobrás	(53.653)	(57.203)	(39.981)	(1.431)	(4.079)	(209.104)	(32.646)	(4.909)	(53.454)	(456.460)
Saldos -2014	**27.302**	**26.641**	**14.832**	**458**	**1.699**	**90.092**	**28.762**	**6.699**	**42.364**	**238.849**

Em 31 de dezembro de 2014 , os saldos correspondem a subvenção incorrida nos meses de junho de 2014 a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber da CDE nos próximos meses.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. – "em Recuperação Judicial", em 28/02/2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT,CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT,CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. – "em Recuperação Judicial". Em 17/12/2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT,CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos Celpa

Crédito que as controladas indiretas EMT, CAIUÁ, ETO,CNEE, EEB e EDEVP têm a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os serão recebidos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R$26.027.

(5) Créditos ICMS

Créditos de ICMS adquiridos pela controlada indireta EMT de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no Estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC – Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC – Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sitio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

(6) Sub-rogação CCC

Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R$40.310, acrescido de ajuste de R$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R$6.558, R$10.649 em 2012, R$6.765 em 2013 e R$8.069 em 2014, totalizando R$32.041;

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R$1.215 em 2014.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (82,1% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (50,06% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multisetor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,2% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias (1)	5.060		4.712	-
Mútuos (2):				
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	57.885	-	-	-
. Energisa Serviços Aéreos S/A	9.153	-	7.822	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	43.864	-	12.655	-
. Energisa Geração Rio Grande S/A	-	-	4.998	-
. SPE Cristina Energia S/A	-	-	3.309	-
. Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A	-	-	-	31.051
. Rede Energia S/A	7.560	-	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	870	-	-	-
. Caiuá Cargas	2	-	-	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	-	144.018	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- RJ (*)	76.221	-	-	-
. Rede Energia S/A - RJ (*)	486.632	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	78.161	-	-	-
. BBPM Participações S/A	380	-		
	760.728	**144.018**	**28.784**	**31.051**
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (3):				
. Energisa Geração Rio Grande S/A	-	-	2.381	-
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	881	-	-	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	9.752	-	-	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	2.208	-	1.550	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	-	-	597	-
. Energisa Bioeletricidade S/A	-	-	34.900	-
. Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	-		69.456	
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	9.861	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	11	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	11	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	11	-	-	-
. Energisa Geração Vista Alegre II S/A	21	-	-	-
. Energisa Geração Santa Cândida II S/A	101			
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	11	-	-	-
. Rede Energia S/A	8.000	-	-	-
	30.868	**-**	**108.884**	**-**
Total	**796.656**	**144.018**	**142.380**	**31.051**

(*) Aquisição de créditos cedidos p/recuperação judicial.

Consolidado:

	2014

		ETO
Estado de Tocantins	créditos a receber (1)	106.328

(1) **Créditos a receber**

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A controlada encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante de R$88.045, em 31/12/2014, considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 – convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE – 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R$18.283. Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos (1)	Comissão aval/Atualização mútuos (Receita financeira) (2)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
EMG	11.302	4.552	870
EPB	22.963	6.635	1.805
ESE	13.950	7.443	1.097
EBO	6.127	409	482
EGR	-	542	-
ECOM	2.560	2.246	285
ESOL	1.650	-	126
ENF	5.020	828	395
ESA	-	837	-
REN I	-	11	-
REN II	-	28	-
REN III	-	41	-
REN IV	-	52	-
EVSM	-	62	-
GRN	-	21	-
EBSC II	-	92	-
EBVA I	-	1.969	-
EBVA II	-	2.260	-
EMS	-	79	-
CTCE	-	2.571	-
Rede Energia	-	34.145	-
2014	**63.572**	**64.823**	**5.060**
2013	59.607	20.632	4.712

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela a ANEEL.

(2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,81% a.a (CDI +0,6% a.a em 2013), com vencimentos de até maio/2015. Inclui, também à comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias de contratos das controladas a razão de 1,5% a.a.

(3) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de

Administração e fiscal foram de R$478 (353 em 2013) e da Diretoria foi de R$161 (R$228 em 2013) na controladora e R$5.553 (R$4.751 em 2013) e R$18.062 (R$12.353 em 2013) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R$89 (R$11 2013) na controladora e R$2.123 (R$1.269 em 2013) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R$105 (R$43 em 2013) na controladora e R$4.269 (R$1.695 em 2013) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente foram de R$15 e R$1 na controladora e R$126 e R$2 no consolidado (R$14 e R$1 na controladora e R$82 e R$3 no consolidado em 2013), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 3 na controladora e R$28 no consolidado (R$3 na controladora e R$38 no consolidado em 2013).

14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS	-	-	170.575	60.685
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	9.646	829	21.736	6.399
Imposto de Renda -IRPJ	16.715	23.855	156.898	57.231
Contribuição Social Sobre o Lucro -CSSL	1.319	607	41.672	7.217
PIS e COFINS	192	219	102.727	70.881
Outros	1	80	14.443	3.367
	27.873	**25.590**	**508.051**	**205.780**
Circulante	12.529	8.172	319.596	130.960
Não circulante	15.344	17.418	1188.455	74.820

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R$147.815 (R$359.036 em 2013), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Prejuízos fiscais	27.751	60.865	147.171	44.381
Base negativa da contribuição social	11.106	22.681	66.794	16.836
Diferenças temporárias	220.590	2.428	885.374	240.147
Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(50.257)	(68.562)	(171.169)	(68.562)
Total - não circulante	**209.190**	**17.412**	**928.170**	**232.802**
Passivo				
Diferenças Temporárias:				

Imposto de Renda	-	-	1.297.954	11.097
Contribuição Social	-	-	467.263	3.995
Total -não circulante	**-**	**-**	**1.765.217**	**15.092**

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	111.002	27.751	588.685	147.171
Base negativa da CSSL	123.403	11.106	742.151	66.794
Créditos fiscais - ágio (1)	-	-	372.789	126.748
Provisão ajuste atuarial	1.765	600	188.720	64.165
Provisões para riscos	431	146	566.046	192.456
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	26	9	541.613	184.148
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	227.693	77.416
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	239.577	81.456
Marcação a mercados - derivativos	10.309	3.505	(117.546)	(39.966)
Ajustes a valor presente	-	-	131.200	44.608
Ativos (Passivos) regulatórios (CVA´s)	-	-	(65.107)	(22.136)
Outras adições temporárias	-	-	11.410	3.879
Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(147.815)	(50.257)	(847.807)	(171.169)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	-	-	(107.224)	(36.456)
Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada (2)	614.871	209.056	614.871	209.056
Totais ativo não circulante	**735.385**	**209.190**	**3.087.071**	**928.170**

	2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	-	-	(3.043.409)	(1.034.759)
Mais valia	-	-	(2.402.634)	(816.896)
Deságio sobre investimento EMS	-	-	(188.939)	(64.239)
Encargos sobre reservas de reavaliação	-	-	(275.157)	(93.553)
Outras exclusões temporárias	-	-	(26.015)	(8.846)
Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	-	-	744.342	253.076
Totais passivo não circulante	**-**	**-**	**(5.191.812)**	**(1.765.217)**

	2013			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	243.458	60.865	328.632	82.158
Base negativa da CSLL	252.008	22.681	346.707	31.204
Créditos fiscais -ágio (1)	-	-	250.676	85.230
Provisão ajuste atuarial	2.477	842	135.607	46.106
Provisões para riscos	-	-	68.607	23.326
Provisão para crédito de liquidação duvidosa -PCLD	-	-	26.167	8.897
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	51.857	17.631
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	174.727	59.407
Marcação a mercado -derivativo	(18.469)	(6.279)	(94.355)	(32.081)
Ajustes a valor presente	-	-	14.532	4.941
Ativos regulatórios (CVA´s)	-	-	51.823	17.620
Outras exclusões temporárias	1.743	591	6.714	2.283
Crédito Tributário não reconhecido – Instrução 371 CVM	(359.036)	(68.562)	(359.036)	(68.562)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	-	-	(133.407)	(45.358)
Total -ativo não circulante	**143.574**	**17.412**	**869.251**	**232.802**

(1) Os créditos fiscais ágio no montante de R$126.748 (R$85.230 em 2013) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: ENF (15 anos), EBO (16 anos) e EPB (17 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759, de 12 de dezembro de 2006 (EPB e EBO) e nº 771, de 19 de dezembro de 2006 (ENF).

(2) Os créditos fiscais constituídos no exercício de R$209.190, refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, incidentes sobre a Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação – venda não realizada dos ativos de geração que se encontra em processo de conclusão, previsto para o final do 1º trimestre de 2015, data em que será realizado todo o crédito fiscal constituído.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	209.190	301.518
2016	-	97.875
2017	-	72.739
2018	-	62.068
2019 a 2024	-	393.970
Total	**209.190**	**928.170**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes dos impostos	191.756	172.340	327.470	212.931
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social calculado às alíquotas fiscais combinadas	(65.197)	(58.596)	(111.340)	(72.397)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	125.991	77.204	-	36
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	-	-	(73.439)	-
Redução de Imposto de Renda e Adicionais (*)	-	-	52.758	48.817
Créditos tributários - IR e CS não constituído no exercício	27.197	(18.608)	70.721	(18.608)
Exclusão receitas financeiras - Refis lei 12.996/14	-	-	39.973	-
Efeitos Lei 11.638/2007	-	-	(8.381)	-
Diferença pela apuração do imposto pelo regime do lucro presumido	-	-	-	6.611
Outros	-	-	7.847	(5.156)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**87.991**	**-**	**(21.861)**	**(40.697)**
Alíquota efetiva	-	-	6,68%	19,11%

(*) As controladas ESE, EPB e EBO possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal, foram através ESE -Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB -Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013 e EBO - Laudo Constitutivo Sudene nº 0206/2012. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

As controladas ETO e EMT por estarem localizadas na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, obtiveram seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2014 foi aprovado pelo Ministério da Integração Social os pedidos de benefício fiscal reduzindo o imposto em 75% para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. Os deferimentos dos pedidos ocorreram através dos respectivos Laudos Constitutivos SUDAM nºs 113 e 114/2014. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R$52.758 (R$48.817 em 2013), sendo: R$26.033 (R$35.619 em 2013) na EPB, R$962 (R$1.825 em 2013) na EBO e R$25.763 (R$11.373 em 2013) na ESE. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para os optantes, cuja opção poderá ser exercida até 07/11/2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para os não optantes, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos da lei, e fará a adoção ao novo regime a partir de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR – Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR – Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, no período foi registrado em receita financeira – atualização do contas a receber da concessão – VNR o montante de R$31.527 (R$29.567 em 2013).

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	Subtotal
Ativo financeiro custo histórico - 2013	**285.875**	**225.555**	**182.867**	**84.182**	**22.709**	**801.188**
Adições no período (*)	40.875	45.523	41.062	7.053	8.486	142.999
Baixas no período	(4.891)	(1.916)	(783)	(664)	(286)	(8.540)
Atualização contas a receber da concessão -VNR	7.638	7.062	5.428	2.455	735	23.318
Ativo financeiro custo corrigido - 2014	**329.497**	**276.224**	**228.574**	**93.026**	**31.644**	**958.965**
Circulante	329.497	-	-	93.026	-	422.523
Não Circulante	-	276.224	228.574	-	31.644	536.442

Controladas adquiridas em 11 de abril de 2014:

	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste (**)	Subtotal	Consolidado (***)
Saldos iniciais consolidados a partir de 11 de abril de 2014	**784.316**	**390.908**	**277.391**	**458.722**	**1.911.337**	**2.712.525**
Adições no período (*)	92.632	51.519	38.907	(5.460)	177.598	320.597
Baixas no período	(2.283)	(17.445)	(642)	(11.686)	(32.056)	(40.596)
Atualização contas a receber da Concessão - VNR	4.203	3.613	3.203	(2.810)	8.209	31.527
Ativo financeiro Custo corrigido - 2014	**878.868**	**428.595**	**318.859**	**438.766**	**2.065.088**	**3.024.053**
Circulante	-	-	-	438.766	438.766	**861.289**
Não Circulante	878.868	428.595	318.859	-	1.626.322	**2.162.764**

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.
(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

(***)Das adições no montante de R$320.597 foi transferido do intangível para o contas a receber da concessão R$293.588, R$ 15.996 referem-se à incorporação de redes e R$ 11.013 de bifurcação.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participação em controladas	2.928.562	2.092.397	-	-
Outros	10.051	10.051	36.410	18.443
Total	**2.938.613**	**2.102.448**	**36.410**	**18.443**

Participação em controladas:

2014									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/ cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	450.712	100	586.809	495.556	91.253	23.029	23.029	91.253
Energisa SE	357.136	195	100	1.381.279	995.406	385.873	102.178	102.298	385.873
Energisa PB	461.423	918	100	1.794.668	1.123.194	671.474	119.363	119.548	671.474
Energisa BO	64.577	293	100	227.474	135.524	91.950	2.574	2.574	91.950
Energisa NF	39.743	13	100	152.149	93.689	58.460	2.265	2.265	58.460
Energisa Soluções	39.000	29.635	100	72.625	26.300	46.325	(1.145)	(1.145)	46.325
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	1.000	120	100	7.116	9.819	(2.703)	(1.534)	(1.534)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.288	838	2.450	1.656	1.656	2.450
Energisa Comercializadora	1	1	100	96.825	91.834	4.991	6.823	6.823	4.991
Alvorada Direitos Creditórios S.A	251	200	50	339	66	273	20	10	137
Dinâmica Direitos Creditórios	7.570	500	50	69.164	58.948	10.216	(7.265)	(3.633)	9.983
Energisa Geração Rio Grande	133.179	68.249	100	264.935	125.258	139.677	(193)	(193)	-
SPE Cristina S/A	21.100	7.400	100	29.417	10.769	18.648	(1.201)	(1.201)	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	61.448	27.925	100	108.670	43.686	64.984	1.549	1.549	-
Parque Eólico Sobradinho	2.552	398	100	889	327	562	(905)	(905)	562
Energisa Geração Usina Maurício	15	1	100	776	8	768	253	253	768
Energisa Bioeletricidade	151.597	1	100	437.936	254.678	183.258	4.981	4.981	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	167.468	63.500	100	665.263	475.717	189.546	12.308	13.621	-
Energisa Geração Solar Coremas	1	1	100	314	7	307	(574)	(574)	307
Energisa Geração Vista Alegre	1	1	100	22	-	22	1	1	22
Energisa Geração Santa Cândida	1	1	100	100	-	100	(1)	(1)	100
BBPM Participações(2)	437.621	177.741	89,57	422.947	8.604	414.343	23.300	37.016	371.127
Denerge(2)	545.985	251.934.725	49,28	1.536.006	570.459	965.547	56.498	27.259	475.821
JQMJ Participações (2)	175.898	71.270	99,95	148.268	242	148.026	8.520	20.407	148.193
Rede Energia S.A.(2)	2.245.787	256.409	14,95	3.601.396	1.426.983	2.174.413	146.775	17.233	333.179
EMT(2)	-	76	0,05	5.321.090	3.485.806	1.835.284	32.542	-	10.201
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Ágio pago na aquisição de controladas							-	-	220.811
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								(731)	-
Total								**370.566**	**2.928.562**

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R$2.703 (R$ 1.171 em 2013) registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Sociedades adquiridas em 11 de abril de 2014.

2013									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/ cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	450.712	100	526.662	462.767	63.895	27.516	27.516	63.895
Energisa SE	345.763	195	100	1.099.969	752.436	347.533	45.561	45.561	347.533
Energisa PB	425.805	918	100	1.540.985	942.899	598.086	133.944	133.944	598.086
Energisa BO	62.753	293	100	187.837	91.576	95.261	9.533	9.533	95.262
Energisa NF	39.743	13	100	141.155	80.495	60.660	6.867	6.867	60.660
Energisa Soluções	39.000	29.635	100	73.180	24.958	48.222	(1.924)	(1.924)	48.221
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	1.000	120	100	7.897	9.068	(1.171)	(1.933)	(1.933)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.890	1.183	2.707	1.433	1.433	2.707
Energisa Comercializadora	1	1	100	45.505	40.047	5.458	7.286	7.286	5.459
Alvorada Direitos Creditórios S.A	251	200	50	296	43	253	3	2	127
Dinâmica Direitos Creditórios	7.570	500	50	7.856	126	7.730	211	105	3.865
Energisa Geração Rio Grande	130.797	68.249	100	268.823	128.886	139.937	3.756	3.756	139.937
SPE Cristina S/A	21.100	7.400	100	31.741	11.893	19.848	(554)	(554)	19.848
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A	61.448	27.925	100	107.585	43.946	63.639	3.462	3.462	63.639
Parque Eólico Sobradinho	2.552	398	100	849	36	813	(1.396)	(1.396)	813
Energisa Geração Usina Maurício	15	1	100	683	26	657	74	74	657
Energisa Bioeletricidade	151.597	1	100	243.943	52.502	191.441	6.543	6.543	191.441
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A	167.468	63.500	100	765.666	518.208	247.458	15.813	15.813	247.458
Ágio pago na aquisição de controladas								-	202.789
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								(29.021)	-
Total								**227.067**	**2.092.397**

Movimentação dos investimentos:

Controladas	31/12/2013	Investimentos adquiridos em 11/04/2014	Subscrição/ aquisição/ adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos	Amortização	Resultado Abrangente	Equivalência patrimonial	31/12/2014
Energisa MG	63.895	-	9.861	(5.757)	-	225	23.029	91.253
Energisa SE	347.533	-	-	(38.175)	-	(25.783)	102.298	385.873
Energisa PB	598.086	-	-	(42.975)	-	(3.185)	119.548	671.474
Energisa BO	95.262	-	-	(1.315)	-	-	2.574	96.521
Energisa NF	60.660	-	-	(4.711)	-	246	2.265	58.460
Energisa Soluções	48.221	-	-	(684)	-	(67)	(1.145)	46.325
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	-	-	-	-	-	-	(1.534)	-
Energisa Planejamento	2.707	-	-	(1.951)	-	38	1.656	2.450
Energisa Comercializadora	5.459	-	-	(7.170)	-	(121)	6.823	4.991
Alvorada Direitos Creditórios S.A	127	-	-	-	-	-	10	137
Dinâmica Direitos Creditórios	3.865	-	9.752	-	-	(1)	(3.633)	9.983
Parq. Eólico Sobr.	813	-	658	-	-	(4)	(905)	562
Energisa Geração Usina Maurício	657	-	-	(142)	-	-	253	768
Energisa Geração Solar Coremas	-	-	881	-	-	-	(574)	307
Energisa Geração Vista Alegre	-	-	21	-	-	-	1	22
Energisa Geração Santa Cândida	-	-	101	-	-	-	(1)	100
BBPM Participações	-	(75.072)	412.667	-	-	(3.484)	37.016	371.127
Denerge	-	(53.462)	506.829	-	-	(4.805)	27.259	475.821
JQMJ Participações	-	(37.018)	166.261	-	-	(1.457)	20.407	148.193
Rede Energia S.A.	-	-	315.016	-	-	930	17.233	333.179
EMT	-	-	10.201	-	-	-	-	10.201
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	-	-	11	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	-	-	11	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	-	-	11	-	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro-Muquim	-	-	11	-	-	-	(10)	1
Ágio pago na aquisição de controladas (2)	202.789	165.552	-	-	(147.530)	-	-	220.811
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda	662.323	-	(102.304)	(3.311)	-	(391)	18.026	-
Total	**2.092.397**	**-**	**1.329.988**	**(106.191)**	**(147.530)**	**(37.859)**	**370.566**	**2.928.562**

(*) Participação societária – combinação de negócios.

Efeitos da consolidação e da aquisição das empresas do Grupo Rede

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

A aquisição do Grupo Rede, ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ Participações S.A., 65,68% e do capital da BBPM Participações S.A., 20,11% do capital da Denerge Desenvolvimento Energético S.A., e 0,03% do capital da Rede Energia S/A, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	JQMJ	BBPM	Denerge	Rede Energia	Total
Valor justo dos ativos adquiridos	40.719	114.299	265.849		
% de participação	90,91%	65,68%	20,11%		
Valor da participação	37.018	75.072	53.462		165.552
Valor pago pela aquisição	-	-	-	-	-
Ágio não alocado	37.018	75.072	53.462	-	165.552
Perdas (ganhos) de capital	(395)	6.145	24.552	(126.647)	(96.345)
Ágio não alocado após aportes de capital	**36.623**	**81.217**	**78.014**	**(126.647)**	**69.207**

A contabilização da aquisição realizada em 11 de abril de 2014, foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R).

Ágio apurado na aquisição

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, em face de que até a data deste relatório o governo não emitiu declaração expressa sobre a renovação de concessões, já solicitadas pelas controladas, e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R$96.345.

O preço de aquisição do controle acionário foi definido com base no período da concessão das empresas distribuidoras e geradora de energia elétrica.

A Companhia utilizou para apuração do ágio um período de concessão, desta forma, o montante de R$69.207 está sendo amortizado de acordo com os períodos das concessões das controladas que se encerram em: EMT e EMS (2027), ETO (2020) e Empresas Sul Sudeste (CNEE, EEB, EDEVP, CAIUÁ e CFLO) (JUN/2015).

No período foram amortizados R$6.795, contabilizados na rubrica de depreciação e amortização, na demonstração de resultado.

Foi reclassificado R$6.362 para a rubrica ativo disponível para venda, referente à parcela do ágio da controlada indireta Tangará.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia reconheceu o montante de R$77.527, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios, tendo sido revertidos até 31 de dezembro de 2014, o montante de R$23.095.

Impacto da aquisição no resultado

Caso a combinação de negócios fosse efetivada em 1º de janeiro de 2014, a receita operacional líquida consolidada da Energisa proveniente das operações continuadas seria de R$9.838.873 e o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014 seria de R$210.920. (Não auditado pelo auditores independentes).

Apuração do valor justo

A controlada Rede Energia desde a intervenção determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), deixou de ter o controle das decisões econômicas e operacionais das controladas distribuidoras de energia elétrica, contudo, manteve preservadas o direito as suas respectivas participações acionárias.

Em atendimento ao item 20 do CPC 18 (R2) – Investimento em coligada e em controlada (Deliberação CVM nº 696 de 18/12/2012), em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica que se encontravam sob intervenção do Poder Concedente (conforme nota explicativa nº 1), a controlada Rede Energia reclassificou seus investimentos naquela data para a rubrica "Ativos financeiros – investimentos" classificados como disponíveis para venda.

Em razão do fim da intervenção nas concessionárias pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622 publicada em 10 de abril de 2014, a controlada Rede Energia passou a ter o controle das decisões econômicas e operacionais dessas controladas, e a partir de 11 de abril de 2014, passou a consolidar e divulgar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, por consequência, fundamentada em interpretações de seus avaliadores externos, a Rede Energia adotou o método de custo de reposição para determinação do valor justo dos ativos intangíveis das empresas detentoras de concessões de distribuição de energia elétrica, que segue: (i) Caiuá Distribuição de Energia S.A.; (ii) Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.; (iii) Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.; (iv) Companhia Força e Luz do Oeste; (v) Companhia Nacional de Energia Elétrica; (vi) Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; (vii) Empresa Elétrica Bragantina S.A.; (viii) Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. Adicionalmente, também foi adotado o método de custo de reposição para determinação do valor justo dos ativos intangíveis para a geradora Tangará Energia S/A.

A aplicação do valor justo aos investimentos é como segue:

Empresas	PL ajustado a valor justo 11/04/2014	%	Investimento a valor justo	Investimento avaliados a custo	Ajuste do valor justo	Amortização líquida de imposto (*)
EMT	1.407.365	39,92%	561.820	520.590	41.230	(25.425)
ETO	633.592	50,86%	322.245	297.068	25.177	(29.026)
EMS	1.240.429	60,16%	746.242	462.453	283.789	(17.326)
CNEE	86.160	98,69%	85.031	76.830	8.201	(3.036)
CFLO	28.569	97,70%	27.912	18.057	9.855	(8.292)
EEB	81.525	91,45%	74.555	70.159	4.396	(15.053)
EDEVP	114.350	100,00%	114.350	114.038	312	(14.977)
CAIUÁ	(135.682)	100,00%	(135.682)	(31.292)	(104.390)	(11.289)

TANGARÁ	96.583	100,00%	96.583	39.956	56.627	(3.556)
Sub total	-		1.893.056	1.567.859	325.197	(127.980)
Participação indireta da controlada Rede Power na EMS:						
EMS	1.240.429	39,77%	493.319	305.709	187.610	(11.440)
Total	-		2.386.375	1.873.568	512.807	(139.420)

(*) registrado em despesa de amortização e depreciação na demonstração do resultado do exercício.

Empresas	PL ajustado a valor justo 11/04/2014	%	Investimento a valor justo	Investimento avaliados a custo	Ajuste do valor justo
EMT	1.407.365	39,92%	561.820	520.590	41.230
ETO	633.592	50,86%	322.245	297.068	25.177
EMS	1.240.429	60,16%	746.242	462.453	283.789
CNEE	86.160	98,69%	85.031	76.830	8.201
CFLO	28.569	97,70%	27.912	18.057	9.855
EEB	81.525	91,45%	74.555	70.159	4.396
EDEVP	114.350	100,00%	114.350	114.038	312
CAIUÁ	(135.682)	100,00%	(135.682)	(31.292)	(104.390)
TANGARÁ	96.583	100,00%	96.583	39.956	56.627
Sub total	-		**1.893.056**	**1.567.859**	**325.197**
Participação indireta da controlada Rede Power na EMS:					
EMS	1.240.429	39,77%	493.319	305.709	187.610
Sub total	-		**2.386.375**	**1.873.568**	**512.807**

Mais Valia dos ativos intangíveis

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", uma vez que a Rede Energia, em 11 de abril de 2014, retomou o controle das empresas distribuidoras de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, EDEVP, EEB, Caiuá, CFLO e CNEE) , em face do término da intervenção imposta pelo Poder Concedente que desde 31 de agosto de 2012 interviu na administração das controladas o que levou a Companhia a deixar de praticar os ajustes de seus investimentos permanentes a valor patrimonial pelo método de equivalência patrimonial, levou que em 11 de abril de 2014 a retomar o controle acionário das Companhias. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a Rede Energia passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo, na retomada do controle dessas. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas de: (a) um ativo intangível - direito de concessão no montante de R$2.717.048; (b) o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante, no montante de R$897.437; e (c) outros passivos circulantes no montante de R$77.527 (provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais), totalizando R$1.742.084, registrado em cada controlada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em 11 de abril de 2014.

Os impostos diferidos (passivo) foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais-valia desses ativos. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que o ativo intangível seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora. Adicionalmente, as controladas são tributadas pelo regime de lucro real, no qual a amortização do intangível não é dedutível. Desta forma, na controladora sua realização fiscal ocorre pela venda do ativo imobilizado na controlada ou por venda do investimento pela controladora, o que levaria a uma tributação de 34% na controladora, decorrente da apuração de ganho de capital.

Controladas	Custo do Intangível e imobilizado	Custo atribuído as contingências	Tributos	Efeito no Patrimônio Líquido
EMT	913.193	40.145	296.836	576.212
ETO	397.674	10.941	131.489	255.244
EMS	979.283	11.859	328.924	638.500
CNEE	16.178	1.675	4.931	9.572
CFLO	22.639	876	7.399	14.364
EEB	45.458	2.118	14.735	28.605
EDEVP	45.289	4.670	13.811	26.808
CAIUÁ	37.349	5.243	10.916	21.190
TANGARÁ	259.985	-	88.396	171.589
Sub total	**2.717.048**	**77.527**	**897.437**	**1.742.084**

18 Imobilizado

	Controladora					
	Saldo 2013	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2014
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.212	-	87	(50)	-	4.249
Máquinas e equipamentos	4.616	-	2.883	(999)	-	6.500
Veículos	8.552	-	414	(488)	-	8.478
Móveis e utensílios	13.761	-	40	(292)	-	13.509
Total do imobilizado em serviço	**31.157**	**-**	**3.424**	**(1.829)**	**-**	**32.752**
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(1.917)	-	-	25	(142)	(2.034)
Máquinas e equipamentos	(3.035)	-	(31)	999	(322)	(2.389)
Veículos	(8.095)	-	-	408	(133)	(7.820)
Móveis e utensílios	(11.138)	-	31	292	(633)	(11.448)
Total Depreciação acumulada	**(24.185)**	**-**	**-**	**1.724**	**(1.230)**	**(23.691)**
Subtotal Imobilizado	**6.972**	**-**	**3.424**	**(105)**	**(1.230)**	**9.061**
Imobilizado em curso	-	3.461	(3.424)	-	-	37
Total do Imobilizado	**6.972**	**3.461**	**-**	**(105)**	**(1.230)**	**9.098**

	Controladora					
	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2013
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	19	-	-	(3)	-	16
Edificações e benfeitorias	4.043	-	169	-	-	4.212
Máquinas e equipamentos	3.786	-	830	-	-	4.616
Veículos	8.711	-	215	(374)	-	8.552
Móveis e utensílios	13.679	-	82	-	-	13.761
Total do imobilizado em serviço	**30.238**	**-**	**1.296**	**(377)**	**-**	**31.157**
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(1.769)	-	-	-	(148)	(1.917)
Máquinas e equipamentos	(2.857)	-	-	-	(178)	(3.035)
Veículos	(7.061)	-	-	349	(1.383)	(8.095)

Móveis e utensílios	(10.434)	-	-	-	(704)	(11.138)
Total Depreciação acumulada	**(22.121)**	**-**	**-**	**349**	**(2.413)**	**(24.185)**
Imobilizado em curso	1	1.295	**(1.296)**	-	-	**-**
Total do Imobilizado	**8.118**	**1.295**	**-**	**(28)**	**(2.413)**	**6.972**

CONSOLIDADO								
IMOBILIZADO	Saldo 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Reclassificação dos ativos à venda	Saldo 2014
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Software	17	-	-	-	-	-	-	17
Terrenos	16.566	1.743	-	810	-	-	(18.021)	1.098
Reservatório, Barragens e Adutoras	175.444	74.069	-	(919)	-	-	(246.403)	2.191
Edificações e benfeitorias	112.197	27.958	-	(24.401)	(196)	-	(102.305)	13.253
Máquinas e equipamentos	862.152	138.522	2.531	78.428	(3.220)	-	(1.002.298)	76.115
Veículos	29.846	302	-	7.009	(2.627)	-	(689)	33.841
Móveis e utensílios	44.160	597	-	298	(306)	-	(1.198)	43.551
Total do Imobilizado em Serviço	**1.240.382**	**243.191**	**2.531**	**61.225**	**(6.349)**	**-**	**(1.370.914)**	**170.066**
Depreciação acumulada:								
Software	(270)	-	-	-	-	(4)	-	(274)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(11.248)	(16.295)	-	(103)	-	(6.025)	32.618	(1.053)
Edificações e benfeitorias	(11.183)	(7.815)	-	3.507	75	(4.741)	15.134	(5.023)
Máquinas e equipamentos	(60.583)	(37.116)	(161)	(3.205)	1.788	(37.784)	97.638	(39.423)
Veículos	(16.489)	(219)	-	(13)	2.190	(2.917)	297	(17.151)
Móveis e utensílios	(24.464)	(585)	-	(186)	310	(1.999)	289	(26.635)
Total Depreciação acumulada	(124.237)	(62.030)	(161)	-	4.363	(53.470)	145.976	(89.559)
Subtotal Imobilizado	**1.116.145**	**181.161**	**2.370**	**61.225**	**(1.986)**	**(53.470)**	**(1.224.938)**	**80.507**
Imobilizado em curso	65.548	198	248.213	(61.225)	-	-	(248.033)	**4.701**
Total do Imobilizado	**1.181.693**	**181.359**	**250.583**	**-**	**(1.986)**	**(53.470)**	**(1.472.971)**	**85.208**

	Consolidado					
	Saldo 2012	Adição (**)	Transferências (*)	Baixas	Depreciação	Saldo 2013
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	538	-	(515)	(6)	-	17
Terrenos	14.143	-	2.423	-	-	16.566
Reservatório, Barragens e Adutoras	109.100	3.652	62.719	(27)	-	175.444
Edificações e benfeitorias	84.756	-	35.008	(7.567)	-	112.197
Máquinas e equipamentos	240.450	3.044	613.607	5.051	-	862.152
Veículos	28.663	-	2.601	(1.418)	-	29.846
Móveis e utensílios	41.388	-	4.739	(1.967)	-	44.160
Total do Imobilizado em Serviço	519.038	6.696	720.582	(5.934)	-	1.240.382
Depreciação e amortização acumulada:						
Software	(274)	-	-	43	(39)	(270)
Reservatório, Barragens, Adutoras e terras	(4.224)	-	-	(1.568)	(5.456)	(11.248)
Edificações e benfeitorias	(6.780)	-	(896)	1.226	(4.733)	(11.183)
Máquinas e equipamentos	(34.536)	-	(4.364)	1.201	(22.884)	(60.583)
Veículos	(13.413)	-	(571)	1.259	(3.764)	(16.489)
Móveis e utensílios	(23.348)	-	(831)	1.231	(1.516)	(24.464)
Total Depreciação acumulada	(82.575)	-	(6.662)	3.392	(38.392)	(124.237)
Imobilizado em curso	**253.896**	**525.397**	**(713.920)**	**-**	**-**	**65.548**
Total do Imobilizado	**690.359**	**532.093**	**-**	**(2.542)**	**(38.392)**	**1.181.693**

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	4,68%
Edificações e benfeitorias	3,88%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

Os ativos dos projetos de PCH's, Eólicas, Biomassas e da controlada indireta Tangará, são depreciados de acordo com as taxas de depreciação indicadas, limitados ao prazo da concessão ou autorização.

19 Intangível

19.1 Intangível - controladora

Intangível	Saldo 2013	Adição	Transferências	Amortização	Saldo 2014
Em Serviço					
Custo dos softwares	6.954	-	1.777	-	8.731
Amortização Acumulada	(2.813)	-	-	(1.201)	(4.014)
Subtotal	4.141	-	1.777	(1.201)	4.717
Em Curso	-	1.777	(1.777)	-	-
Total Geral	**4.141**	**1.777**	**-**	**(1.201)**	**4.717**

Intangível	Saldo 01/01/2013	Adição	Transferências	Amortização	Saldo 31/12/2013
Em Serviço					
Custo dos softwares	4.601	-	2.353	-	6.954
Amortização Acumulada	(1.942)	-	-	(871)	(2.813)
Subtotal	2.659	-	2.353	(871)	4.141
Em Curso	27	2.326	(2.353)	-	-
Total Geral	**2.686**	**2.326**	**-**	**(871)**	**4.141**

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

19.2 Intangível - consolidado

Intangível	Saldo 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Reclassificação dos ativos à venda	Saldo 2014
Em Serviço								
Custo	2.432.913	9.685.121	3.888	392.134	(134.875)	-	(284.474)	12.094.707
Amortização Acumulada	(1.153.601)	(3.643.035)	(75)	-	116.515	(667.894)	8.835	(5.339.255)
Subtotal	1.279.312	6.042.086	3.813	392.134	(18.360)	(667.894)	(275.639)	6.755.452
Em Curso	124.047	704.345	879.943	(392.134)	(389.093)	-	-	927.108
Estudos e Projetos	52	-	-	-	-	-	-	52
Total	**1.403.411**	**6.746.431**	**883.756**	**-**	**(407.453)**	**(667.894)**	**(275.639)**	**7.682.612**
(-) Obrigações Vinculadas à concessão		-						
Em Serviço								

Custo	415.767	1.667.598	17.341	593	(9)	-	-	2.101.290
Amortização Acumulada	(114.322)	(583.167)	(355)	-	-	(98.045)	-	(795.889)
Subtotal	301.445	1.084.431	16.986	593	(9)	(98.045)	-	1.305.401
Em Curso	133.243	172.502	186.095	(593)	(110.504)	-	-	380.743
Total Obrigações Vinculadas à concessão	434.688	1.256.933	203.081	-	(110.513)	(98.045)	-	1.686.144
Total Geral	**968.723**	**5.489.498**	**680.675**	**-**	**(296.940)**	**(569.849)**	**(275.639)**	**5.996.468**

(*) Das baixas no montante de R$296.940, R$293.588 foi transferido para o contas a receber da concessão R$14.999 referem-se à devolução de obrigações especiais do Programa Luz para todos, transferido para a rubrica da empréstimos e financiamentos - 5º tranche em agosto de 2014 e R$ 18.351 referem-se a baixas realizadas no exercício.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
Intangível em Serviço						
Custo	2.306.531	570	180.444	(54.632)	-	2.432.913
Amortização Acumulada	(1.056.023)	-	1.236	25.745	(124.559)	(1.153.601)
Subtotal	1.250.508	570	181.680	(28.887)	(124.559)	1.279.312
Em Curso	166.320	293.026	(177.870)	(157.429)	-	124.047
Estudos e Projetos	14.833	239	(3.810)	(11.210)	-	52
Total	**1.431.661**	**293.835**	**-**	**(197.526)**	**(124.559)**	**1.403.411**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	376.602	-	42.492	(3.327)	-	415.767
Amortização Acumulada	(88.493)	-	-	-	(25.829)	(114.322)
Subtotal	288.109	-	42.492	(3.327)	(25.829)	301.445
Em Curso	124.266	72.643	(42.492)	(21.174)	-	133.243
Total	**412.375**	**72.643**	**-**	**(24.501)**	**(25.829)**	**434.688**
Total Geral (**)	**1.019.286**	**221.192**	**-**	**(173.025)**	**(98.730)**	**968.723**

(*) Das baixas no montante de R$173.025, R$136.255 foi transferido para o Contas a Receber da Concessão, R$12.839 de obrigações especiais foi registrado no Passivo Circulante rubrica – Outras Contas a Pagar, referente a devolução à Eletrobrás de recursos do Programa Luz para Todos, R$6.696 foram transferidos para o imobilizado e R$42.913 referem-se a baixas realizadas no exercício. Das adições de obrigações especiais, cerca de R$54.469 foram transferidas do contas a receber da concessão.

(**) Inclui R$54.510 (R$39.148 em 2012) referente a softwares.

19.3 Intangível -Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são

Empresas	2014	2013
EMG	3,91%	3,83%
ESSE	3,77%	3,78%
EPB	3,90%	3,89%
EBO	3,88%	4,00%
ENF	3,90%	3,83%
EDEVP	3,83%	4,15%

EMT	3,95%	3,99%
CAIUA	3,99%	4,07%
ETO	3,84%	3,85%
EEB	4,04%	4,02%
CNEE	4,05%	4,16%
CFLO	4,34%	4,39%
SEM	4,32%	4,32%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013
Contribuições do consumidor	311.582	305.710
Saldos adquiridos em 11/04/2014	2.198.524	-
Participação da União – recursos CDE	498.814	321.809
Participação do Governo do Estado	58.358	75.390
Reserva para reversão	1.721	1.722
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	64.995	10.657
(-) Amortização acumulada	(189.721)	(114.322)
Total	**2.944.273**	**600.966**
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.108.126	166.278
Infraestrutura – Intangível em serviço	1.455.404	301.445
Infraestrutura - Intangível em curso	315.748	122.586
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	64.995	10.657
Total	**2.944.273**	**600.966**

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União – recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas ESE e EMG, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.
As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R$57.370 (R$10.657 em 2013).

A ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas indiretas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

19.4 Direito de concessão - Consolidado

	2014	2013
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	320.580	320.580
Aquisição participação (3)	69.207	-
Ágio (Goodwill) (4)	48.777	45.690
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda	(77.129)	-
Amortização acumulada	(383.581)	(342.603)
Subtotal	**515.866**	**561.679**

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo inicial	561.679	595.505
Aquisição participação	72.294	-
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda	(77.129)	-
Amortização no exercício	(40.978)	(33.826)
Saldo final	**515.866**	**561.679**

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo a amortizar pela controlada é de R$295.055 (R$314.254 em 2013).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ENF, EBO, ESE e EPB, no montante de R$157.741 (R$171.156 em 2013), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu seis empresas de propósitos específicos: (i) (Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel), detentoras de projetos eólicos localizados no município de Parazinho – RN, pelo valor de R$25.231, deduzido da amortização acumulada de R$1.682 e; (ii) Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho – BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R$7.022 (R$7.022 em 2013).

Os projetos Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel foram vencedores no Leilão de Fontes Alternativas em agosto de 2010. Estes projetos iniciaram a comercializarão de 59,7 MW médios pelo prazo de 20 anos, ao preço de R$136,00/MWh a partir de setembro de 2013, foram fiscalizados pela ANEEL e considerados aptos a gerar energia, tendo sido cumpridas, pelos referidos parques, todas as condições necessárias para que estejam em condições de operar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos receita operacional de R$87.293 (R$27.988 em 2013).

Os valores pagos na aquisição dos parques eólicos estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial dos mesmos iniciados em setembro de 2013.

Estes projetos estão em processo de alienação, ver nota explicativa nº 41.

(3) Intangíveis ágio (goodwill)

Refere-se ao montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas pela controlada Energisa Bioeletricidade S/A que por ter vida útil definida, serão amortizados pelo prazo da autorização que é de 20 anos a contar de agosto de 2012, no montante de R$46.903, deduzido das amortizações.

Em face da alienação dos projetos de geração os valores relacionados aos projetos de Bioeletricidade foram transferidos para Ativo disponíveis para venda (Ver nota explicativa nº41) por consequência, cerca de R$77.129 por compor o custo dos Projetos, foram baixados desta rubrica.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2015 e 2016	32.710	6.698
2017 e 2018	60.879	13.913
2019 e 2020	62.508	14.598
2021 e 2022	64.269	15.280
2023 e 2024	65.815	15.954
2025 e 2026	67.415	16.616
2027 em diante	162.270	17.260
Total	**515.866**	**100.319**

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Suprimento:				

Furnas	-	-	136	136
Ampla –Cusd	-	-	783	783
CCEE	-	-	96.312	18.002
Contratos Bilaterais (1)	-	-	1.017.475	125.740
Uso de rede básica (1)	-	-	6.089	6.412
Conexão à rede (1)	-	-	801	752
Encargo de serviços no sistema (1)	-	-	11.150	7.442
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	17.583	11.284
Materiais, serviços e outros (2)	1.182	2.425	175.810	153.909
Total	**1.182**	**2.425**	**1.326.139**	**324.460**
Circulante	1.182	2.425	966.244	318.174
Não Circulante	-	-	359.895	6.286

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

Nesta rubrica Inclui R$427.632 de débitos com Eletrobrás, dos quais R$351.140 encontra-se contabilizado no passivo não circulante, devidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica (EMT e EEB), referente ao repasse Itaipu. Estes débitos por estarem em atraso, foram parcelados em 60 parcelas com juros remuneratórios incidentes sobre o principal, serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2014	2013	
	Em moeda nacional						
	NOTAS PROMISSÓRIAS 2ª EMISSAO SERIE UNICA	5.640	100.000	-	105.640	-	
	Total em moeda nacional	**5.640**	**100.000**	**-**	**105.640**	-	
	Em moeda estrangeira						
ENERGISA S/A	CITIBANK	582	-	199.215	199.797	176.513	(1)
	ABC	315	164.246	-	164.561	-	(1)
	Santander	816	108.594	-	109.410	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	**1.713**	**272.840**	**199.215**	**473.768**	**176.513**	
	Total ENERGISA S A	**7.353**	**372.840**	**199.215**	**579.408**	**176.513**	
	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	140	-	15.000	15.140	15.114	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	140	138	291	456	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	45	382	1.126	1.553	2.020	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	65	474	1.624	2.163	2.612	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	1	41	246	288	359	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	197	26	1.819	2.042	251	
	Eletrobrás - Subtransmissão	116	1.658	487	2.261	4.078	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	8	-	4.433	4.441	-	
ENERGISA SERGIPE	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE)	298	2.228	4.348	6.874	8.799	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FAT)	923	3.226	1.315	5.464	7.467	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE)	759	2.649	12.259	15.667	18.997	
	Banco ABC - repasse BNDES	498	5.027	18.829	24.354	29.792	
	Banco ABC - repasse BNDES	85	212	2.516	2.813	3.399	
	Banco Itaú BBA - FINAME	60	1.494	17.227	18.781	11.133	
	Banco Itaú BBA - FINEM	47	2.835	14.118	17.000	-	
	Nota promissória Itaú	536	80.000	-	80.536	-	
	Total em moeda nacional	**3.791**	**100.392**	**95.485**	**199.668**	**104.477**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(154)	-	(472)	(626)	(777)	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2014	2013	
	Em moeda estrangeira						
	Bank of America Merrill Lynch	117	79.686	-	79.803	70.332	(2)
	Banco Itaú BBA	1.070	-	133.424	134.494	118.688	(2)
	Citibank	583	-	132.810	133.393	117.805	(2)
	Total em moeda estrangeira	**1.770**	**79.686**	**266.234**	**347.690**	**306.825**	
	Total ENERGISA SERGIPE	**5.407**	**180.078**	**361.247**	**546.732**	**410.525**	
ENERGISA PARAÍBA	**Em moeda nacional**						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	591	-	61.000	61.591	61.485	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	354	358	741	1.127	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	73	520	1.346	1.939	2.504	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	376	1.469	1.912	2.322	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	57	324	1.712	2.093	2.448	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	234	420	2.397	3.051	3.310	
	Eletrobrás Luz para Todos - 6ª tranche	81	896	-	977	3.451	
	Eletrobrás - Subtransmissão	10	3.589	2.231	5.830	13.987	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	-	-	-	15	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	-	-	-	8	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	13.646	-	13.646	529	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005/2006 (FNE)	-	-	-	-	5.363	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FNE)	36	9.782	13.955	23.773	33.311	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008/2009 (FNE)	10	8.502	39.507	48.019	53.966	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FAT)	1	2.228	3.842	6.071	8.499	
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	126	1.536	32.053	33.715	-	
	Banco BNB - repasse BNDES	39	7.797	24.957	32.793	40.812	
	Banco Itaú BBA - FINAME	154	3.193	33.199	36.546	24.256	
	Banco Itaú CCB	-	40.269	-	40.269	-	
	Total em moeda nacional	**1.508**	**93.432**	**218.026**	**312.966**	**257.393**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(338)	-	(1.054)	(1.392)	(1.732)	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA I	621	44.890	-	45.511	39.882	(2)
	Banco Itaú BBA II	1.330	-	160.108	161.438	142.428	(2)
	Citibank	61	-	106.248	106.309	93.764	(2)
	Total em moeda estrangeira	**2.012**	**44.890**	**266.356**	**313.258**	**276.074**	
	Total ENERGISA PARAÍBA	**3.182**	**138.322**	**483.328**	**624.832**	**531.735**	
ENERGISA MINAS GERAIS	**Em moeda nacional**						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*)	138	-	15.000	15.138	15.112	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	57	1.043	1.926	3.026	4.161	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	9	16	27	37	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	338	1.325	5.580	7.243	8.676	
	Eletrobrás - Subtransmissão	8	257	646	911	1.192	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	2.704	-	2.704	15.415	
	Banco HSBC - repasse BNDES	25	511	241	777	1.268	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	329	78	410	625	
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	320	102	427	747	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	6	452	2.297	2.755	3.209	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	4	194	861	1.059	1.080	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	4	188	957	1.149	1.338	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	4	298	1.516	1.818	2.115	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	743	186	930	1.675	
	Banco Itaú BBA - FINAME	49	1.249	12.832	14.130	8.950	
	Caixa Econômica Federal - FINAME	39	493	3.202	3.734	4.277	
	Banco Bradesco - CCB	1.066	12.500	-	13.566	25.795	(1)
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	158	5.211	9.197	14.566	13.375	
	Nota Promissória - Itaú	402	60.000	-	60.402	-	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2014	2013	
	Total em moeda nacional	**2.309**	**87.826**	**54.637**	**144.772**	**109.047**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(55)	-	(119)	(174)	(271)	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	289	-	43.694	43.983	38.770	(2)
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	67.048	
	Bank of America Merrill Lynch	283	75.742	-	76.025	-	(2)
	Banco Itaú BBA	738	79.687	-	80.425	70.953	(2)
	Total em moeda estrangeira	**1.310**	**155.429**	**43.694**	**200.433**	**176.771**	
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	**3.564**	**243.255**	**98.212**	**345.031**	**285.547**	
ENERGISA NOVA FRIBURGO	**Em moeda nacional**						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	37	-	4.000	4.037	4.030	
	Eletrobrás - Luz para Todos 0 1ª tranche	-	46	141	187	287	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	11	15	442	468	632	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	78	49	128	346	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	55	25	80	184	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	26	16	42	112	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	1	182	914	1.097	1.281	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	1	104	349	454	462	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	2	76	381	459	536	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	11	125	626	762	879	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES V	19	210	1.163	1.392	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES VI	3	90	498	591	-	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	2	743	186	931	1.676	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	7	139	1.262	1.408	902	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	18	1.302	3.511	4.831	6.341	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	37	599	1.106	1.742	1.836	
	Total em moeda nacional	**150**	**3.790**	**14.669**	**18.609**	**19.504**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(6)	-	(32)	(38)	(44)	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	-	-	21.914	21.914	19.424	(2)
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	9.404	
	Bank of America Merrill Lynch	4	-	10.625	10.629	-	(2)
	Banco Itaú BBA I	110	7.969	-	8.079	7.129	(2)
	Banco Itaú BBA II	4	6.401	-	6.405	5.649	(2)
	Total em moeda estrangeira	**118**	**14.370**	**32.539**	**47.027**	**41.606**	
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	**262**	**18.160**	**47.176**	**65.598**	**61.066**	
ENERGISA BORBOREMA	**Em moeda nacional**						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	55	-	5.000	5.055	5.047	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	55	54	111	170	
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	47	-	2.000	2.047	2.051	
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	137	2	8.476	8.615	7.886	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200702008 (FNE)	194	2.018	3.296	5.508	7.358	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 200902010 (FNE)	16	465	5.303	5.784	7.191	
	Banco Itaú BBA - FINAME	14	261	2.926	3.201	1.649	
	EMPRESTIMO ITAU BBA BNDES FINEM	39	128	3.039	3.206	-	
	Total em moeda nacional	**504**	**2.929**	**30.094**	**33.527**	**31.352**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(27)	-	(66)	(93)	(119)	
	Em moeda estrangeira						
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	9.506	
	Bank of America Merrill Lynch	74	-	10.702	10.776	-	(2)
	Banco Itaú BBA	-	16.095	-	16.095	14.257	(2)
	Total em moeda estrangeira	**74**	**16.095**	**10.702**	**26.871**	**23.763**	
	Total ENERGISA BORBOREMA	**551**	**19.024**	**40.730**	**60.305**	**54.996**	
ENERGISA SOLUÇÕES	**Em moeda nacional**						
	Finep	12	940	3.651	4.603	5.950	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2014	2013	
	Banco Itaú BBA - FINAME	9	319	3.488	3.816	1.257	
	Total em moeda nacional	**21**	**1.259**	**7.139**	**8.419**	**7.207**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(18)	(24)	(29)	
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	**21**	**1.253**	**7.121**	**8.395**	**7.178**	
ENERGISA SOL. CONSTRUÇÕES	**Em moeda nacional**						
	Banco Itaú BBA - FINAME	12	228	2.913	3.153	-	
	Total em moeda nacional	**12**	**228**	**2.913**	**3.153**	**-**	
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	**12**	**228**	**2.913**	**3.153**	**-**	
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE S/A	**Em moeda nacional**						
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	85.501	
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	27.931	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	-	-	-	-	1.666	
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**115.098**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(222)	
	Total ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	**-**	**-**	**-**	**-**	**114.876**	
SPE CRISTINA	**Em moeda nacional**						
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	6.211	
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	2.175	
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.386**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	**(41)**	
	Total SPE CRISTINA	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.345**	
SERV. AÉREOS	**Em moeda nacional**						
	LEASING BRADESCO	-	534	-	534	1.108	
	Total em moeda nacional	**-**	**534**	**-**	**534**	**1.108**	
	Total ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS	**-**	**534**	**-**	**534**	**1.108**	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA I S/A	**Em moeda nacional**						
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	85.133	**(1)**
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**85.133**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(162)	
	Total RENASCENÇA I	**-**	**-**	**-**	**-**	**84.971**	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA II S/A	**Em moeda nacional**						
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	82.348	**(1)**
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**82.348**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(162)	
	Total RENASCENÇA II	**-**	**-**	**-**	**-**	**82.186**	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA III S/A	**Em moeda nacional**						
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	83.100	**(1)**
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**83.100**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(162)	
	Total RENASCENÇA III	**-**	**-**	**-**	**-**	**82.938**	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA IV S/A	**Em moeda nacional**						
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	82.633	**(1)**
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**82.633**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(162)	
	Total RENASCENÇA IV	**-**	**-**	**-**	**-**	**82.471**	
VENTOS DE SÃO MIGUEL S/A	**Em moeda nacional**						
	BNDES - Financ. Investimento	-	-	-	-	79.849	**(1)**
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**79.849**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(162)	
	Total VENT. SÃO MIGUEL	**-**	**-**	**-**	**-**	**79.687**	
PCH ZÉ TUNIN	**Em moeda nacional**						
	BDMG - repasse BNDES	-	-	-	-	11.594	**(1)**
	BDMG - repasse BNDES	-	-	-	-	28.340	**(1)**
	Total em moeda nacional	**-**	**-**	**-**	**-**	**39.934**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	-	
	Total Zé Tunin	**-**	**-**	**-**	**-**	**39.934**	
REDE ENERGIA	**Em moeda nacional**						

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2014	2013	
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A	158	-	3.868	4.026		
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A)	878	-	8.530	9.408		
	EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C)	-	-	3.209	75.722		
	Total em moeda nacional	**1.036**	**-**	**15.607**	**89.156**		
	Total REDE ENERGIA	**1.036**	**-**	**15.607**	**89.156**		
	Em moeda nacional						
	Santander - 270626414	79	-	8.500	8.579		
	ELETROBRÁS - EFS00042/2004	-	322	242	564		
	HP leasing	-	24	-	24		
CAIUÁ	**Total em moeda nacional**	**79**	**346**	**8.742**	**9.167**	**-**	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	-	208	68.778	68.986		(2)
	Total em moeda estrangeira	**-**	**208**	**68.778**	**68.986**	**-**	
	Total CAIUÁ	**79**	**554**	**77.520**	**78.153**	**-**	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	-	947	552	1.499		
	ELETROBRÁS	90	18.536	105.023	123.649		
	Banco Santander	62	-	7.867	7.929		
ETO	Banco Santander	597	-	75.133	75.730		
	HP leasing	-	12	-	12		
	Total em moeda nacional	**749**	**19.495**	**188.575**	**208.819**	**-**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(42)	-	(764)	(806)		
	Total ETO	**707**	**19.495**	**187.811**	**208.013**	**-**	
	Em moeda nacional						
DENERGE	OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES	12.196	-	219.056	231.252		
	Total em moeda nacional	**12.196**	**-**	**219.056**	**231.252**	**-**	
	Total DENERGE	**12.196**	**-**	**219.056**	**231.252**	**-**	
	Em moeda nacional						
CTCE	BANCO BMG S/A - Opção A	-	307	2.985	3.292		
	Total em moeda nacional	**-**	**307**	**2.985**	**3.292**		
	Total CTCE	**-**	**307**	**2.985**	**3.292**		
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	37	12.169	40.441	52.647	-	
	SAFRA	1	334	46	381	-	
	SAFRA	1	84	11	96	-	
	HP leasing	-	29	-	29	-	
EMS	VOLKSWAGEN	2	244	-	246	-	
	Banco Itaú - Nota promissória de Crédito	5.448	100.000	-	105.448		
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	31	289.789	289.820		
	Total em moeda nacional	**5.489**	**112.891**	**330.287**	**448.667**	**-**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-		
	Total SEM	**5.489**	**112.891**	**330.287**	**448.667**	**-**	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRAS	4	42.940	304.575	347.519	-	
	FIBRA/BTG	64	7.907	-	7.971	-	
	HP004365ER14V6	-	27	-	27	-	
	Banco JP Morgan - CCB	54	14.857	21.048	35.959	-	
	Finame - SAFRA	-	80	27	107	-	
EMT	Banco Santander	270	-	32.000	32.270		
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.455	-	351.415	353.870		
	Total em moeda nacional	**2.847**	**65.811**	**709.065**	**777.723**	**-**	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merril Lynch	29	9.659	13.683	23.371	-	(1)
	Cessna Finance	7	4.405	31.783	36.195	-	
	Total em moeda estrangeira	**36**	**14.064**	**45.466**	**59.566**	**-**	
	Total EMT	**2.884**	**79.875**	**754.531**	**837.290**	**-**	
CNEE	**Em moeda nacional**						

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2014	2013	
	ELETROBRÁS -ECF00041/2004	5	64	48	117		
	HP leasing	-	8	-	8		
	Total em moeda nacional	**5**	**72**	**48**	**125**	**-**	
	Total CNEE	**5**	**72**	**48**	**125**	**-**	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS - ECFS0127/2005	1	64	124	189		
CFLO	HP leasing	-	7	-	7		
	Total em moeda nacional	**1**	**71**	**124**	**196**	**-**	
	Total CFLO	**1**	**71**	**124**	**196**	**-**	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS - ECFS00040/2004	7	269	202	478		
EDEVP	HP leasing	-	12	-	12		
	Total em moeda nacional	**7**	**281**	**202**	**490**	**-**	
	Total	**7**	**281**	**202**	**490**	**-**	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRAS EFS - 0037/2004	-	794	2.386	3.180		
	HP leasing	-	11	-	11		
	Total em moeda nacional	**-**	**805**	**2.386**	**3.191**	**-**	
EEB	**Em moeda estrangeira**			**-**			
	ABC Brasil - LA 35 030 14	-	45.410	-	45.410		**(2)**
	ITAU - OPERAÇÃO 4131	-	32	10.581	10.613		(2)
	Total em moeda estrangeira	-	**45.442**	**10.581**	**56.023**		
	Total EEB	**-**	**46.247**	**12.967**	**59.214**	**-**	
	Sub - total em moeda nacional	**36.344**	**590.467**	**1.900.044**	**2.526.855**	**1.106.570**	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	**(919)**	**(6)**	**(2.526)**	**(3.451)**	**(4.046)**	
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	**35.426**	**590.461**	**1.897.518**	**2.523.405**	**1.102.524**	
	Sub - total em moeda estrangeira	**7.036**	**643.026**	**943.567**	**1.593.629**	**1.001.552**	
	Total em moeda estrangeira	**7.036**	**642.026**	**943.567**	**1.593.629**	**1.001.552**	
	TOTAL	**42.462**	**1.233.487**	**2.841.085**	**4.117.034**	**2.104.076**	

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R$212.251 (R$65.869 em 2013), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos junto ao BNDES (Energisa Geração Rio Grande, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Central Eólica Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel S/A) e Bradesco (CCB), possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, o BNDES suspendeu a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Os montantes correspondentes a esses contratos foram transferidos para passivos disponíveis para venda.

(1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de Dezembro de 2014:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
ENERGISA	Citibank	abr/18	Semestral, após abr.2016	Aval Energisa S.A.	40	Libor	+ 1,64% a.a	15,03%	(1)
	Nota Promissória 2ª Emissão- série única	jan/15	final	Aval Energisa S.A.	1	CDI	+ 2,50% a.a	12,83%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	ABC	jan/15	final	Aval Energisa S.A.	1	Dólar	+ 3,20% a.a	16,59%	
	Banco Santander	set/15	final	Aval Energisa S.A.	9	Libro	+ 2,10% a.a	15,72%	
ENERGISA SERGIPE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,70%	11,51%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	out/16	mensal	Recebíveis	22	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche	abr/18	mensal	Recebíveis	40	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -3ª tranche	out/19	mensal	Recebíveis	58	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -4ª tranche	jul/22	mensal	Recebíveis	91	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -5ª tranche	out/22	mensal	Recebíveis	94	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar/16	mensal	Recebíveis	15	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -6ª tranche	ago/26	Mensal,após ago.2016	Aval Energisa S.A.	140	pré-fixado 6,0%		6,00%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	pré-fixado 8,3%		8,30%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	TJLP	+ 4,00%	9,00%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	44	pré-fixado 8,4%		8,40%	(2)
	Banco ABC - repasse BNDES I	mai/19	mensal	Aval Energisa S.A.	53	TJLP	+ de 2,2% a 4,1%	7,2% a 9,09%	
	Banco ABC - repasse BNDES II	fev/23	mensal	Aval Energisa S.A.	98	pré-fixado	De 8,10% a 9,10%	8,10% a 9,10%	
	Banco Itaú BBA -FINAME	até fev-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	110	pré-fixado	de 2,5% a 8,7%	2,5% a 8,7%	
	Banco BNB - repasse BNDES Finem	mar/20	mensal	Aval Energisa S.A.	63	TJLP	+ 2,90% a 3,90%	7,9% a 8,89%	
	Nota Promissória Itaú	dez/15	final	Aval Energisa S.A.	12	CDI	+ 2,00%	12,81%	
	Bank of America Merrill Lynch	set/15	final	Aval Energisa S.A.	9	Libor	+ 2,45%	16,07%	(1)
	Banco Itaú BBA	abr/18	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S.A.	40	Dólar	+ 3,4892% a.a	16,88%	(1)
	Citibank	abr/18	final	Aval Energisa S.A.	40	Libor	+ 1,91%	15,53%	(1)
ENERGISA PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,70%	11,51%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	nov/16	mensal	Recebíveis	23	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche	abr/18	mensal	Recebíveis	40	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -3ª tranche	jul/19	mensal	Recebíveis	27	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -4ª tranche	out/20	mensal	Recebíveis	82	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -5ª tranche	jun/21	mensal	Recebíveis	78	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 6ª tranche	mar/22	mensal	Recebíveis	87	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Subtransmissão	mar/16	mensal	Recebíveis	15	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás Devolução LPT	mar/16	mensal	Recebíveis	15	Selic acumulda		10,90%	
	Banco do Nordeste -	jun/17	mensal	Recebíveis +	18	pré-fixado		7,80%	(2)

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)			Fundo Reserva		7,8%			
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	54	pré-fixado 8,1%		8,10%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	TJLP	+ 4,00%	9,00%	
	Banco Itau - repasse BNDES Finem	Até dez/23	mensal	Aval Energisa S.A.	108	TJLP	+ 3,5% a 8,90%	8,50 a 13,90%	
	Banco do Nordeste - repasse BNDES	jan/19	mensal	Aval Energisa S.A.	49	TJLP	+ de 3,4% a 4,4%	8,4% a 9,41%	
	Banco Itaú BBA -FINAME	até ago-2023	mensal	Aval Energisa S.A.	104	pré-fixado de 2,5% a 10%		7,48% a 15,00%	
	Itaú CCB	fev/15	Final	Aval Energisa S.A	-	CDI	+ 2,50%	13,31%	
	Banco Itaú BBA I	ago/15	Final	Aval Energisa S.A	8	Dólar	+ 3,2466	16,64%	(1)
	Banco Itaú BBA II	abr/18	Anual, após abr.2017	Aval Energisa S.A	40	Dólar	+ 3,49%	16,88%	(1)
	Citibank	set/17	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A	33	Libor	+ 1,90%	15,81%	(1)
ENERGISA MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,70%	11,8%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	ago/17	mensal	Recebíveis	32	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche (RJ)	ago/17	mensal	Recebíveis	32	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -2ª tranche	dez/19	mensal	Recebíveis	60	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás Subtransmissão	fev/18	mensal	Recebíveis	38	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás -devolução LPT	fev/15	mensal	Recebíveis	3	Selic Acumulada		10,90%	
	Banco HSBC -repasse BNDES I	mai/16	mensal	Aval Energisa S.A.	17	TJLP	+ 4,30%	9,30%	
	Banco HSBC -repasse BNDES II	mai/16	mensal	Aval da Energisa S.A.	17	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,35%	
	Banco HSBC -repasse BNDES III	mai/16	mensal	Aval Energisa S.A.	17	TJLP	+ 3,90%	8,90%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES I	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	73	TJLP	+ 4,75%	9,75%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES II	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	73	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	3,80%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES III	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	73	TJLP	+ 5,95%	10,95%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES IV	jan/21	mensal	Aval Energisa S.A.	73	pré-fixado 5,5%		5,50%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	15	pré-fixado 5,5%		5,50%	
	Banco Itaú BBA -FINAME	até abr-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	112	pré-fixado de 2,5% a 10%		de 2,5% a 10%	
	Caixa Econômica Federal -FINAME	jan/22	mensal	Aval Energisa S.A.	85	pré-fixado 8,7%		8,70%	
	Banco Bradesco - CCB	nov/15	anual	-	11	CDI + 1,25%		12,06%	
	Banco Itaú BBA BNDES Finem	dez/23	mensal	Aval Energisa S.A.	108	TJLP + 2,25% a 4,15%		de 7,23% a 9,16%	
	Nota Promissória Itaú	jun/15	final	Aval Energisa S.A	6	CDI	+ 2,00%	12,81%	
	Citibank	set/17	final	Aval Energisa S.A	33	libor + 1,36%		15,20%	(1)

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Bank of America Merrill Lynch	jun/15	final	Aval Energisa S.A	6	libor + 2,0%		15,92%	(1)
	Banco Itaú BBA	set/15	final	Aval Energisa S.A	9	Dólar	+ 2,95%	16,73%	(1)
ENERGISA NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,70%	11,51%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	ago/17	mensal	Recebíveis	32	RGR 5,0%		5,00%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	mai/19	mensal, após jun.2014	-	53	RGR 5,0%		5,00%	
	Banco HSBC -repasse BNDES I	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	16	TJLP	+ 4,30%	9,30%	
	Banco HSBC -repasse BNDES II	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	16	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,35%	
	Banco HSBC -repasse BNDES III	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	16	TJLP	+ 3,90%	8,90%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES I	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	TJLP	+ 4,75%	9,75%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES II	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	UMBND	+ 3,75% + juros variáveis	3,80%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES III	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	TJLP	+ 5,95%	10,95%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES IV	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	pré-fixado 5,5%		5,50%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES V	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	76	TJLP	+ 8,10%	13,10%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES VI	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	76	SELIC	+ 3,10%	14,00%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	15	pré-fixado 5,5%		5,50%	
	Banco Itaú BBA -FINAME	até nov-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	119	pré-fixado de 2,5% a 5,5%		2,5% a 5,5%	
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	42	TJLP	+ 4,65%	9,65%	
	Banco Itaú BBA -BNDES Automático II	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	42	UMBND	+ 3,65%	3,70%	
	Citibank	set/17	final	Aval Energisa S.A.	33	Libor	+ 2,25%	16,21%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	mar/16	final	Aval Energisa S.A.	15	Dólar	+ 2,45%	15,84%	
	Banco Itaú BBA I	ago/15	final	Aval Energisa S.A.	8	Dólar	+ 3,25%	16,64%	(1)
	Banco Itaú BBA II	dez/15	final	Aval Energisa S.A.	12	Dólar	+ 3,25%	16,64%	(1)
ENERGISA BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,70%	11,51%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -1ª tranche	nov/16	mensal	Recebíveis	23	RGR 5,0%		5,00%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES I	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	99	UMBND	+ 3,90%	3,95%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES II	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	99	TJLP	+ 3,90%	8,90%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	pré-fixado 7,5%		7,50%	(2)
	Banco do Nordeste Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	56	pré-fixado 7,5%		7,50%	(2)
	Banco Itaú BBA -FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	74	pré-fixado de 4,5% a 5,5%		4,5% a 5,5%	
	Banco Itaú BBA -FINEM	abr/21	mensal	Aval Energisa	64	TJLP	+ de 3,81% a 8,10%		

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
				S.A.					
	Bank of America Merrill Lynch	fev/16	final	Aval Energisa S.A.	14	Libor	+ 2,45%	16,07%	
	Banco Itaú BBA	ago/15	Final	Aval Energisa S.A.	8	Dólar + 3,2466%		16,64%	(1)
ENERGISA SOLUÇÕES	FINEP	out/18	mensal	Fiança Energisa S.A.	25	pré-fixado 8,0%		8,00%	
	Banco Itaú BBA FINAME	até fev-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	57	pré-fixado de 2,5% a 6,0%		de 2,5% a 6,0%	
ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES	Banco Itaú BBA FINAME	até nov-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	57	pré-fixado 6,0%		6,00%	
ENERGISA SERV. AÉREOS	Leasing bradesco	dez/15	mensal	Alienação Fiduciária	24	CDI		10,33%	
REDE ENERGIA	Banco industrial e comercial s.a. (bicbanco)	jul/36	Mensal	Recebíveis	259	IPCA	+ 1,05% a.a	7,46%	
	Banco do nordeste do brasil s.a.	jul/36	Mensal	Recebíveis	259	IPCA	+ 1,05% a.a	7,46%	
CAIUÁ	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis + Aval	54	CDI	2,28% a.a	13,09%	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	17	UFIR	6,0% a.a	6%	
	HP Leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,51%	
	Itaú BBA	nov/17	Mensal	Aval	35	Dólar	+ 2,25 %	15,64%	
ETO	Eletrobrás I	fev/13	Mensal	Recebíveis	1	UFIR	7,18% a.a	7,18%	
	Eletrobrás II	Jun/16 a abr/22	Mensal	Recebíveis	37	UFIR	De 6,0 a 6,50%a.a	de 6,0 a 6,5%	
	Banco Santander	jun/19	mensal	Recebíveis	54	CDI	2,28% a.a	13,09%	
	Banco Santander	jun/19	mensal	Recebíveis	54	CDI	2,28% a.a	13,09%	
	HP Leasing	mai/15	mensal	Aval	5	CDI	0% a.a	10,81%	
DENERGE	Opções de compra de ações	jul/36	mensal		259	TR	4,0% a.a	4,90%	
CTCE	Banco BMG	jul/36	mensal		259				
EMS	Eletrobrás	jun/15 a mai/22	trimestral	-	24	-	6,0 a 8,0% a.a	6,0 a 8,0	
	Safra finame I	Nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	7	PRÉ	8,0% a.a	8%	
	Safra finame II	nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	9	URTJLP	5,7% a.a	10,70%	
	HP Leasing	jan/15	final	Aval	1	CDI	2,94% a.a	13,75%	
	Volkswagen - leasing	Mar/15 a mai/15	mensal	Alienação fiduciária	4	PRE	11,88% a.a	22,69%	
	Banco Itaú Notas Promissórias	jan/15	final	Aval Energisa	1	CDI	2,25% a.a	13,33%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	237	TR	8,0% a.a	8,93%	
EMT	Eletrobrás	até ago/22	Trimestral	-	92	PRÉ	6,0 a 8,0% a.a	6,0% a 8,0% a.a	
	Banco Fibra/BTG	ago/15	Mensal	Cessão Sub-rogação CCC	8	CDI	4,43% a.a	15,24%	
	HP leasing	abr/15	Mensal	Aval	4	CDI	0% a.a	10,81%	
	Banco JP Morgan -	mai/17	Mensal	Recebíveis	29	CDI	2,0% a.a	12,81%	
	Finame - SAFRA	abr/16	Mensal	-	16	TJLP	3,9 a 6,5% a.a	8,89% a 11,52%	
	Banco Santander	jun/17	Mensal	Recebíveis+Aval	30	CDI	2,8% a.a	13,61%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	237	TR	8,0% a.a	8,93%	
	Banco Merryl Lynch	mai/17	mensal	Fiança	29	CDI	2,0% a.a	12,81%	
	Cessna Finance	set/20	trimestral	Depósito	69	PRÉ	6,75% a.a	6,75%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
				Caução					
CNEE	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	21	UFIR	6,0% a.a	6,00%	
	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,53%	
CFLO	Eletrobrás	jun/16 a jul/18	Mensal	Recebíveis	25	UFIR	6,0% a.a	6,00%	
	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	0% a.a	10,81%	
EDEVP	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	21	UFIR	6,0% a.a	6,00%	
	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,53%	
EEB	Eletrobrás	de set/16 a jul/22	Mensal	Recebíveis	60	UFIR	6,0% a.a	6,00%	
	HP leasing	mai/15	Mensal	Aval	5	CDI	3,72% a.a	14,53%	
	Banco ABC Brasil	set/15	Mensal	Aval	9	Dólar	+ 2,62%	16,01%	
	Banco Itaú	nov/17	Mensal	Aval	35	Dólar	+ 3,40%	16,87%	

1 - Possui Swap
2 - Considera bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos exercícios:

Moeda/indicadores	2014	2013
US$ x R$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
IPCA	6,41%	5,91%
IGP-M	3,67%	5,53%
LIBOR	0,23%	0,27%
UMBNB	0,05%	0,04%

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2016	66.405	348.214
2017	66.405	669.315
2018	66.405	605.163
2019	-	192.578
Após 2019	-	1.025.815
Total	**199.215**	**2.841.085**

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	**176.513**	**155.059**	**2.104.076**	**1.747.589**
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	2.856.794	-
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	440.000	-	1.466.527	720.152
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	89.286	25.488	466.569	298.206
Pagamento de principal	(29.946)	-	(1.623.777)	(545.959)
Pagamento de juros	(96.445)	(4.034)	(286.356)	(115.912)

Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)	-	-	(866.799)	-
Saldos em 2014 e 2013	**579.408**	**176.513**	**4.117.034**	**2.104.076**
Circulante	380.193	818	1.275.949	284.691
Não circulante	199.215	175.695	2.841.085	1.819.385

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	2015	2016	2017 em diante	Total
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	25	-	123	**148**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	30	30	15	**75**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	25	25	12	**62**
	Banco ABC Repasse BNDES	18	18	44	**80**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	149	**261**
ESE		**154**	**129**	**343**	**626**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	97	-	484	**581**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	110	55	**275**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	28	28	14	**70**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	104	104	259	**467**
EPB		**339**	**242**	**812**	**1.393**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	-	119	**143**
	Banco ITAU BBA -BNDES FINEM	31	-	-	**31**
EMG		**55**	**-**	**119**	**174**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	-	32	**38**
ENF		**6**	**-**	**32**	**38**
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	8	-	38	**46**
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	19	19	9	**47**
EBO		**27**	**19**	**47**	**93**
	Finep	6	6	12	**24**
ESOL		**6**	**6**	**12**	**24**
	Banco Santander	184	368	551	**1.103**
ETO		**184**	**368**	**551**	**1.103**
	TOTAL	**771**	**764**	**1.916**	**3.451**

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora				
	3ª Emissão	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	01/04/2008	15/07/2012	15/07/2012	01/03/2014	
Data de vencimento	01/04/2014	15/07/2017	15/07/2019	01/03/2016	
Garantia	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,3% a.a	CDI + 1,55% a.a	CDI + 2,34% a.a	
Quantidade de títulos	15.000	12.857	27.143	150.000	
Valor na data de emissão	150.000	128.570	271.430	1.500.000	
Títulos em circulação	15.000	12.857	27.143	150.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	12 meses	12 meses	
Amortizações/parcelas	5 semestrais	2 anuais	2 anuais	2 anuais	
Saldos em 2014	**-**	**135.818**	**327.704**	**1.660.594**	**2.124.116**
Circulante	-	7.674	56.600	661.810	726.084
Não circulante	-	128.144	271.104	998.784	1.398.032
Saldos em 2013	**30.685**	**133.734**	**303.378**	**-**	**467.797**
Circulante	30.685	5.859	32.365		68.909
Não circulante	-	127.875	271.013	-	398.888

	Controladora Total	Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE		Subtotal Consolidado
		7ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	
Tipo de emissão		Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão		15/12/2009	15/12/2009	15/12/2009	30/10/2013	
Data de vencimento		15/12/2014	15/12/2014	15/12/2014	30/10/2019	
Garantia		Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos		CDI + 11,92% a.a	CDI + 11,92% a.a	CDI + 11,92% a.a	115,5% do CDI	
Quantidade de títulos		60.000	80.000	60.000	60	
Valor na data de emissão		60.000	80.000	60.000	60.000	
Títulos em circulação		60.000	80.000	60.000	60	
Carência de Juros		6 meses	6 meses	6 meses	24 meses	
Amortizações/parcelas		Final	Final	Final	5 anuais	
Saldos em 2014	**2.124.116**	**-**	**-**	**-**	**68.746**	**2.192.862**
Circulante	726.084	-	-	-	8.746	734.830
Não circulante	1.398.032				60.000	1.458.032
Saldos em 2013	**467.797**	**60.051**	**80.029**	**60.051**	**61.062**	**728.990**
Circulante	68.909	60.051	80.029	60.051	1.062	270.102
Não circulante	398.888	-	-	-	60.000	458.888

	Subtotal	Controlada Rede Energia	Controlada EMT				Controlada EMS	Controlada ETO	Total consolidado
		4ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	
Tipo de emissão		Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão		22/12/2009	15/4/2010	7/4/2011	19/10/2011	15/5/2014	31/5/2014	31/5/2014	
Data de vencimento		22/12/2014	15/5/2017	7/4/2016	20/12/2021	17/5/2021	30/5/2021	30/5/2019	
Garantia		Quirografária	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos		CDI + 3,40%	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 3,90%	CDI + 3,75%	CDI + 2,28%	CDI + 2,28% a.a.	CDI + 2,28% a.a.	
TIR (taxa efetiva de juros)		14,37%	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	14,70%	14,55%	13,09%	13,09%	13,09%	
Quantidade de títulos		370.000	250	98	1.000	45.000	40.000	5.000	
Valor na data de emissão		370.000	1.000.000	1.000.000	100.000	10.000	400.000	50.000	
Títulos em circulação		-	250	34	1.000	45.000	40.000	5.000	
Carência de Juros		6 meses	6 meses	6 meses	Não há	24 meses	2 anos	2 anos	
Data de repactuação		-	1/8/2012	21/8/2012	14/5/2012	-	-		
Amortizações/ parcela		semestral	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal após a carência	semestral	Mensal 30/06/16	
Saldos em 2014 (*)	**2.192.862**	**34.928**	**40.431**	**-**	**-**	**453.324**	**401.892**	**50.041**	**3.173.478**
Circulante	734.830	1.012	40.431	-	-	6.017	4.281	297	786.868
Não circulante	1.458.032	33.916				447.307	397.611	49.744	2.386.610
Saldos em 2013 (*)	**728.990**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**728.990**
Circulante	270.102	-	-	-	-	-	-	-	270.102
Não circulante	458.888	-	-	-	-	-	-	-	458.888

(*) Deduzido de R$7.191 (R$2.241 em 2013) referentes aos custos de captação.

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial – (opção A) com juros de IPCA + 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R$297.785 de ajuste a valor presente.

As debêntures da controlada EMT possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão, sendo que o waiver tem validade para até 31 de dezembro de 2014.

Em 10 de abril de 2014, foram suspensas a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	1.062.722	1.186.535
2017	63.938	265.474
2018	135.506	337.043
2019	135.866	327.397
Após 2019	-	270.161
Total	**1.398.032**	**2.386.610**

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

2014				
	Controladora			
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	Consolidado
Exercício 2015	-	-	4.864	4.864
Exercício 2016	347	-	1.216	1.563
Após 2016	347	417	-	764
	694	**417**	**6.080**	**7.191**

2013							
	Controladora			Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE	Consolidado
	3ª Emissão	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	
Exercício 2014	81	269	91	195	299	195	1.130
Exercício 2015	-	269	91	-	-	-	360
Exercício 2016	-	269	91	-	-	-	360
Após 2016	-	156	235	-	-	-	391
	81	**963**	**508**	**195**	**299**	**195**	**2.241**

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 2013 e 2012	**467.797**	**813.772**	**728.990**	**1.057.263**
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	328.219	-
Novas debêntures obtidas	1.495.146	-	2.514.300	102.648
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	203.742	67.076	327.227	102.262
Pagamento de principal	(32.952)	(360.000)	(567.946)	(456.085)
Pagamento de juros	(9.617)	(53.051)	(32.140)	(77.098)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)	-	-	(125.172)	-
Saldo em 2014 e 2013	**2.124.116**	**467.797**	**3.173.478**	**728.990**
Circulante	726.084	68.909	786.866	270.102
Não circulante	1.398.032	398.888	2.386.612	458.888

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS	-	-	222.654	62.404
Encargos Sociais	314	285	17.083	7.123
IRPJ	50.779	-	101.949	37.879
CSSL	25.692	-	47.610	16.993
PIS/COFINS	707	924	101.591	39.099
IOF	1	62	691	4.684
IRRF	486	157	6.962	2.555
Outros	2.540	316	11.678	1.249
Total	**80.519**	**1.744**	**510.218**	**171.986**
Circulante	80.519	1.744	434.254	128.179
Não Circulante (1)	-	-	75.964	43.807

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

24 Parcelamento de impostos – consolidado

Descrição	EMG	ESE	EMT	ETO	REDE SUL	31/12/2014	31/12/2013 (*)
LEI 11.941	-	-	-	726	-	726	-
INSS	529	-	-	-	-	529	1.885
IRPJ	-	-	-	-	-	-	-
PIS	-	303	-	-	-	303	429
COFINS	-	4.195	-	-	2.574	6.769	5.734
CSSL	-	28	-	-	-	28	35
IRRF	-	6	-	-	-	6	6
ICMS	-	-	5.899	-	99.303	105.202	-
TOTAL	**529**	**4.532**	**5.899**	**726**	**101.877**	**113.563**	**8.089**

(*) As informações relativas a 31/12/2013 referem-se às Controladas Energisa Minas Gerais e Energisa Sergipe.

Em 25 de agosto de 2014, as controladas aderiram ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos sejam realizadas pela Receita Federal do Brasil, corrigidos pela variação da Selic. Em 28 de novembro de 2014 ocorreu a opção por efetuar a liquidação total do débito de R$294.492, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo econômico e de 30% com pagamento a vista. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R$39.973, registrado na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. As Companhias utilizaram prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social próprios de R$135.917 e R$70.227 da Companhia QMRA Participações S/A, pertencente ao mesmo grupo econômico, com pagamento a vista, em espécie, de R$88.348, correspondente aos 30% permitidos. O processo encontra-se em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil.

Do montante de prejuízos e base negativa de contribuição social próprios utilizados para liquidar os saldos dos parcelamentos, as controladas reconheceram na demonstração de resultado consolidado na rubrica de despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido o valor de R$31.045.

A demonstração é como segue:

	Valor original
Lei 12.996 (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	
Saldo - 2013	433.789
Atualização	30.013
Amortização	(99.962)
Redução de multas e juros (outras receitas financeiras)	(39.973)
Inclusão Parcelamentos Lei 11.941 e demais débitos	30.381
Antecipações	(56.456)
Pagamento de 30%	(88.348)
Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Calculo Negativa de CSLL - Próprios	(135.917)
Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Calculo Negativa de CSLL - CIAS do mesmo Grupo Econômico	(70.227)
Saldos em 2014 dos parcelamentos	**3.300**

As Controladas Caiuá, CNEE, EDEVP e EEB utilizaram os benefícios do Parcelamento instituído pelo Estado de São Paulo através do Decreto 60.344/2014 para liquidar à vista os débitos de ICMS.

A liquidação dos débitos gerou redução de multas e juros líquidos de R$20.219, registrado em outras receitas financeiras no consolidado, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Valor Débito Original	Pagto a Vista	Redução de Juros e Multas
CAIUA	40.402	30.341	10.061
CNEE	10.081	6.933	3.148
EDEVP	8.726	6.353	2.373
EEB	19.518	14.881	4.637
Total	**78.727**	**58.508**	**20.219**

Segue número de parcelas de amortização dos parcelamentos:

Descrição	EMG	ESE	EMT	ETO	REDE SUL
LEI 12.996	-	-	-	62	-
LEI 11.941	-	-	-	-	14
INSS	6	-	-	-	-
PIS	-	28	-	-	-
COFINS	-	28	-	-	-
CSLL	-	28	-	-	-
IRRF	-	28	-	-	-
ICMS	-	-	20	-	99
Total	**6**	**112**	**20**	**62**	**113**

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2014	2013 (*)
2014	6.413	3.372
2015	19.306	2.374
2016	18.877	2.343
Após	68.967	-
Total	**113.563**	**8.089**
Circulante	22.851	3.372
Não circulante	90.712	4.717

(*) Os valores relativos a 31 de dezembro de 2013 referem-se às controladas Energisa Minas Gerais e Energisa Sergipe.

25 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

Risco provável - composição e movimentações

	Saldo inicial 2013	Saldos Iniciais consolidado 11/04/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2014
Trabalhistas	26.361	142.998	101.187	(74.261)	5.501	201.786
Cíveis	37.714	372.565	115.945	(179.427)	20.473	367.270
Fiscais	4.532	51.233	11.467	(12.239)	5.065	60.058
Total	**68.607**	**566.796**	**228.599**	**(265.927)**	**31.039**	**629.114**
Depósitos e cauções vinculados (*)	(31.156)					(115.014)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$163.318 (R$61.371 em 2013). Desse total, R$48.304 (R$30.215 em 2013) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período foram pagos no consolidado o montante de R$39.116 (R$15.298 em 2013) sendo de indenizações trabalhistas R$27.364 (R$6.505 em 2013) e de indenizações cíveis R$11.751 (R$8.793 em 2013).

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	29.648	6.470	(11.191)	1.434	26.361
Cíveis	33.367	13.369	(10.827)	1.806	37.715
Fiscais	6.806	329	(3.072)	468	4.531
Total	**69.821**	**20.168**	**(25.090)**	**3.708**	**68.607**
Depósitos e cauções vinculados (*)	(25.297)				(31.156)

(*) As controladas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$61.371 (R$56.259 em 2012). Desse total, R$ 30.215 (R$30.962 em 2012) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas diretas e indiretas.

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R$1.927.780 (R$695.036 em 2013) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Do incremento dos valores dos processos de perdas possíveis no consolidado, inclui R$1.100.542 referente às empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, refletindo o aumento quando comparado com 31 de dezembro de 2013.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R$129.202 (R$35.937 em 2013), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Do aumento das ações no período no montante de R$99.563 (R$74.830 em 2013), R$72.033 referem-se ao incremento das ações relacionadas às empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, sobre os seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias e a cobrança de contribuição sindical. Desse montante, R$27.530 são originários basicamente de reclamações trabalhistas que se referem à propositura de várias ações cujo objeto é a responsabilidade subsidiária da controlada Energisa Paraiba em relação aos contratos de trabalho firmados entre empreiteira e seus empregados e refere-se a ação civil pública movida pelo Ministério Público contra as controladas Energisa Sergipe e Energisa Minas Gerais, que objetiva impedir a terceirização e determina obrigações relacionadas à saúde e segurança do trabalho. Foi protocolado Recurso Ordinário para o TRT, o qual foi dado provimento, anulando a sentença e de todos os atos processuais e determinou o retorno do processo à 1ª instancia para nova instrução processual e apreciação da matéria a feita na fase instrutória, de todas as questões jurídico processuais postas pelas partes, e não apreciadas ante a nulidade dos atos declarados no Juízo Revisional (TRT).

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R$922.354 (R$181.077 em 2013) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão

do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O aumento de R$661.184 das ações judiciais de natureza cível, refere-se, basicamente ao incremento das ações das empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, no montante de R$651.434, cujos objetos estão descritos acima, bem como com perdas possíveis referentes ações de ação civil pública de ligação nova (demora no atendimento), ação de cobrança, rede de distribuição, suspensão de fornecimento, danos elétricos, ICMS sobre demanda contratada, revisão de provisões e atualização monetária.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R$882.087 (R$478.022 em 2013), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Do aumento de R$414.864 das ações judiciais de natureza fiscal e tributária, R$377.075, refere-se ao incremento das ações das empresas adquiridas em 11 de abril de 2014, cujas discussões estão descritas acima, bem como a revisão de antigas provisões e atualização monetária.

Os processos administrativos da controlada indireta EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

26 Taxas regulamentares e obrigação do programa de eficiência energética - consolidado

	2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	158.434
Total	**472.187**
Circulante	294.601
Não circulante	177.586

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parceladas, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic.

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital Social

O capital social é de R$1.010.000 (R$1.010.000 em 2013), representando 1.245.690.889 ações nominativas, sendo 592.714.397 ações ordinárias e 652.976.492 ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units é de 155.880.012.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em premio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 2013) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 2013) ações preferenciais. O montante convertido em Units é de 4.368.045. O valor mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R$60.189 (R$54.730 em 2013)

27.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

27.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R$66.976 (R$22.715 em 2013) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

27.4 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2006. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R$60.000 e R$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R$105.214 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

27.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	280.478	201.361
Lucros acumulados	-	305
Reserva legal (5%)	(14.024)	(10.068)
Lucro líquido ajustado	**266.454**	**191.598**
Dividendos obrigatórios (25%)	66.613	47.899
Dividendos obrigatórios provisionados		
Pagamentos dividendos:		
Dividendos antecipados pagos em setembro de 2014 (pagos em 03 de junho e 21 de agosto de 2013):		
Valor pago por ações R$0,055 e R$0,28 (R$0,0327 e R$0,0233 em 2013) e valor pago por Units R$0,1635 e R$0,1165 (R$0,1635 e R$ 0,1165 em 2013) respectivamente.	68.532	68.532

Dividendos adicionais propostos: (1)		
Valor por ação R$0,105 (R$0,082 em 2013) e valor por Units R$0,535 (R$0,41 em 2013)	130.946	100.351
Total dos dividendos	**199.478**	**168.883**
% sobre o lucro líquido ajustado	74,87%	88,14%

(1) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido no montante de R$130.946, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 27 de fevereiro de 2014 o pagamento dos dividendos adicionais propostos a partir de 12 de março de 2014.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

27.6 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:
(i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;

(ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Orgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2014	2013
EPB	SUDENE	197/2012	26.033	35.619
ESE	SUDENE	205/2012	962	1.825
EBO	SUDENE	206/2012	25.763	11.373
EMT (1)	SUDAM	114/2014	-	-
ETO (2)	SUDAM	113/2014	-	-
Total			**52.758**	**48.817**

(1) A controlada EMT, não apurou lucro de exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
(2) A controlada ETO, muito embora tenha obtido o deferimento de seu pedido junto a SUDAM, está aguardando a aprovação pela Receita Federal do Brasil.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

28 Receita operacional

28.1 Receita operacional bruta - controladora

	2014	2013
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	64.306	60.755
Deduções a receita operacional		
PIS	1.061	1.002
COFINS	4.887	4.617
ISS	1.295	1.224
Receita operacional líquida	**57.063**	**53.912**

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados a controladas.

28.2 Receita operacional bruta - consolidada

	2014			2013		
	Não auditado pelos auditores independentes			Não auditado pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R$ (*)	Nº de consumidores	MWh	R$
Residencial	5.038.205	7.866.646	3.705.221	2.196.518	3.179.984	1.389.789
Industrial	68.003	3.315.945	1.347.901	12.447	1.252.499	375.963
Comercial	460.500	4.407.522	2.118.141	190.337	1.567.474	677.605
Rural	578.362	1.988.233	670.980	215.285	564.317	180.772
Poder Público:						
Federal	3.246	242.767	127.392	946	108.665	56.886
Estadual	15.854	434.819	172.296	8.688	161.084	60.644
Municipal	41.903	404.394	176.025	16.995	158.203	44.421
Iluminação Pública	5.934	1.096.983	259.349	1.683	500.966	109.342
Serviço Público	7.048	901.122	268.031	2.934	486.455	112.697
Consumo Próprio	1.309	29.267	-	440	11.675	-
Subtotal	**6.220.364**	**20.687.698**	**8.845.336**	**2.646.273**	**7.991.322**	**3.008.119**
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	53.834	-	-	46.214
Suprimento	3	721.193	178.955	2	281.435	48.658
Fornecimento não faturado (líquido)	-	25.006	49.455	-	43.760	(2.077)
Venda de energia a consumidores livres	-	2.552.377	405.823	-	1.500.112	228.067
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	236	921.347	135.999	72	-	118.585
Serviços especializados	-	-	57.998	-	-	64.547
Receita de Construção	-	-	853.019	-	-	283.292
Ativos e passivos regulatórios	-	-	355.543	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	477.866	-	-	34.479
Total - receita operacional bruta	**6.220.603**	**24.907.621**	**11.413.828**	**2.646.347**	**9.816.629**	**3.829.884**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.942.660	-	-	645.338
PIS	-	-	177.651	-	-	59.743
COFINS	-	-	810.322	-	-	275.212
ISS	-	-	5.066	-	-	4.973
Quota para RGR	-	-	-	-	-	(6.404)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	32.188	-	-	11.259
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	76.303	-	-	9.648
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	4.886
Programa de Pesquisa e	-	-	32.188	-	-	20.279

Desenvolvimento - P&D						
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	57.891	-	-	-
Total	**-**	**-**	**3.134.269**	**-**	**-**	**1.024.934**
Total - receita operacional líquida	**6.220.603**	**24.907.621**	**8.279.559**	**2.646.347**	**9.816.629**	**2.804.948**

(*) A partir de 11 de abril de 2014, em face das aquisições das empresas do Grupo Rede, somente foram computados os valores de fornecimento a partir daquela data.

29 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora					
		Despesas Operacionais		Total	
Natureza do Gasto	Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administ.	2014	2013
Pessoal e administradores			17.359	17.359	15.168
Entidade de previdência privada	-	-	170	170	163
Material	8.303	-	(7.705)	598	507
Serviços de terceiros	238	25	38.216	38.479	10.297
Depreciação e amortização	-	-	23.389	23.389	17.637
Provisão p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	406	406	(342)
Outras	805	-	756	1561	1.058
	9.346	**25**	**72.591**	**81.962**	**44.488**

Consolidado							
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais		Total	
Natureza do Gasto	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administ.	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda (*)	4.060.162	-	-	-	-	4.060.162	1.278.816
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	266.216	-	-	-	-	266.216	130.263
Pessoal e administradores	-	309.142	33.844	62.438	264.173	669.597	288.956
Entidade de previdência privada	-	10.683	11	3.038	16.614	30.346	20.444
Material	-	49.702	14.993	11.921	16.344	92.960	31.694
Serviços de terceiros	-	218.791	13.449	111.896	218.539	562.675	149.189
Depreciação e amortização	-	505.732	1.473	329	83.823	591.357	141.491
Provisão p/créd. liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	(40.493)	-	(40.493)	10.844
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	5.948		3.950	(47.226)	(37.328)	(3.444)
Custo de construção	-		853.017	-		853.017	283.292
Outras	-	16.204	3.470	42.016	185.754	247.444	52.067
	4.326.378	**1.116.202**	**920.257**	**195.095**	**738.021**	**7.295.953**	**2.383.612**

30 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2014	2013	2014 (3)	2013
Energia de Itaipu - Binacional	2.337.755	285.542	322.417	32.802
Energia de leilão	8.405.250	3.758.064	1.778.506	621.404
Energia bilateral	8.093.484	2.811.147	1.616.783	495.972
Cotas de Angra REN 530/12	773.106	342.934	119.205	46.515
Energia de curto prazo - CCEE	1.034.809	330.693	1.046.742	138.376
Cotas Garantia Física-Res. Homologação ANEEL 1410 - Anexo I	5.116.449	3.062.535	158.949	94.037
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	494.577	207.866	132.838	49.494
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	(707.870)	(80.497)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(407.408)	(119.287)
Total	**26.255.430**	**10.798.781**	**4.060.162**	**1.278.816**

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado -CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(2) Não auditado pelos auditores independentes.

(3) Nos valores e quantidades de 2014, inclui a partir de 11/04/2014 as informações das distribuidoras adquiridas (EMT, ETO, EMS e Empresas Sul Sudeste).

Para os meses de janeiro a outubro a Aneel já homologou os valores do ressarcimento pela exposição térmica conforme abaixo:

Meses	Despacho	EMG	EPB	ESE	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	2.529	10.708	4.107	1.769	-	-	-	-	19.113
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	6.686	32.024	22.265	5.987	-	-	-	-	66.962
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	7.154	48.528	25.934	8.520	-	-	-	-	90.136
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	3.853	31.077	16.387	6.555	-	4.852	8.038	24.371	95.133
Maio	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	3.736	28.949	14.265	5.587	-	390	-	6.058	58.985
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	1.057	-	-	295	-	6.801	-	2.257	10.410
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	-	9.604	620	2.090	-	12.797	-	3.574	28.685
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	-	11.711	7.930	2.819	10.528	23.463	-	4.749	61.200
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	-	17.914	12.382	5.138	80.681	33.098	-	8.748	157.961
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	1.000	11.191	6.732	3.323	42.490	23.750	18.681	12.118	119.285
		26.015	**201.706**	**110.622**	**42.083**	**133.699**	**105.151**	**26.719**	**61.875**	**707.870**

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias. Os demais valores encontram-se pendentes de ressarcimento.

Os montantes foram registrados no resultado pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

31 Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	382	64	47.762	21.062
Outras	-	25	7.301	7.213
Total	**382**	**89**	**55.063**	**28.275**
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	79	28	63.327	37.212
Outras	34	5	8.323	361
Total	**113**	**33**	**71.650**	**37.573**

32 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	49.662	26.871	156.649	62.159
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	114.751	42.708
Atualização contas a receber da concessão - VNR	-	-	31.527	29.567
Comissão de aval	19.866	17.642	-	-
Outras receitas financeiras	78.711	2.876	189.549	29.799
Total receitas financeiras	**148.239**	**47.389**	**492.476**	**164.233**
Encargos de dívidas - juros	(240.839)	(71.190)	(563.506)	(192.237)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(52.188)	(21.375)	(230.290)	(177.119)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	12.923	7.126
Marcação a Mercado Derivativos	5.363	(44.727)	(6.960)	(114.939)
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.503	26.516	87.312	152.275
Atualização dos contratos de mutuo	(1.238)	-	(146.477)	(1.160)
Ajuste a valor presente	-	-	(161.655)	-
Despesas com IOF	(1.960)	(249)	(17.240)	(1.047)
Atualização Parcelamento	-	-	(6.081)	(604)
Juros/multa	(2.113)	(29)	(44.960)	(2.129)
Outras despesas financeiras	(24.947)	(542)	(51.468)	(33.506)
Total despesas financeiras	**(302.419)**	**(111.596)**	**(1.128.402)**	**(363.340)**
Despesas financeiras líquidas	**(154.180)**	**(64.207)**	**(635.926)**	**(199.107)**

33 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
Riscos operacionais	23/10/2015	90.000	31	31	1.714	1.706
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	13	10	927	937
Automóveis -Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2015	Até R$360 mil/ veículo	13	12	589	590
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	04/10/2015	10.000	-	-	127	-
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2015	521	-	-	3	7
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2015	129.365	-	-	197	237
Riscos de engenharia	01/03/2015	287.295	-	-	331	404
Responsabilidade civil geral - PCH´s	01/03/2015	60.000	-	-	122	178
Multirrisco	25/04/2015	200.000	-	-	126	68
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	86.285	158	128	1.434	1.307
Transportes	06/05/2015	1.500/ transporte		-	2	9
			215	**181**	**5.572**	**5.443**

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V -Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

34 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R$35.457 (R$37.097 em 2013) referente a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arredamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R$4.335 (R$4.330 em 2013) no consolidado, como despesa de depreciação e de R$1.783 no consolidado como despesa financeira.

Os parques Eólicos Renascenças I, II, III, IV e Ventos São Miguel, possuem contratos de arrendamento operacional firmados com diversos proprietários de imóveis rurais no Município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte. Os contratos são remunerados a partir do período operacional, iniciado a partir de 01 de setembro de 2013, em face do inicio das operações, com base em um percentual fixo de 0,85% da receita bruta dos parques eólicos ou valor fixo de R$5, na data de assinatura do contrato de arrendamento, por megawatt de capacidade de geração instalada, deduzidos dos impostos, taxas e contribuições incidentes. Abaixo seguem os pagamentos futuros dos arrendamentos:

	2014 (*)	2013
Até um ano	818	722
Mais de um ano e até cinco anos	3.271	3.089
Mais de cinco anos	12.267	11.583

(*) Conforme nota explicativa nº 41, os montantes referentes aos arrendamentos dos parques Eólicos foram reclassificados para ativos e passivos disponíveis para venda.

35 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora			
	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	50.249	50.249	75.107	75.107
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	6.046	6.046	162.302	162.302
Clientes, consumidores e concessionárias	5.158	5.158	4.812	4.812
Instrumentos financeiros derivativos	74.361	74.361	18.469	18.469

	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Fornecedores	1.182	1.182	2.425	2.425
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2.703.524	2.681.385	644.310	626.676

Consolidado				
	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	576.072	576.072	252.185	252.185
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.048.557	1.048.557	526.646	526.646
Clientes, consumidores e concessionárias	1.541.985	1.541.985	407.174	407.174
Títulos de créditos a receber e outros	108.543	108.543	81.416	81.416
Contas a receber da concessão	3.024.053	3.024.053	801.188	801.188
Ativos regulatórios	1.008.801	1.008.801	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	217.103	217.103	94.355	94.355

	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Fornecedores	1.326.139	1.326.139	324.460	324.460
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7.290.512	7.268.373	2.833.066	2.817.901
Passivos regulatórios	654.980	654.980	-	-
Instrumento financeiro – MTM (*)	328.231	328.231	-	-

(*) A controlada EEVP possui contrato que configura opção de venda de ações e embute um instrumento de características semelhantes a de um derivativo.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures – Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses 5ª e 6ª emissão de debêntures da controladora, 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), as notas promissórias da controladora e da EMS, a 3ª emissão de Debêntures (ESE) e a 1ª emissão da Tangará, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto,a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	2014	2013
Dívida (a)	7.290.512	2.833.066
Caixa e equivalentes de caixa	(576.072)	(252.185)
Dívida líquida	6.714.440	2.580.881
Patrimônio líquido (b)	2.998.860	1.826.516
Índice de endividamento líquido	2,24	1,41

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.182	-	-	-	-	1.182
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	13,83%	711.122	366.916	1.641.211	460.095	-	3.179.344
Total		**712.304**	**366.916**	**1.641.211**	**460.095**	**-**	**3.180.526**

Consolidado							
Fornecedores		966.244	-	-	-	359.895	1.326.139
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	9,80%	1.468.826	1.084.477	3.663.525	2.124.188	2.848.270	11.189.286
Total		**2.435.070**	**1.084.477**	**3.663.525**	**2.124.188**	**3.208.165**	**12.515.425**

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	50.249	75.107	576.072	252.185
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.046	162.302	1.048.557	526.646
Clientes, consumidores e concessionárias	5.158	4.812	1.541.985	407.174
Títulos de créditos a receber e outros	-	-	108.543	81.416
Contas a receber da concessão	-	-	3.024.053	801.188
Ativos regulatórios	-	-	1.008.801	-
Instrumentos financeiros derivativos	74.361	18.469	217.103	94.355
Instrumentos financeiros - MTM	-	-	328.231	-

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8,16 e 35.

b) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 13,39% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R$2,6562/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2014, de R$7.301.154 (R$2.837.112 em de 2013), R$1.593.629 (R$1.001.552 em 2013) estão representados em

dólares conforme nota explicativa nº 21. Desse montante, apenas 3% não possui proteção contra variação cambial adversa por se tratar de uma operação de leasing cujo preço do ativo é denominado em dólar.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 27 de Abril de 2018) e custo máximo de US$ mais 4,4% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta no ativo não circulante R$74.361 (R$18.469 em 31 de dezembro de 2013) na controladora, R$59.705 no ativo circulante e R$157.398 (R$94.355 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de mais de 97% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro/Taxa (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
BAML x EBO 3	4.000		01/02/2016	-
P. Ativa		Libor + 2,45%		
P. Passiva		116,45% CDI		
Loan 4131				
BAML x ENF 5	4.000		05/03/2015	-
P. Ativa		Libor + 2,35%		
P. Passiva		114,75% CDI		
Loan 4131				
Citibank x ESA 1A	75.000		27/04/2018	2,8576(Abr -16)
P. Ativa		Libor + 1,64%		3,0235(Abr - 17)
P. Passiva		102,15% CDI		3,1896(Abr-18)
Loan 4131				
Itau BBA x EBO 2/ENF 3/ EPB 1	25.900		17/08/2015	2,85 (Ago - 15)
P. Ativa		VC + 4,33%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131				
Itau BBA x EMG 3	30.000		21/09/2015	2,85 (Set - 15)
P. Ativa		VC + 3,93%		
P. Passiva		101,50% CDI		
Loan 4131				
BAML x ESE 1	30.000		21/09/2015	2,90 (Set - 15)
P. Ativa		Libor + 2,45%		
P. Passiva		100,00% CDI		
Loan 4131				3,0185 (Set - 16)
Citibank x EPB 2	40.000		21/09/2017	3,1975 (Set - 17)
P. Ativa		Libor + 1,90%		
P. Passiva		101,00% CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA x ENF 4	2.410		28/12/2015	2,95 (Dez - 15)
P. Ativa		VC + 3,82%		
P. Passiva		110,50% CDI		
Loan 4131	110.508		17/04/2018	3,11 (Abr - 17)

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro/Taxa (ao ano)	Vencimento	Limitador
Itaú BBA x ESE 2/EPB 3				3,30 (Abr -18)
P. Ativa		VC + 4,105%		
P. Passiva		108,95% CDI		
Loan 4131				
Citibank x ESE 3	50.000		19/04/2018	3,31 (Abr -18)
P. Ativa		Libor + 1,91%		
P. Passiva		103,50% CDI		
Loan 4131				
ABC Brasil x ESA 2	36.224		02/01/2015	-
P. Ativa		VC + 3,20%		
P. Passiva		CDI + 2,90%		
Loan 4131				
BAML x EMT 1	8.787		04/05/2017	-
P. Ativa		Libor + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		
Loan 4131				
Itaú BBA x UVA I/UVAII	17.887		05/03/2015	-
P. Ativa		VC + 1,40%		
P. Passiva		CDI + 2,25%		
Loan 4131				
ABC Brasil x Bragantina 1	17.094		11/09/2015	-
P. Ativa		VC + 3,50%		
P. Passiva		CDI + 2,90%		
Loan 4131				
Citibank x ENF 6/EMG 4	24.700		28/09/2017	-
P. Ativa		Libor + 1,36%		
P. Passiva		113,90% CDI		
Loan 4131				
Santander x ESA 3	40.883		28/09/2015	-
P. Ativa		VC + 2,80%		
P. Passiva		117,30% CDI		
Loan 4131				
BAML x EMG 5	28.515		10/06/2015	
P. Ativa		VC + 1,79%		
P.Passiva		112,5% CDI		
Loan 4131				
ABC Brasil x ESA 4	31.873		30/11/2015	
P. Ativa		VC + 4,40%		
P.Passiva		CDI + 2,90%		
Loan 4131				
Itaú BBA x Caiuá 1/Bragantina 2	29.877		28/11/2017	
P. Ativa		VC + 4,00%		
P.Passiva		CDI + 2,25%		
Loan 4131				
ABC Brasil x ESA 5	29.963		02/07/2015	
P. Ativa		VC + 4,00%		
P.Passiva		CDI + 2,90%		

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento
SWAP			
ESA x HSBC	33.333		17/10/2016
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		109,2% CDI + (TJLP-6%)	
SWAP			
ESA x Santander	166.666		17/10/2016
P. Ativa		CDI + 1,60%	
P. Passiva		CDI + 1,27% + (TJLP-6%)	
SWAP			
ESA x Santander	128.570		17/07/2017
P. Ativa		CDI + 1,30%	
P. Passiva		CDI + 1,00% + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x HSBC	128.570		17/07/2017
P. Ativa		CDI + 0%	
P. Passiva		Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x Santander	271.430		15/07/2019
P. Ativa		IPCA + 6,15%	
P. Passiva		IPCA + 5,85% + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x BAML	287.616		15/07/2019
P. Ativa		IPCA + 5,85%	
P. Passiva		CDI + 0,99%	
SWAP			
ESA x HSBC	141.600		27/04/2018
P. Ativa		100% CDI	
P. Passiva		96% CDI + (TJLP-5,5%)	
SWAP			
ESA x HSBC	175.000		15/06/2020
P. Ativa		Pré 9,63%	
P. Passiva		102,65% CDI	
SWAP			
EMS x HSBC	31.111		05/09/2016
P. Ativa		CDI + 3,5%	
P. Passiva		132% CDI + (TJLP-6,0%)	

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R$/US$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia e de suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência			Valor justo	
	2014	2013	Descrição	2014	2013
Swap de Juros	1.363.897	1.632.786	Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.466.839	1.700.210
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.447.383)	(1.696.049)
			Posição Total Swap	19.456	4.161
Swap Cambial com opções -	1.385.427	894.716	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	1.729.372	1.098.466
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.435.984)	(920.169)
			Opções de Moeda Estrangeira (US$)	(90.166)	(88.103)
			Posição Total Swap Com Opções	203.222	90.194

(*) Considera de R$40.000 de valor de referencia e R$5.834 de valor justo das operações de derivativos de ativos disponíveis para venda.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

(3) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (**)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
Swap com Opções	-		167.333	(215.070)	(597.463)
Posição Ativa -Moeda Estrangeira – USD e LIBOR	1.723.797		1.562.737	1.953.421	2.344.105
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI	(1.435.984)	Alta US$	(1.435.984)	(1.435.984)	(1.435.984)
Opções de Moeda Estrangeira – USD	(90.166)		-	(123.807)	(321.666)
Subtotal	197.647		126.753	393.630	586.455
Total Líquido – ganhos (perdas)	**-**		**294.086**	**178.560**	**(11.008)**

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.
(**) Considera valor presente das operações de derivativos de ativos disponíveis para venda nos montantes de R$4.624 no Cenário I, R$22.203 no Cenário II e R$36.782 no Cenário III.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, o que é refletido no valor presente positivo de R$294.086, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R$178.560 e negativo de R$11.008, respectivamente.

(4) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

	Exposição	Risco	Cenário I Provável) (1)	Cenário II Deterioração de 25%)	Cenário III Deterioração de 50%)
Swap	-		3.076	(92.245)	(187.346)
Posição Ativa – Taxa de juros CDI e IPCA	1.466.839		1.460.750	1.650.279	1.839.376
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI +TJLP	(1.447.383)	Alta da TJLP/IPCA	(1.444.356)	(1.613.596)	(1.782.005)
Subtotal	19.456		16.394	36.683	57.371
Líquido – ganhos (perdas)	-		19.470	(55.562)	(129.975)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,0%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro liquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.477.863	Alta CDI	57.748	72.186	86.626
Instrumentos financeiros passivos:					
	(3.768.331)	Alta CDI	(450.657)	(563.322)	(675.986)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(149.070)	Alta TJLP	(7.907)	(9.834)	(11.762)
	(109.652)	Alta FNE	(8.721)	(10.902)	(13.083)
Subtotal (2)	(4.027.053)		(467.285)	(584.058)	(700.831)
Total -perdas (2)	**(2.549.190)**	**-**	**(409.537)**	**(511.872)**	**(614.205)**

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações em dólar no valor de R$1.593.629 e pré fixadas no valor de R$ 1.360.785.
Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo nocional em reais equivale a R$ 1.385.426. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em (R$152.396) no Cenário provável, (R$190.496) no Cenário II e (R$228.595) no Cenário III

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 -Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 -Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 -Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Ativos					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	6.046	162.302	1.048.557	526.646
Instrumentos financeiros derivativos	2	74.361	18.469	217.103	94.355
Contas a receber da concessão	3	-	-	3.024.053	801.188
Ativos regulatórios	3	-	-	1.008.801	-

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

36 Benefícios a empregados

Segue a composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de pensão:

Saldos dos planos	Plano de Pensão				Prêmio		Total	
	Beneficio Definido		Plano Saldado		Aposentadoria			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Inergus	(114.257)	(66.557)	-	-	-	-	(114.257)	(66.557)
Funasa	(67.802)	(61.681)	-	-	-	-	(67.802)	(61.681)
Redeprev	(13.264)	-	-	-	-	-	(13.264)	-
Outros	-	-	-	-	(6.721)	(7.368)	(6.721)	(7.368)
Total	**(195.323)**	**(128.238)**	**-**	**-**	**(6.721)**	**(7.368)**	**(202.044)**	**(135.606)**
Circulante							27.856	17.960
Não circulante							174.188	117.646

(*) O Superávit referente ao plano não foi registrado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pelas controladas Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus) na modalidade de beneficio definido, tiveram aprovação da Secretaria de Previdência Privada as seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados – Inergus e Funasa, respectivamente, já totalmente liquidados. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

A controlada Energisa MG, também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 22 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo HSBC e encontra-se superavitário.

Os colaboradores da Energisa BO participam do fundo de beneficio definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário.

Plano de contribuições definidas

A Energisa, Energisa Soluções, Energisa MG e Energisa NF, possuem plano de contribuição definida, bem como as controladas Energisa PB e Energisa SE após a reestruturação apresentada acima.

Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2014	2013		2014	2013
Energisa S/A	CD	175	168	1,16	-	-
Energisa MG	CD	511	411	1,20	-	-
Energisa MG	BD	-	-	-	303	283
Energisa NF	CD	182	181	1,51	-	-
Energisa Soluções	CD	422	424	1,09	-	-
Energisa SE	PS	534	476	0,9	-	-
Energisa SE	BD	1.034	1.125	2,13	(95.883)	(66.557)
Energisa SE	CD	988	962	2,5	-	-
Energisa PB	PS	413	342	0,7	(18.374)	-
Energisa PB	BD	6.137	5.962	10,44	(67.802)	(61.681)
Energisa PB	CD	631	560	1,07	-	-
Energisa BO	BD	113	95	1,38	4.184	3.782
Energisa MT	BD	243	-	-	(10.965)	-
Energisa MS	BD	4.095	-	-	(57)	37.945
Energisa TO	BD	131	-	-	(614)	46
CAIUÁ	BD	51	-	-	(378)	48
CNEE	BD	25	-	-	(166)	98
CFLO	BD	11	-	-	(540)	1
EBB	BD	35	-	-	(1.310)	58
EDEVP	BD	42	-	-	(679)	26

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as regras, aprovada pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Plano de Benefício definido:

Beneficio definido	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO		Energisa MG	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	(122.485)	(103.847)	(131.163)	(126.611)	(3.632)	(3.493)	(1.514)	(1.362)
Valor justo dos ativos do plano	26.602	37.290	63.361	64.930	7.818	7.275	1.817	1.645
Ativos atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	(4.186)	(3.782)	(303)	(283)
Ativo (passivo) líquido	(95.883)	**(66.557)**	**(67.802)**	**(61.681)**	**-**	**-**	**-**	**-**

Plano Saldado:

Plano Saldado	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa	
	2014	2013	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	(60.767)	(36.493)	(26.220)	(22.003)
Valor justo dos ativos do plano	42.393	40.605	28.104	25.097
Redução dos ativos do plano	-	(4.112)	(1.884)	(3.094)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido	**(18.374)**	**-**	**-**	**-**

Demonstração das despesas para o exercício de 2015, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO
	PS	BD	PS	BD	BD
Custo do serviço corrente	-	157	535	815	125
Custo dos juros	7.156	13.954	3.401	13.652	386
Rendimento esperado do ativo do plano	(4.973)	(2.678)	(3.647)	(6.562)	(854)
Remensuração do custo financeiro	-	-	(77)	2.730	(171)
Contribuições dos empregados	-	-	-	-	(76)
Despesas (receitas) previstas para 2015	**2.183**	**11.433**	**212**	**10.635**	**(590)**

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

2014						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício:	-	66.557	-	61.681	3.782	-
Despesas (receitas) correntes	680	8.137	517	6.741	277	-
Contribuições da Companhia	-	-	-	(5.681)	59	-
Outros resultados abrangentes	17.694	21.189	(517)	5.061	68	(303)
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	**18.374**	**95.883**	**-**	**67.802**	**4.186**	**(303)**

2013						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício:	37.855	55.455	6.814	56.464	(2.930)	-
Despesas (receitas) correntes	5.076	4.977	2.043	4.726	(271)	-
Contribuições da Companhia	-	(955)	-	(5.971)	(59)	-
Outros resultados abrangentes	(12.762)	33.889	(8.857)	6.462	(522)	(283)
Liquidação de dívida da patrocinadora	(30.169)	(26.809)	-	-	-	-
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	**-**	**66.557**	**-**	**61.681**	**(3.782)**	**(283)**

Os ativos dos planos são:

	Consolidado	
	2014	2013
Títulos públicos	60.240	31.429
Cotas de fundos de renda fixa	93.474	124.821
Cotas de fundos de renda variável	1.016	3.333
Investimentos imobiliários	9.744	9.913

Empréstimos a participantes	934	1.090
Outros	1.361	1.071
	166.769	**171.657**

A movimentação do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

2014						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	36.493	37.290	25.097	64.930	7.275	1.645
Benefícios pagos	(956)	(10.597)	(268)	(13.414)	(232)	(126)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	835	-	617	76	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	835	-	5.681	59	-
Rendimento efetivo dos ativos	4.502	3.947	2.809	6.899	805	187
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	2.354	(5.708)	3.560	(1.352)	(765)	112
Valor justo dos ativos no final do exercício	**42.393**	**26.602**	**31.198**	**63.361**	**7.218**	**1.818**

2013						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	12.904	51.786	27.558	72.850	8.402	2.631
Benefícios pagos	(850)	(10.035)	(245)	(12.873)	(273)	(133)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	990	-	649	69	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	955	-	5.971	59	-
Rendimento efetivo dos ativos	1.057	3.949	2.316	5.776	692	206
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	27.494	(10.355)	(4.532)	(7.443)	(1.675)	(1.059)
Valor justo dos ativos no final do exercício	**40.605**	**37.290**	**25.097**	**64.930**	**7.274**	**1.645**

A movimentação do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

2014						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Saldo no início do exercício	36.493	103.844	22.003	126.611	3.493	1.362
Benefícios pagos no ano	(956)	(10.597)	(268)	(13.414)	(232)	(126)
Juros sobre obrigação atuarial	4.041	11.047	2.461	13.399	375	154
Custo do serviço corrente (com juros)	1.140	1.041	865	766	124	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	835	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	835	-	-	-	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	20.049	15.480	1.159	3.801	(128)	124
Saldo no final do exercício	**60.767**	**122.485**	**26.220**	**131.163**	**3.632**	**1.514**

2013						
	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Saldo no início do exercício	50.759	107.241	34.372	129.314	4.081	2.223
Benefícios pagos no ano	(850)	(10.035)	(245)	(12.874)	(273)	(133)
Juros sobre obrigação atuarial	4.244	8.511	2.891	10.180	322	173
Custo do serviço corrente (com juros)	1.890	1.207	1.468	850	205	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	(19.550)	(3.077)	(16.483)	(859)	(842)	(901)
Saldo no final do exercício	**36.493**	**103.847**	**22.003**	**126.611**	**3.493**	**1.362**

A seguir, estão descritas as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

	Energisa SE - Inergus	Energisa PB - Funasa	Energisa BO	Energisa MG
	PS e BD	PS e BD	BD	BD
Taxa de desconto atuarial	6,05% a.a. PS e BD	6,23% a.a (PS) e 6,187% a.a (BD).	6,229% a.a. (não inclui inflação)	11,03% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	5,50% a.a.(com efeito da inflação)	13,06% a.a.(com efeito da inflação)	6,66% a.a. (inclui inflação).	11,03% a.a.
Reajuste do benefício	0,99% variação acumulada do IPC/FIPE	Somente inflação	Somente inflação	Somente inflação
Crescimento salarial	0% PS e 2% a.a. acima da inflação	0% a.a. (PS) e 1% a.a. acima da inflação (BD)	0,5% a.a. acima da inflação	NA
Inflação projetada	5,50% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	4,50% a.a.

Hipóteses Demográficas

	Energisa SE - Inergus	Energisa PB - Funasa	Energisa BO	Energisa MG
	PS e BD	PS e BD	BD	BD
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-83	AT-83	AT-2000 por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	IAPB-57	IAPB-57	AT-2000 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Média)	IAPC	CSO 58M	NA

A seguir, apresenta-se um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa MG aos seus empregados:

Descrição	Energisa SE - Inergus		Energisa PB - Funasa		Energisa BO	Energisa MG
	PS	BD	PS	BD	BD	BD
Participantes Ativos:						
Número	494	49	229	44	47	-
Idade Média	42	42	50,38	50,40	44,2	-
Tempo de participação (anos)	16	18	21,17	23,4	18,3	-
Salário de Participação Médio	R$0,777	R$2,654	R$0,839	R$2,863	R$ 3,58	-
Participantes Assistidos:						
Número	43	364	23	446	7	4
Idade Média	55	65	57,13	70,2	66,99	78,3
Benefício Médio Mensal	R$2,256	R$1,951	R$0,851	R$1,834	R$ 2,38	R$1,516
Pensionistas:						
Número de Pensionistas	6	112	3	269	3	17
Benefício Médio por Grupo Familiar	R$0,766	R$1,028	R$0,299	R$0,847	R$ 0,34	R$0,247

Plano de Aposentadoria e Pensão – empresas adquiridas em 11 de abril de 2014

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R$8.575.

A controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a. Plano de Benefícios BD-I:

Instituído em 01/01/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01/01/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, EMT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. – em "Recuperação Judicial" e as empresas do grupo Rede Energia S.A. – em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefício -OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2014 foi de R$243.

Situação financeira dos planos de benefícios – avaliação atuarial – data base 31/12/2014

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2014, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Beneficio a empregados, apresentam a seguinte situação:

a. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2014
Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,05% - todos os planos
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	11,88% - todos os planos
Taxa de crescimento salarial futura real	2,11%
Taxa de crescimento real dos benefícios	
Da Previdência Social	-
Do Plano	-
Taxa de inflação	5,50%
Fator de capacidade	
Dos Salários	1,00
Dos Benefícios	1,00
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85, N/A para EMT OP
Tábua de entrada em invalidez	Light média, N/A para EMT OP
Tábua de rotatividade	0%

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo a deliberação CVM 695/2012.

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como "remensurações" em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	EMT	EMS	ETO	CAIUA	CNEE	CFLO	EBB	EDEVP	Total - 2014
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Valor presente da obrigação de benefício definido									
Saldo no início do exercício - 2013	**178.513**	**87.577**	**14.000**	**10.979**	**13.524**	**5.396**	**22.118**	**10.581**	**342.688**
Custo do serviço corrente	23	-	2	30	20	-	-	18	93
Custo do serviço passado	(44.610)	-	-	-	-	-	-	-	(44.610)
Custo dos juros	19.879	9.752	1.558	1.223	1.571	601	2.463	1.178	38.225
Benefícios pagos	(2.985)	(7.453)	(535)	(638)	(1.067)	(401)	(586)	(867)	(14.532)
Ganhos/Perdas atuariais	8.136	9.146	(3.002)	33	2.952	2	4.990	3.618	27.741
Saldo no final do exercício - 2013	**158.956**	**99.022**	**12.023**	**11.627**	**17.000**	**5.598**	**28.985**	**14.528**	**347.739**
Valor justo dos ativos do plano									
Saldo no início do exercício - 2014	**176.779**	**160.048**	**11.643**	**11.400**	**15.899**	**4.244**	**23.734**	**11.033**	**414.780**
Retorno esperado	19.686	17.823	1.297	1.269	1.770	442	2.643	1.229	46.159
Alteração regulamentar do Plano OP	(38.532)	-	-	-	-	-	-	-	(38.532)
Benefícios pagos	(2.985)	(7.453)	(535)	(638)	(1.067)	(401)	(1.526)	(375)	(14.980)
Ganhos/Perdas atuariais	(6.957)	(33.508)	(950)	(734)	330	774	3.808	2.480	(34.757)
Saldo no final do exercício - 2014	**147.991**	**136.910**	**11.455**	**11.297**	**16.932**	**5.059**	**28.659**	**14.367**	**372.670**
Posição líquida	**(10.965)**	**37.888**	**(568)**	**(330)**	**(68)**	**(539)**	**(326)**	**(161)**	**24.931**
Saldos:									
BD-I	(3.688)	35.484	46	48	98	1	58	26	32.073
OP	(3.143)	2.460	(86)	(217)	(36)	(403)	(291)	(138)	(1.854)
R	(4.134)	(56)	(528)	(161)	(130)	(137)	(93)	(49)	(5.288)
Total	**(10.965)**	**37.888**	**(568)**	**(330)**	**(68)**	**(539)**	**(326)**	**(653)**	**24.439**
Déficit registrado	**(10.965)**	(56)	**(614)**	**(378)**	**(166)**	**(540)**	**(384)**	**(161)**	**(13.264)**
Superavit não registrado	**-**	**37.944**	**46**	**48**	**98**	**1**	**58**	**26**	**38.221**
Circulante	**2.369**	**-**	**241**	**146**	**93**	**125**	**-**	**-**	**2.224**
Não circulante	**8.596**	**56**	**373**	**232**	**73**	**415**	**384**	**161**	**11.040**

Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2014		
	BD-I	OP	R
Investimentos:			
Títulos públicos	27,35%	33,14%	46,95%
Créditos privados e depósitos	43,75%	37,85%	20,70%
Ações	0,42%	0,39%	0,39%
Fundos de investimento	27,27%	24,18%	30,73%
Empréstimos e financiamentos	1,17%	4,40%	1,18%
Outros	0,03%	0,04%	0,05%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções, Energisa Comercializadora, Energisa Planejamento, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Para o exercício de 2014 a despesa de manutenção do plano é de R$255 (R$270 em 2014) na controladora, R$545 (R$534 em 2014) na Energisa Soluções, R$301 (R$351 em 2014) na Energisa MG e R$58 (R$99 em 2014) na Energisa NF.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Energisa S.A e consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

2014							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	4.622	4.238	954	4.418	606	136	14.974
Valor justo dos ativos do plano	(2.856)	(2.306)	(668)	(2.284)	(39)	(97)	(8.250)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	**1.766**	**1.932**	**286**	**2.134**	**567**	**39**	**6.724**

2013							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.750	2.212	576	1.907	511	91	8.047
Valor justo dos ativos do plano	(272)	(235)	(7)	(146)	(16)	(3)	(679)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	**2.478**	**1.977**	**569**	**1.761**	**495**	**88**	**7.368**

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial líquido:

2014							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (*)	Energisa Planejamento	Total
Passivo atuarial líquido no inicio do ano	2.478	1.977	569	1.761	32	88	6.905
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	356	296	90	496	7	9	1.254
Outros resultados abrangentes	(1.069)	(341)	(373)	(123)	526	(58)	(1.438)
Passivo atuarial líquido no final do ano	**1.765**	**1.932**	**286**	**2.134**	**565**	**39**	**6.721**

(*) Em 2014 não inclui movimentação das empresas transferidas para ativos disponíveis para venda.

2013							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Passivo atuarial líquido no inicio do ano	2.464	2.027	566	2.236	131	-	7.424
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	430	179	110	594	14	8	1.335
Outros resultados abrangentes	(416)	(229)	(107)	(1.069)	350	80	(1.391)
Passivo atuarial líquido no final do ano	**2.478**	**1.977**	**569**	**1.761**	**495**	**88**	**7.368**

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2014.

2014							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações no inicio do ano	2.750	2.212	576	1.907	47	91	7.583
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	183	159	49	370	5	3	769
Juros sobre obrigação atuarial	193	156	41	126	4	6	526
Benefícios pagos no ano	(22)	(198)	(109)	(51)	-	-	(380)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	1.518	1.909	397	2.066	550	36	6.476
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**4.622**	**4.238**	**954**	**4.418**	**606**	**136**	**14.974**

2013							
	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras (Geração)	Energisa Planejamento	Total
Valor presente das obrigações no inicio do ano	2.592	2.178	615	2.545	57	73	8.060
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	212	194	60	540	8	1	1.015
Juros sobre obrigação atuarial	224	188	54	212	5	6	689
Benefícios pagos no ano	(34)	(195)	-	(144)	-	-	(373)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(244)	(153)	(153)	(1.246)	445	11	(1.340)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**2.750**	**2.212**	**576**	**1.907**	**515**	**91**	**8.051**

Demonstração das despesas para o exercício de 2015, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	Controladora	Energisa MG	Energisa NF	Energisa Soluções	Energisa Comerc. e Outras	Energisa Planejamento	Total
Custo do serviço corrente (com juros)	163	149	39	149	14	4	518
Juros sobre as obrigações atuariais	234	220	48	245	39	5	791
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(134)	(101)	(34)	(115)	-	(3)	(387)
Remensuração do custo financeiro	(8)	33	5	36	4	-	70
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**255**	**301**	**58**	**315**	**57**	**6**	**992**

a) ***Plano de saúde***

As controladas Energisa SE, Energisa PB, Energisa BO e Energisa NF participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2014 as despesas com esse benefício foram de R$803 (R$675 em 2013) na controladora e R$24.220 (R$10.510 em 2013) no consolidado.

37 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Comercializadora	2015 a 2026	364.659	401.091	424.963	470.332	534.127	5.913.800
		364.659	**401.091**	**424.963**	**470.332**	**534.127**	**5.913.800**

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil (**)						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A (*)	2015 a 2026	58.586	59.907	61.584	63.165	64.807	498.662
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2015 a 2046	208.451	187.750	193.385	198.953	213.906	2.946.662
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2015 a 2046	591.140	595.879	588.839	575.034	611.887	8.101.102
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2015 a 2046	436.295	444.588	411.566	413.826	429.400	5.983.551
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2015 a 2046	99.905	100.336	97.194	95.141	96.299	1.241.427
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2015 a 2046	161.759	144.358	149.659	150.841	158.078	2.126.908
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT	2015 a 2046	1.342.817	1.306.960	1.331.030	1.452.421	1.554.732	18.869.588
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. – ETO	2015 a 2046	306.800	319.993	309.095	307.928	423.356	6.637.751
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.– EMS	2015 a 2046	658.593	542.385	543.554	562.947	612.846	8.957.455
Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE	2015 a 2046	73.485	53.834	50.909	38.949	38.600	571.244
Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB	2015 a 2046	99.107	91.878	98.151	99.899	121.198	1.833.173
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP	2015 a 2046	134.652	120.530	120.181	120.197	123.932	1.985.085
Companhia Força e Luz do Oeste – CFLO	2015 a 2026	61.659	63.495	65.432	67.486	69.578	551.302
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2015 a 2026	353.596	381.364	409.644	436.596	496.955	5.570.030
		4.586.845	**4.413.257**	**4.430.223**	**4.583.383**	**5.015.574**	**65.873.940**

(*) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO estão sendo aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de dezembro de 2014 e foram homologados pela ANEEL.

38 Concessão do serviço público de energia elétrica -consolidado

Distribuição:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
ESE	23/12/1997	30 anos	23/12/2027
EBO	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
EPB	15/01/2001	30 anos	15/01/2031
EMG	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
ENF	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EMT	10/12/1997	30 anos	10/12/2027
ETO	28/06/1999	20 anos	30/01/2020
EMS	04/12/1997	30 anos	04/12/2027
CNEE	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CAIUÁ	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EDEVP	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EBB	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CFLO	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(*) Contados a partir de 7 de julho de 1995.

Geração:

Empresas	Data da autorização	Data Publicação	Prazo da autorização	Vencimento
Energisa Geração Rio Grande S/A (PCH Caju, São Sebastião e Santo Antonio) (3)	08/07/2008	14/07/2008	30 anos	14/07/2038
PCH Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A (3)	05/07/2011	13/07/2011	30 anos	13/07/2041
SPE Cristina Energia S/A (3)	22/12/1999	23/12/1999	30 anos	23/12/2029
Energisa Geração Central Eólica Renascença I S/A (3)	02/05/2011	02/05/2011	35 anos	02/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença II S/A (3)	04/05/2011	04/05/2011	35 anos	04/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença III S/A (3)	13/05/2011	13/05/2011	35 anos	13/05/2046
Energisa Geração Central Eólica Renascença IV S/A (3)	02/06/2011	02/06/2006	35 anos	02/06/2046
Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A (3)	02/05/2011	02/05/2011	35 anos	02/05/2046
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I S/A (Usina Santa Cândida I) (1)e (3)	12/11/2001	13/11/2001	30 anos	13/11/2031
Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II S/A (Usina Santa Cândida II) (1), (2) e (3)	-	-	-	-
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I (Usina Vista Alegre I) (3)	16/12/2008	31/12/2008	35 anos	31/12/2043
Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II (Usina Vista Alegre II) (2) e (3)	-	-	-	-
EMT – concessão de usinas termelétricas	10/12/1997	11/12/1997	30 anos	10/12/2027
Tangará	15/08/2000	07/07/1995	30 anos	07/07/2025

(1) Prazo de exploração por 20 anos.
(2) Pedido de outorga em processo de liberação junto ao Poder Concedente.
(3) Reclassificado para disponível para venda.

39 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício de 2014, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R$74.744 (R$55.721 em 2013), sendo R$63.653 (R$50.073 em 2013) alocados no ativo imobilizado e R$6.304 (R$5.648 em 2013) despesas operacionais, no consolidado.
Inclui informação das empresas reclassificadas para disponível para venda.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

40 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2014	31/12/2013
Valor justo aquisição Grupo Rede		
Caixa e equivalentes de caixa	84.066	-
Aplicação no Mercado Aberto	216.928	-
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	834.861	-
Impostos a Recuperar	269.709	-
Títulos de créditos a receber	206.545	-
Estoques	20.781	-
Cauções e Depósitos Vinculados	100.560	-
Outros créditos	729.987	-
Créditos com partes relacionadas	24.705	-
Impostos Diferidos	641.863	-
Contas a receber da Concessão	2.061.340	-
Imobilizado	182.440	-
Ágio na aquisição de empresas	165.552	-
Ativo intangível (PPA)	5.338.427	-
Fornecedores	1.329.437	-
Salários a pagar	13.855	-
Empréstimos e Financiamentos	2.856.794	-
Debentures	328.219	-
Tributos e Contribuições	2.045.714	-
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	566.797	-
Parcelamento de impostos	630.077	-
Outros passivos	1.847.664	-
Ativo disponível para venda - Geração		
Caixa e equivalentes de caixa	49.823	-
Aplicação no Mercado Aberto	49.055	-
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	28.718	-
Outros créditos	60.428	-
Imobilizado	1.412.675	-
Ativo intangível	358.969	-
Empréstimos e Financiamentos	864.831	-
Debentures	121.652	-
Tributos e Contribuições	132.815	-
Outros passivos	102.011	-
Outras transações não caixa		
Atividades operacionais		-
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	320.597	190.582
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	31.525	29.567
Fornecedores	26.536	24.822
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível - Fornecedor	26.536	53.970
Atividades de financiamento		
Empréstimo - Finame	26.511	28.303
Capitalização de reservas	-	316.141

41 Ativos disponíveis para venda

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram adquiridos pela Brookfield são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia.

O valor da negociação, sujeito a ajustes usuais do balanço a ser levantado na concretização da operação, é de cerca de R$1.428.100. Esse montante vai proporcionar à Energisa uma redução da dívida líquida consolidada de R$2.607.900, além de uma redução nos compromissos de investimentos de R$200.000 até o início de 2016. A venda está sujeita ao cumprimento ou renúncia de determinadas condições precedentes usuais para operações de compra e venda de ativos, destacando - se a necessidade de anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para os empreendimentos hídricos, aprovação pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, já ocorrida em 11 de dezembro de 2014, disponibilizar balanço especial que servirá como base para a definição do preço de compra, obtenção dos consentimentos de todos os beneficiários das garantias junto as instituições financeiras, aprovação das instituições financeiras das transferências dos contratos de financiamentos dos projetos alienados, cumprimento de todos os requisitos legais para concessão do direito de preferência aos acionistas da Energisa conforme artigo 253, inciso I, da Lei das S.A., em decorrência da alienação indireta ou direta das Ações de emissão da SPE Cristina e Centrais Eólicas, transferência das propriedades nas quais estão localizadas as PCHs, assinatura do Termo de Entrega das Obras de Expansão da Usina Termoelétrica Vista Alegre I e de Implantação da Usina Termoelétrica Vista Alegre II, entrega de certidões atualizadas emitidas em nome das Companhias alienadas, rescisão dos contratos de natureza ambiental.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, na data base de 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÂO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R$436.800.

A transferências dos ativos destinados a alienação aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado foi consumada em dezembro de 2014 tendo sido apurado ganho de capital de R$657.469 que em atendimento ao CPC 30 e em face de ainda não terem sido satisfeitos todo os critérios que possibilite o reconhecimento do ganho apurado na alienação dos ativos a Companhia não reconheceu os valores em sua demonstração de resultado e espera concluir a negociação até o final do 1º trimestre de 2015.

Ativos e passivos reclassificados para disponíveis para venda saldo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora 2014	Consolidado 2014
Ativo		
Ativo circulante		
. Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no mercado aberto	-	95.407
. Clientes	-	25.697
. Outros	-	20.182
Total do ativo circulante	-	141.286
Ativo não circulante	192.644	47.510
. Investimento	626.340	-
. Imobilizado/Intangível	-	1.825.741
Total do ativo não circulante	818.984	1.873.251
Total dos ativos disponíveis para venda	**818.984**	**2.014.537**
Passivo		
Passivo circulante		
. Fornecedores		39.969
. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	333.487
. Tributos e contribuições		8.537
. Outros	-	18.245
Total do passivo circulante	-	400.238
Passivo não circulante		
. Fornecedores		19.057
. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	658.484
. Impostos diferidos	-	119.375
. Parcelamento de impostos		
. Outros	32.348	24.155
Total do passivo não circulante	32.348	821.071
Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda	**32.348**	**1.221.309**

	Controladora 2014	Consolidado 2014
Receita líquida	-	111.686
(-) Custo de operação e com energia elétrica	-	(21.339)
(-) Custo serviços prestados a terceiros	-	(24.274)
Lucro operacional bruto	-	66.073
(-) Despesas operacionais		(7.263)
Resultado do serviço	-	58.810
Receitas financeiras	-	36.244
Despesas financeiras	-	(90.287)
Equivalência patrimonial	731	-
Outros resultados operacionais	-	38
Prejuízo antes do IRPJ e CSL	731	4.805
(-) IRPJ e CSL	-	(5.694)
Lucro de operação descontinuada	**731**	**(889)**

Para fins de comparabilidade, esta sendo reapresentado a demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, individuais e consolidados, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Segue quadro comparativo das demonstrações financeiras reapresentadas:

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do Resultado	2013 publicado	Reclassificação	2013 ajustado	2013 publicado	Reclassificação	2013 ajustado
Receita operacional líquida	53.912	-	53.912	2.857.772	(52.824)	2.804.948
Custo do serviço de energia elétrica	-		-	(1.381.414)	(27.665)	(1.409.079)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	(21.857)	-	(21.857)	(611.293)	59.192	(552.101)
Lucro bruto	32.055	-	32.055	865.065	(21.297)	843.768
Despesas com vendas	-	-	-	(112.038)	164	(111.874)
Despesas Gerais e Administrativas	(22.631)	-	(22.631)	(293.275)	(17.283)	(310.558)
Outras Receitas Operacionais	89	-	89	28.282	(7)	28.275
Outras Despesas Operacionais	(33)	-	(33)	(37.691)	118	(37.573)
Resultado de Equivalência Patrimonial	256.088	(29.021)	227.067	106	(106)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, ágio e impostos	265.568	(29.021)	236.547	450.449	(38.411)	412.038
Receitas Financeiras	47.389	-	47.389	171.764	(7.531)	164.233
Despesas Financeiras	(111.596)	-	(111.596)	(373.807)	10.467	(363.340)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(64.207)	-	(64.207)	(202.043)	2.936	(199.107)
Lucro antes dos impostos	201.361		172.340	248.406	(35.475)	212.931
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-	-	-	(62.608)	4.962	(57.646)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	-		-	16.949	-	16.949
Resultado líquido das Operações Continuadas	201.361	(29.021)	172.340	202.747	(30.513)	172.234
Resultado líquido das Operações Descontinuadas	-	29.021	29.021	-	30.513	30.513
Lucro líquido do exercício	201.361	-	201.361	202.747	-	202.747
. Atribuído a acionistas da controladora	201.361	-	201.361	201.361	-	201.361
. Atribuído a acionistas da controladora	-	-	-	1.386	-	1.386

	Controladora		
Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2013	Ajustes -Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Receitas	64.687	-	64.687
. Outras Receitas	88	-	88
Retenções	23.388	-	23.388
. Depreciação, Amortização e Exaustão	17.637	-	17.637
Valor Adicionado Liquido Produzido	31.773	-	31.773
Valor Adicionado Recebido em Transferência	303.477	(29.021)	274.456
. Resultado de Equivalência Patrimonial	256.088	(29.021)	227.067
Valor Adicionado Total a Distribuir	335.250	(29.021)	306.229
Distribuição do Valor Adicionado	335.250	(29.021)	306.229
Remuneração de Capitais Próprios	201.361	-	201.361
. Dividendos	68.532	-	68.532
. Lucros Retidos/Prejuízo do Período	22.715	-	22.715
Outros	-	29.021	29.021
. Operações descontinuadas	-	29.021	29.021

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado

	Divulgado 2013	Ajustes -Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Receitas	4.387.903	(64.622)	4.323.281
. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.611.205	(64.615)	3.546.590
. Outras Receitas	28.283	(7)	28.276
Insumos Adquiridos de Terceiros	2.548.298	18.008	2.566.306
. Custos Produtos. Merc. E Serv. Vendidos	1.540.433	27.666	1.568.099
. Materiais, Energia, Serv. de Terceiros e Outros	645.664	(7.944)	637.720
. Outras	362.201	(1.714)	360.487
Valor Adicionado Bruto	1.839.605	(82.630)	1.756.975
Retenção	170.948	(29.455)	141.493
. Depreciação, Amortização e Exaustão	170.948	(29.455)	141.493
Valor Adicionado Liquido Produzido	1.668.657	(53.175)	1.615.482
Valor Adicionado Recebido em Transferência	171.870	(7.637)	164.233
. Receita Financeira	171.764	(7.531)	164.233
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.840.527	(60.812)	1.779.715
Distribuição do Valor Adicionado	1.840.527	(60.812)	1.779.715
Pessoal	270.449	(3.078)	267.371
. Remuneração Direta	199.835	(3.078)	196.757
. Benefícios	55.798	-	55.798
Impostos, Taxas e Contribuições	957.822	(16.754)	941.068
. Federais	259.420	(8.974)	250.446
. Estaduais	653.117	(7.780)	645.337
Remuneração de Capitais de Terceiros	409.509	(10.467)	399.042
. Juros	402.714	(10.467)	392.247
Remuneração de Capitais Próprios	202.747	(30.513)	172.234
. Dividendos	68.532	-	68.532
. Lucros Retidos/Prejuízo do Período	22.715	-	22.715
. Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.386	-	1.386
Outros	-	(30.513)	(30.513)
. Operações descontinuadas	-	(30.513)	(30.513)

Demonstração dos fluxos de caixa Controladora	Divulgado 2013	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.295	-	43.295
Lucro antes dos impostos	201.361	(29.021)	172.340
Equivalência patrimonial	(256.088)	29.021	(227.067)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	236.945	-	236.945
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(216.363)	-	(216.363)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	63.877	-	63.877
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.231	-	11.231
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.108	-	75.108
Variação líquida do caixa	63.877	-	63.877

Demonstração dos fluxos de caixa Consolidado	Divulgado 2013	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	Reapresentado 2013
Caixa Líquido Atividades Operacionais	698.182	-	698.182
Lucro antes dos impostos	248.406	(35.475)	212.931
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	35.475	35.475
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(447.924)	-	(447.924)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(211.244)	-	(211.244)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.014	-	39.014
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	213.171	-	213.171
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	252.185	-	252.185
Variação líquida do caixa	39.003	-	39.003

42 Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Alteração da denominação social

Em 02 de fevereiro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a alteração da razão social das controladas Centrais Elétricas Matogrossenses S/A ("CEMAT") para Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A. ("EMT"), Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins ("CELTINS") para Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A ("ETO") e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A ("ENERSUL") para Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A ("EMS").

c. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As concessionárias que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Minas Gerais	26,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Nova Friburgo	26,0
Energisa Sergipe	8,0
Energisa Borborema	5,7
Energisa Tocantins	4,5
Energisa Paraíba	3,8

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

d. Empréstimos controladora

- Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de fevereiro de 2015, foram aprovadas a seguinte contratação:
. Contrato de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R$20.000, com vencimento em 24 de agosto de 2015 e taxa de juros anual equivalente a CDI + 3,50% a.a.;

- Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de março de 2015, foram aprovadas as seguintes contratações:
. Cédula de Crédito Bancário no montante de R$105.000 a ser celebrada com o Banco Itaú BBA S/A, com prazo de 20 (vinte) dias renovável por mais 40 (quarenta) dias e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 1,90% a.a.
. Cédula de Crédito Bancário no montante de R$40.000 a ser celebrada com o Banco Pine S/A, com prazo de 60 (sessenta) dias e taxa de remuneração equivalente ao CDI + 3,50% a.a.

e. Empréstimos controlada ENF

Em ata de reunião do Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2015, foi aprovada a contratação de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R$22.000, com vencimento em 25 de fevereiro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 2,35% a.a., bem como prestar garantia real a sim mesmo, vinculado ao empréstimo (Loan).

f. Empréstimos controlada EPB

Em ata de reunião do Conselho de Administração no dia 13 de março de 2015, foi aprovada a ratificação de empréstimo contratado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2015 nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R$15.800, com o Banco Citibank, pelo prazo de 4 anos, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 1,80%.

g. Debêntures 6ª emissão:

Em 25 de fevereiro de 2015, foi deliberado em assembleia geral de debenturistas a postergação do primeiro pagamento de juros e amortização da 6ª emissão de debêntures da Energisa S.A. O pagamento de juros e a amortização de 33% do valor nominal unitário se dará, portanto, em 1º de maio de 2015. Adicionalmente, foi deliberada a postergação da obrigação de realizar o aumento de capital, de pelo menos R$500.000 para até 30 de junho de 2015.

Em 6 de março de 2015, foi deliberado em assembleia geral de debenturistas a alteração da espécie das Debêntures de "quirografária" para com "garantia real", de acordo com as obrigações da escritura. As Debêntures passaram a contar com a garantia de alienação fiduciária das ações de emissão da Energisa Borborema, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Caiuá, Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste detidas pela Energisa S.A e pelo Rede Energia S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa S.A.
Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A controlada indireta Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R$88.045 mil e R$18.283 mil, referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem a valorização e, principalmente, as condições de realização do ativo, não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação dos referidos créditos.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e

consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*).

Ênfases

Fim da intervenção administrativa ANEEL nas Distribuidoras do Grupo Rede Energia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 8 de abril de 2014 a ANEEL determinou o fim da intervenção administrativa nas Distribuidoras: EMT (antiga CEMAT), ETO (antiga CELTINS), EMS (antiga ENERSUL), CFLO, Cauiá, EBB, EDEVP e CNEE. A conclusão do processo estava condicionada transferência de controle da controladora final. Com o fim da intervenção, passou a vigorar regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que inclui, entre outros, a obrigatoriedade de aporte de recursos pelo novo controlador final, e outras obrigações mencionadas nas referidas notas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transferência de controle acionário das empresas do Grupo Rede Energia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 11 de julho de 2013 foi celebrado compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior e a Energisa S.A., para a transferência à Companhia de 90,91% das ações da J.Q.M.J. Participações S.A., 65,68% das ações da BBPM Participações S.A., 20,11% das ações da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e 0,03% das ações da Rede Energia S.A., mediante o cumprimento de algumas condições precedentes. Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes, foi formalizada a transferência do controle indireto da Rede Energia S.A. para a Energisa S.A. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 42 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R$378.541 mil na controladora (R$1.165.777 mil desconsiderando a reclassificação de ativos disponíveis para venda). Para cumprir com os compromissos de curto prazo, especialmente a primeira parcela de R$500.000 mil da 6ª emissão de debêntures, que vence em 1 de maio de 2015 (conforme Primeiro Aditamento do Instrumento Particular de Escritura Pública da 6ª emissão de debêntures), a Administração espera cumprir com as condições precedentes e concluir a venda dos ativos de geração classificados como disponíveis para venda. Adicionalmente, a Administração espera que o fluxo de dividendos oriundo das operações de suas controladas e o sucesso no processo de alongamento e substituição das dívidas de curto prazo irão prover os recursos financeiros para fazer frente aos compromissos de curto prazo e restabelecer o capital circulante líquido. Em 31 de dezembro de 2014, a manutenção das operações depende da Administração concluir com êxito as referidas estratégias, já que a não confirmação das mesmas indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional das controladas que possuem concessão vencendo em 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as respectivas concessões para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica das controladas EMG, ENF, CFLO, Cauiá, EBB, EDEVP e CNEE expira em 7 de julho de 2015. As controladas protocolaram, em 2012, o pedido de prorrogação do prazo da concessão junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, o pedido de prorrogação está sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações das controladas, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas contabilizaram, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE referentes aos meses de janeiro a outubro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 19 de março de 2015.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 19 de março de 2015.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas